

Trabalhos como os da Casa da Árvore fazem parte de um vasto complexo de iniciativas que hoje se produzem no Brasil e em outros países com paisagem social semelhante. Eles participam também de um vasto e complexo movimento de ampliação do horizonte de ações inspiradas na abordagem psicanalítica da experiência humana – que saiu dos *settings* tradicionais da clínica psicológica para avançar por outros espaços sociais.

O tipo de proposta da Casa da Árvore, em especial, se situa numa encruzilhada na qual as interfaces entre psicanálise, saúde coletiva e intervenção social se entrelaçam de uma maneira muito peculiar.

visite-nos em  
[garamond.com.br](http://garamond.com.br)

ISBN 978-85-7617-150-8

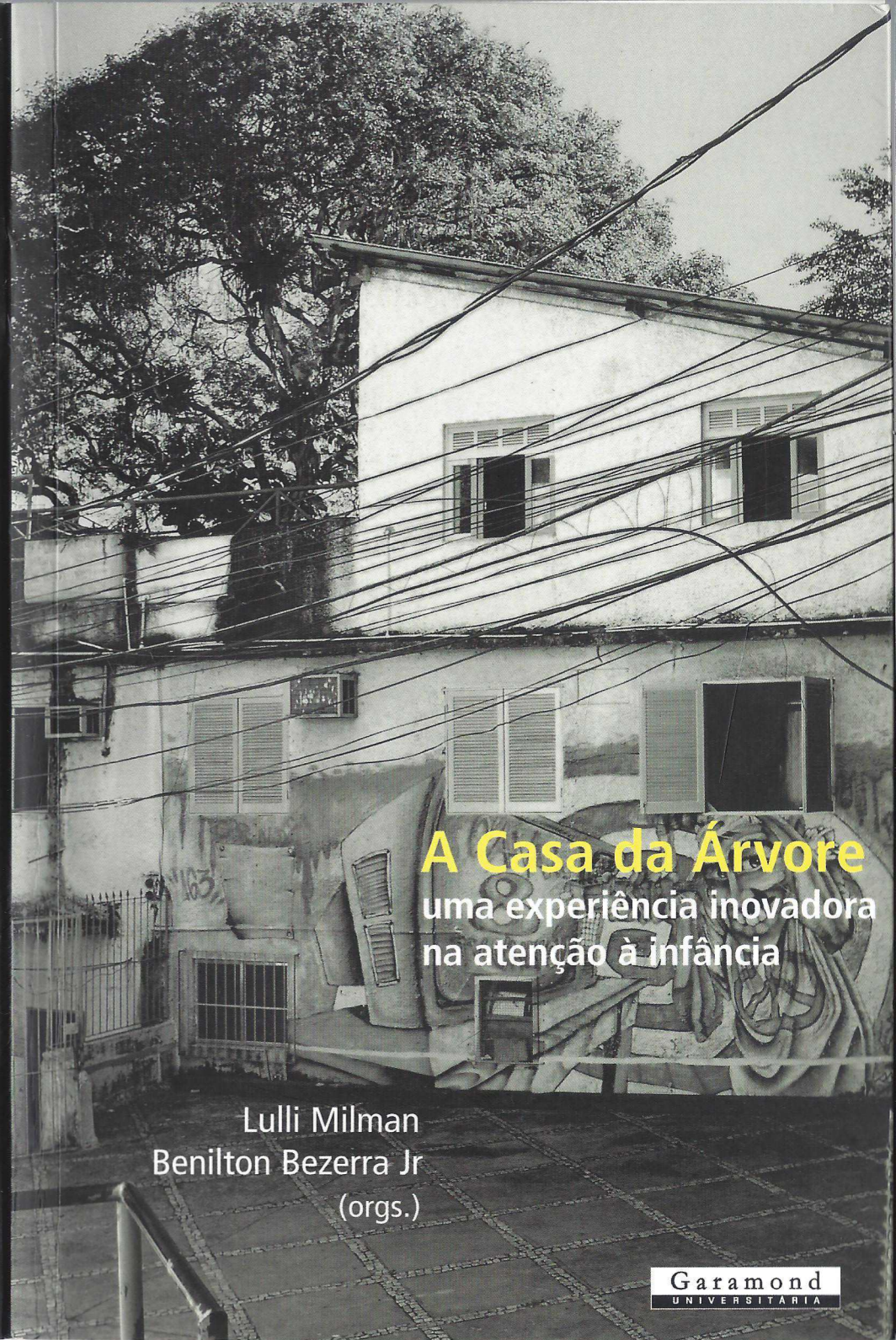


9 788576 171508

**A Casa da Árvore**

Lulli Milman e Benilton Bezerra Jr (orgs.)

G



# A Casa da Árvore

uma experiência inovadora  
na atenção à infância

Lulli Milman  
Benilton Bezerra Jr  
(orgs.)

**Garamond**  
UNIVERSITÁRIA

A Casa da Árvore é uma experiência extraordinariamente importante para seus beneficiários – crianças até 12 anos e suas famílias, de cinco favelas do Rio de Janeiro –, mas também para todos nós, de um modo ou de outro ligados à problemática da violência, das desigualdades sociais e dos preconceitos. A Casa é uma instituição de tipo novo, meio universidade (o vínculo com a UERJ é fundamental), meio ONG; um pé no público, outro no privado, mas destinada, por opção ética e política, ao exercício original de uma prática inovadora, sensível, plástica e plural, sempre em processo de reformulação, em diálogo com os outros campos do saber e sempre se interrogando sobre o meio em que atua, sobre seu potencial e seus limites: a psicanálise na cidade, da cidade ou para a cidade.

Tudo começou em outubro de 2001, quando Lulli Milman e Maria Fernanda Baines decidiram implantar no Brasil o modelo de atendimento psicanalítico para crianças criado na França por Françoise Dolto. Enfrentando dificuldades, medo e ameaças, insistiram em fazer esse trabalho nas favelas cariocas. Conseguiram, mas ao preço de uma devoção quase épica ao projeto. No caminho, deram-se conta de que a experiência de Dolto não poderia mais ser tomada como modelo a ser aplicado, mas apenas como uma inspiração a suscitar transformações

que reinventariam a matriz de referência. Novos autores e novas idéias foram convidados para a viagem que apenas se inicia. Entre eles, e com merecido destaque, Donald Winnicott.

O princípio é criar um ambiente de confiança e estabilidade em que a liberdade criativa seja vivenciada em sua dimensão de ato e, portanto, de agressividade, ou seja, sob a forma da ação de um sujeito que se constitui com autonomia. O ambiente positivo oferece padrões a serem incorporados, mas também transgredidos e superados. É o equivalente a uma linguagem que proporcione ao sujeito a possibilidade de reconhecimento, acolhimento e fala. O pressuposto evoca Shakespeare: a violência prevalece quando a linguagem falha.

Em nome da felicidade das crianças, presente e futura, e de uma sociedade que a potencialize – simultaneamente, reduzindo o sofrimento evitável –, devemos celebrar com alegria esse livro, testemunha de uma experiência primorosa e súpula de um experimento que é nosso dever apoiar.

*Luiz Eduardo Soares*  
professor da UERJ e secretário  
Municipal de Valorização da  
Vida e Prevenção da Violência  
de Nova Iguaçu – RJ

**Garamond**  
UNIVERSITÁRIA

**Coordenação**

Maria Alzira Brum Lemos

**Conselho Editorial**

Bertha K. Becker

Candido Mendes

Cristovam Buarque

Ignacy Sachs

Jurandir Freire Costa

Ladislau Dowbor

Pierre Salama

**A Casa da Árvore**  
uma experiência inovadora  
na atenção à infância

Lulli Milman  
Benilton Bezerra Jr  
(orgs.)

**Garamond**

Copyright © 2008,  
Lulli Milman e Benilton Bezerra Jr.

*Projeto gráfico, capa e editoração*  
Estúdio Garamond / Anderson Leal

Direitos cedidos para esta edição à

*Fotografias*  
Júlio Callado

*Editora Garamond Ltda.*  
Rua da Estrela, 79 – 3º andar  
CEP 20251-021  
Rio de Janeiro – Brasil  
Telefax: (21) 2504-9211  
e-mail: editora@garamond.com.br  
website: www.garamond.com.br

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

C33

A casa da árvore : uma experiência inovadora na atenção à infância / Lulli  
Milman, Benilton Bezerra Jr. (orgs.). – Rio de Janeiro : Garamond, 2008.  
224p. : il.

Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-7617-150-8

1. Psicologia social. 2. Juventude – Aspectos sociais. 3. Infância –  
Aspectos sociais. I. Milman, Lulli. II. Bezerra Junior, Benilton.

08-4163. CDD: 302  
CDU: 316.6

25.09.08 29.09.08 008910

Todos os direitos reservados. A reprodução não-autorizada desta publicação,  
por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

## Sumário

Agradecimentos 7

Prefácio 9  
*Miriam Debieux Rosa*

Os desafios de um experimento 15  
*Benilton Bezerra Jr*

Um pouco da história 31  
*Lulli Milman*

As Casas e suas comunidades 53  
*Lulli Milman*

Um lugar para brincar e conversar 95  
*Cecilia de Aquino Barbosa*  
*Maria de Nazaré Avelino da Silva*

Violência e desigualdade social na Casa da Árvore 119  
*Irene Plattek Teles*

A palavra verdadeira 145  
*Fernanda Baines*

A idéia de prevenção na Casa da Árvore 167

*Claudia Prado A. Pinto*

*Kátia Heloiza de Farias*

A Casa da Árvore nas creches 191

*Daniela Albrecht*

*Julia Milman*

Apêndice:

A noção de transferência 217

*Paula Paiva Chaves*

## Agradecimentos

Agradecemos muito

à FINEP, que financiou este projeto;

às empresas Devon Energy do Brasil, e Subsea 7, que patrocinam a Casa da Árvore;

aos amigos Maria Clara Mariani, Paula Hermany, Jean-Marc Guillerme, Melânia Sidorack e Fátima Lomba, que nos ajudaram em momentos de necessidade;

a Françoise Hauet, do Institut de Recherche Appliquée pour l'Enfant et le Couple, de Paris-França; Bibiana Maza, da Casa de la Família, de Lima-Peru; Maria Rita Kehl, Jurandir Freire Costa, Ângela Rabello, Miriam Debieux, Octávio de Souza e Christine Davoudien, da Proteção Materno-Infantil, Saint Denis-França, que vieram discutir conosco nossas incertezas; e a Mônica Costa e Maria Beatriz Carneiro da Cunha, que participaram conosco da primeira etapa da pesquisa;

ao pessoal que nos acolheu: Maria Helena Rodrigues de Souza, da Associação de Moradores do Morro do Chapéu Mangueira; Terezinha Aparecida de Vasconcelos, da Pastoral das Favelas;

Iolanda de Moraes Rego, do Solar Meninos de Luz; Mariano Marcondes Ferraz, do Instituto Fazer; Anna Marcondes, do Centro Comunitário do Morro dos Macacos; Juca de Almeida e Rafael Sarnelli, que dirigiram a Creche Casulo Padre Aleixo, e a Associação de Moradores da Ilha da Conceição;

a todos os companheiros de trabalho que estiveram conosco neste percurso, e aos que hoje ainda estão;

e, finalmente, às crianças,  
que dão sentido a tudo isso.

## Prefácio

Uma prática com crianças:  
escuta psicanalítica e criação de  
estratégias de atendimento em  
contexto de exclusão e violência

*Miriam Debieux Rosa*

Este livro visa transmitir a experiência de uma prática que leva em conta as especificidades das pessoas atendidas – as crianças e suas famílias em favelas e creches no Rio de Janeiro. Tal contexto lança enormes desafios aos vários profissionais que pretendem uma ação propiciadora do estabelecimento ou restabelecimento das condições para o desenvolvimento da criança e do laço entre ela, a família e a comunidade. A interface entre a clínica, a política, e a ética evidencia-se nestes casos. É preciso ter cuidado para que as práticas não sejam adaptativas a um contexto sabidamente necessitado de transformações profundas, mas que não incorram em concepções vitimizantes que, por sua vez, certificam a dependência a um poder soberano que oprime ou liberta. Outra vertente preocupante são os discursos vindos de uma tradição psicológica individualista que tendem a patologizar ou criminalizar as pessoas. Tais conseqüências ocorrem quando não se leva em conta que processos subjetivos são construídos como estratégias de sobrevivência física e psíquica – estratégias que podem parecer impróprias para quem não vive na tensão e premência destas pessoas, mas que revelam os recursos disponíveis diante deste desamparo social, político e psicológico. Ressituar o sujeito e a ética como elementos indissociáveis aponta para uma prática clínica e política de resistência à instrumentalização social do gozo.

As experiências relatadas neste livro apontam estratégias de intervenção que permitem à criança situar-se frente à demanda do outro e experimentar novas alternativas de respostas. Alternativas criadas não no terreno normativo respondendo a expectativas do outro mas no contexto transferencial que relança como questão a presença do outro enquanto introduz um posicionamento próprio frente a seu desejo. Esse desejo é singular mas não individual, é remetido à alteridade e posiciona o sujeito no laço social e o remete à história da comunidade. Nesse sentido, estas são práticas de resistência à imposição de uma concepção de funcionamento social em que o indivíduo tem como única opção adaptar-se a uma realidade dada, pois encontra respostas de violência, desdém e ridicularização em relação a outras estratégias societárias, construídas em comunidades onde as experiências relatadas neste livro se desenrolam. O discurso corrente que anuncia uma só realidade pretende inibir o sujeito destas comunidades de encontrar lugar para o seu *pathos* (sofrimento), de formular demandas próprias.

As crianças e adolescentes destas comunidades vivem e assistem a situações muito conturbadas e violentas que os afetam, a seus pais, à sua família e nos levam a questionar o modo como estes acontecimentos formam e transformam a sua constituição subjetiva. Lembramos que o *outro* está presente na constituição do sujeito, seja como um modelo, um objeto, um auxiliar ou um oponente, de maneira que, desde Freud, a psicologia individual é, ao mesmo tempo e desde o princípio, também psicologia social. Ou seja, as formas de relação do indivíduo com a sociedade são efetivadas através de laços que o situam em relação a quem é, e que estão na base da construção de ideais que o organizam na direção do futuro.

A constituição subjetiva é a operação que expõe a cena social presente na base da cena familiar, encarregada das operações referentes à função materna e paterna para a constituição sub-

jetiva. Exercer estas funções está articulado aos lugares fálicos atribuídos, ou não, aos membros daquela família, daquela classe social, naquele momento cultural. A sua eficácia não é independente da qualidade de inserção pois a família é, ao mesmo tempo, o veículo de transmissão dos sistemas simbólicos dominantes e a expressão, em sua organização, do funcionamento de uma classe social, grupo étnico, religioso, em que está inserida. O discurso social projeta sobre o *infans* a mesma antecipação que é própria do discurso parental; o grupo pré investirá o lugar que o sujeito ocupará, na esperança de que ele assimile e transmita, de forma idêntica, o modelo sociocultural. O sujeito deve encontrar neste discurso referências que lhe permitam se projetar no futuro, para que o afastamento deste primeiro suporte não se traduza em perda de todo suporte identificatório.

Na criança, e principalmente no adolescente, novas operações se processam para fazer valer outro discurso, além do discurso familiar. Operações que possibilitam o pertencimento e reconhecimento do jovem como membro do grupo social e que dependem das formas, condições e estratégias oferecidas pelo grupo social. Com as operações que inscrevem o sujeito e validam sua inserção no grupo social, é reatualizada a cena que encena o assujeitamento ao desejo do Outro, agora não mais tematizado pelo desejo da mãe ou pela Lei do pai mas pela organização social, (nova versão do pai), poderosa, pois desencarnada, mas ainda discurso, com seus ditos e não-ditos. A construção da subjetividade fica articulada aos laços sociais possíveis em dados grupos sociais, podendo instaurar ou promover mudanças estruturais e/ou vinculações a laços sociais perversos. Atualmente, as crianças e os adolescentes deparam-se com uma organização social regida pelo discurso neoliberal que indica uma presumida liberdade e igualdade de direitos e oportunidades em nome da qual o homem é induzido à uniformidade e massificação. No entanto, apesar da dissimu-

lação de sua aparência ditatorial, o princípio atual de nossa vida social é totalitário ou fundamentalista. Totalitário no sentido de que pretende ser regida por um aparente sentido, a democracia, o interesse coletivo. Fica obscurecido o imperativo do funcionamento do capitalismo, onde o funcionamento da máquina satisfaz os indivíduos por excluí-los de responder pelas suas ações.

Uma clínica que leve em consideração os acontecimentos traumáticos lança desafios e exige intervenções que caracterizamos como prática psicanalítica clínico-política para abordar a questão da angústia e do luto em sua face política, ou seja, a produção sócio-política da angústia e do impedimento dos processos subjetivos do luto. Práticas que levantam questões metodológicas (individuais e/ou coletivas), armadilhas (intervir em nome do bem do outro) e impasses quanto ao desejo do analista apresentadas em vários casos. Aponta também o efeito disruptivo ao sujeito e impeditivo da construção de sua demanda, quando decorrente diretamente da manifestação violenta da face obscena do Outro.

Nesta medida as práticas propostas constituem *modalidades de resistência coletiva* que permitem resgatar as condições para o reposicionamento do sujeito. Nas situações de extrema angústia e perda de referenciais identificatórios prevalece a importância da oferta da escuta. Na mesma, a estratégia utiliza a presença e a palavra. Presença como testemunha do desenrolar de um processo, como oferta de um campo que possa associar a laços já estabelecidos e desencadear movimentos associativos.

A Casa da Árvore apresenta-se por excelência como um lugar territorial que aponta para um lugar no discurso que se contrapõe a discursos opressivos e excludentes. Neste livro encontramos exemplos de estratégias que levam em consideração as condições sociopolíticas e as subjetivas necessárias para a dimensão singular, e para o resgate do sentido de uma vida que inclua os acontecimentos como experiências de uma história e

que abram um cenário com um futuro no horizonte. A oferta da escuta pode organizar uma demanda, que restitui um campo mínimo de significantes referidos ao campo do Outro que possam circular, para permitir ao sujeito localizar-se e poder dar valor e sentido à sua experiência de dor, articulando um apelo que o retire do silenciamento.

Há um sujeito, esta é a aposta psicanalítica. Na atual fase da acumulação capitalista, em que se intensifica o tempo da produção de objetos como mercadorias, ordena-se que o sujeito também se faça coisa para o funcionamento da ordem econômico-social e política, negado em sua condição desejante. É nesta dimensão que a escuta psicanalítica pode contribuir para emergência de um sujeito que se separa desta ordenação, para comparecer como quem questiona esta ordem e se movimenta criando ações de transformação; nesta dimensão é reconhecendo-se como falta-a-ser que a alteridade, a diferença, não é significada como ameaça mas como encontro, com o qual se faz o novo.

Finalizando esta abertura às nossas questões: consideramos que articular tais estratégias clínicas e políticas é fundamentar o enfrentamento do sofrimento nas relações sociais, modo de constatar e denunciar mecanismos de controle, construindo práticas de resistência às manipulações, nas quais a dimensão subjetiva não fique excluída ou silenciada.



## Os desafios de um experimento

*Benilton Bezerra Jr*

Trabalhar com crianças e mães no contexto das favelas do Rio de Janeiro implica enfrentar uma série de desafios. Inicialmente inspirado no modelo da Maison Verte de Françoise Dolto, ao dar os seus primeiros passos o projeto da Casa da Árvore se viu rapidamente atropelado por uma realidade social completamente diferente daquela em que a proposta de origem havia sido criada. Além da conhecida precariedade socioeconômica que caracteriza essas partes da cidade, o cenário violento das favelas cariocas é um desafio monumental para qualquer tipo de incursão em seu interior – um território muitas vezes descrito como estando além das fronteiras em que o estado se faz presente e faz valer a sua lei. As dificuldades para se desenvolver um trabalho como o proposto pela Casa da Árvore começam com a ameaça objetiva de armas e confrontos que, como se pode verificar na história do projeto, chegou a impedir que uma das Casas pudesse seguir funcionando, e por diversas vezes obriga a suspensão das atividades, em certos períodos de conflito continuado, em outras. Além disso, e talvez mais importante, há o impacto desta realidade objetiva sobre o imaginário das crianças. Ninguém, ao começar a trabalhar na Casa da Árvore, estava preparado para lidar com crianças pequenas brincando de “desovar X9”, ou de “organizar uma festa na boca”. Ninguém foi treinado de antemão sobre como agir diante de perguntas agressivas em relação às diferenças de classe entre

os pequenos frequentadores e os profissionais da Casa, ou como se comportar quando o tiroteio entre gangues ou entre policiais e traficantes eclode a poucos metros de onde crianças e adultos se encontram.

Mas o principal desafio a ser enfrentado talvez seja outro, e diga respeito mais a *nós* do que a *eles*. Como, no dia a dia, estar atentos a componentes universais da experiência subjetiva (inconsciente, recalque, fantasia), à dimensão singular da vida psíquica (a história única de cada sujeito), e articulá-los às peculiaridades inerentes ao contexto sócio-histórico – e portanto também subjetivo – em que essas mães e crianças vivem suas vidas? Em outras palavras, como operar as ferramentas conceituais de que dispomos sem oscilar imperceptivelmente entre uma apreensão teórica das propriedades *universais* do sujeito e uma abordagem prática das idiosincrasias absolutamente *singulares* de cada sujeito, sem deixarmos de dar conta, ou de ao menos enfrentar, os desafios e questões apresentados pelas *particularidades* subjetivas do universo subjetivo compartilhado pelas mães e crianças que nos procuram? De certa maneira, trabalhar em projetos como este implica estar o tempo todo às voltas com este tipo de questão. Logo que os trabalhos da primeira unidade começaram elas se impuseram, e foram determinantes para que se percebesse que, embora a Maison Verte continuasse como inspiração, seria necessário abandonar a idéia de tomá-la como *modelo* a ser replicado. Cedo ficou evidente algo que a experiência posterior só fez confirmar: a importância de se pensar a Casa da Árvore como um projeto com objetivos e balizamentos éticos claros, mas cujas características de funcionamento deveriam ser construídas a partir das realidades locais. Dizendo de outro modo, cada vez que se abriu a possibilidade de uma nova unidade, não se tratou apenas de reproduzir o que já se havia feito antes, mas de iniciar um novo *experimento*. O mesmo ocorreu com o convite para o

trabalho em creches. Ao invés de simplesmente implantar Casas dentro das creches, procurou-se experimentar novas maneiras de organizar o trabalho nelas, inspirados nos objetivos e balizamentos que ajudam a guiar o trabalho nas Casas.

Trabalhos como os da Casa da Árvore fazem parte de um vasto complexo de iniciativas que hoje se produzem no Brasil e em outros países com paisagem social semelhante. Eles participam também de um vasto e complexo movimento de ampliação do horizonte de ações inspiradas na abordagem psicanalítica da experiência humana – que saiu dos *settings* tradicionais da clínica psicológica para avançar por outros espaços sociais. Este movimento abarca projetos de pesquisa e intervenção junto a bebês prematuros, a pacientes com distúrbios neurológicos, em unidades de tratamento intensivo, inclui diversas modalidades de intervenção nas redes de atenção psicossocial, instituições penitenciárias, movimentos sociais, etc. Todos esses projetos e programas de ação têm em comum o fato de aceitarem o desafio de pôr à prova, e estender, a aplicação de conceitos e de instrumentos de intervenção psicanalíticos na abordagem de múltiplos aspectos da experiência humana, sem reduzir seu campo de atuação ao propriamente terapêutico ou clínico, no sentido convencional.

O tipo de proposta da Casa da Árvore, em especial, se situa numa encruzilhada na qual as interfaces entre psicanálise, saúde coletiva e intervenção social se entrelaçam de uma maneira muito peculiar. A Casa não é um lugar de assistência psicológica – embora nada impeça que isso venha a ocorrer, como se verá em várias situações que servem de ilustração para os textos que descrevem o trabalho que lá se faz. Não é tampouco uma proposta de cunho educacional, ou de promoção em saúde no sentido tradicional, embora esteja em seu horizonte o objetivo de auxiliar o processo de desenvolvimento ou amadurecimento psicológico e intelectual das crianças que a frequentam. Não, é finalmente, um programa

de intervenção social – apesar da convicção de que o trabalho com mães e crianças, quando bem sucedido, aponta para um processo de construção de sujeitos mais autônomos, mais capazes de exercer sua liberdade e assumir suas responsabilidades no campo social do qual fazem parte – características subjetivas indispensáveis à constituição desta figura peculiar, o cidadão.

Como poderíamos, então, caracterizar a peculiaridade e a natureza deste trabalho? Haveria muitas maneiras de fazê-lo, nenhuma delas definitiva ou exaustiva, porque, como já dissemos, uma de suas marcas essenciais é de ser um experimento, e não a aplicação de um modelo. É importante insistir neste ponto, porque é ele que dá o tom e o sentido deste livro: o de servir como o testemunho e provocação. Testemunho, porque procuramos relatar a trajetória deste trabalho, com os percalços, alegrias, dificuldades, sucessos e fracassos que pudemos identificar neste percurso até agora. Provocação, porque na etimologia desta palavra encontramos um apelo, uma esperança: a de estimular outras vozes (*pro + vocare*) para participarem da discussão em torno desta empreitada, refletindo criticamente sobre o que apresentamos, comparando este projeto com experiências afins, ou mesmo tomando a iniciativa de inaugurar outros experimentos deste tipo, para o qual nosso testemunho possa ser de alguma utilidade.

Mas voltando à interrogação, poderíamos apontar para a ligação que o projeto da Casa tem com pelo menos três conjuntos de referências, que nos servem de balizas, ou de bússola. O primeiro e mais evidente diz respeito à dimensão política da opção por construir esta experiência nas favelas, e não em outros lugares. Não que não se possa pensar em iniciativas semelhantes em outros contextos e ambientes sociais, mas a escolha das comunidades faveladas tem o objetivo de contribuir, com uma pequena iniciativa, para a construção de alternativas à atmosfera social de conformismo em relação ao quadro de desassistência,

abandono e exclusão desses verdadeiros enclaves urbanos. É uma maneira de mostrar que é possível usar a imaginação teórica e a determinação política para realizar ações que podem mudar destinos subjetivos aparentemente selados. É claro que não nos iludimos quanto ao alcance de iniciativas como a nossa frente à complexidade de problemas de ordem estrutural que precisam ser enfrentados para que os sujeitos que habitam esses espaços saiam da exclusão em que se encontram e partilhem de forma mais ampla dos recursos (sociais, econômicos, políticos, culturais) indispensáveis à ampliação de sua normatividade social e de sua plena cidadania. Estamos atentos, além disso, ao perigo, sempre presente em iniciativas deste tipo, de psicologizar, ou de incorporar a um “discurso competente”, técnico, questões e problemas que são de ordem existencial, política ou sócio-econômica. Mas nada disso nos impede de pretender, com nosso trabalho, criar um dispositivo do qual crianças e adultos possam fazer uso de modo a ampliar suas chances de viver de modo o mais autônomo, criativo e satisfatório possível. Sem que isto seja uma bandeira da Casa, a junção de efeitos clínicos e políticos, em iniciativas desta natureza, está inegavelmente presente.

O segundo grupo de referências que caracteriza este trabalho são as ferramentas teóricas que procuramos explorar para levar adiante o trabalho e enfrentar as surpresas com que ele nos brinda a todo instante. Neste ponto, a Casa se caracterizou, desde o início, pela presença de profissionais ligados a diferentes filiações doutrinárias, o que resultou na consolidação de uma perspectiva teórica pluralista e permitiu que se estudassem, com igual entusiasmo e proveito, a experiência de diversas tradições psicanalíticas – em especial da escola inglesa, com ênfase nas idéias de Donald Winnicott, e da escola francesa, sobretudo as contribuições de Françoise Dolto.

Esta abertura para vocabulários e abordagens distintos na

descrição da vida psíquica, na ênfase dada a este ou aquele modo de intervenção, a esta ou aquela função subjetiva, permitiu um diálogo constante entre essas aproximações teóricas diferentes e um uso mais imaginativo, acreditamos, dos recursos que elas disponibilizam para levar adiante um projeto como este. Para ilustrar este ponto gostaríamos de aludir à importância que tem para nosso trabalho a centralidade das noções de *ambiente*, *agressividade* e *ação*, em Winnicott, e as de *fala*, *linguagem* e *reconhecimento*, em Dolto.

#### **Ambiente, agressividade e ação**

Para Winnicott existe na origem do ser humano individual, e na emergência do psiquismo, um impulso vital para o desenvolvimento – não no sentido de um roteiro natural determinado, a ser necessariamente seguido por todo indivíduo, mas no sentido de um impulso para a atividade (que se expressa inicialmente na motilidade espontânea do bebê), para a exploração do mundo ao redor e dos seus próprios recursos. Este impulso, que é a fonte do que ele denomina *agressividade primária*, é o que nos define basicamente como seres de ação. É a *ação*, na qual o bebê vai progressivamente se engajando, que está na origem da constituição de todas as referências que organizarão o seu universo subjetivo, como a separação entre eu e não-eu, o endereçamento ao outro e a incorporação de traços deste, a distinção entre mundo interno e realidade externa, e a constituição do que Winnicott chamou de espaço potencial ou terceira área da experiência, ou ainda de campo dos fenômenos transicionais – no qual aquelas distinções se amainam e se cria um espaço onde é possível fazer experiências, brincar, e inventar novas paisagens existenciais.

Nesta concepção de psiquismo, portanto, quando olhamos para bebês ou crianças não vemos seres dotados de uma espécie de mente passiva que reage a estímulos externos e vai incorporando

aos poucos conhecimentos sobre o mundo que os rodeia, atuando em função daquilo que dele depreendem. Vemos pequenos seres se movimentando e explorando o espaço físico e o mundo humano que lhe cercam, e neste processo *construindo*, a partir dos efeitos de sua exploração, o que eles próprios reconhecem como sendo o seu eu e o mundo que reconhecem como real.

Nesta perspectiva, a vida subjetiva, suas vicissitudes e seus destinos não são vistos como algo que se situe apenas no plano da interioridade psicológica profunda, num mundo interno com fantasias inconscientes, memórias recalçadas, desejos recônditos, um mundo escondido ou apartado da realidade exterior compartilhada com outros, na qual o sujeito age. Ao contrário: todas essas dimensões e aspectos da vida psíquica se expressam no modo como o sujeito age no mundo, na maneira como ele se descreve frente aos outros, no tipo de resposta que dá às injunções da vida no dia a dia, na maneira como se posiciona em relação ao imaginário social que o cerca. O psiquismo não pode ser pensado como apartado do corpo, nem do ambiente físico ou do mundo cultural que ele habita. Ao contrário, a emergência do sujeito e o processamento da experiência subjetiva se dão na interação permanente do indivíduo com o ambiente humano e simbólico que o circunda. Portanto, é o maior ou menor espectro da ação criativa que define a qualidade da experiência subjetiva individual. É bom lembrar que na perspectiva winnicottiana criatividade não se confunde com criação artística. Embora esta seja uma de suas expressões possíveis, a criatividade se caracteriza pela mais sutil e não menos fundamental capacidade de usufruir, de uma maneira própria, singular, e prazerosa, da experiência de ser um indivíduo frente a outros no mundo. Nas suas palavras, criatividade é a retenção por toda a vida de algo que se constitui nos primórdios da vida subjetiva: a capacidade de criar o mundo. No imaginário winnicottiano vemos o sujeito aparecer como um

artesão de si mesmo e do mundo (não da realidade objetiva na qual ele está inscrito, mas do mundo vivido que ele habita). E isto depende não de alguma competência psicológica para explorar fontes abissais de inspiração no interior de cada um, mas da possibilidade de *brincar*, de não se prender excessivamente aos hábitos (impregnados em imagens, atos, significados, expectativas) e de poder explorar, com confiança, as possibilidades de ampliação de seu horizonte de ação. O sujeito, quando vive uma vida que lhe parece boa para ser vivida, é sempre mais um construtor e inventor, do que um descobridor de si – mesmo que disso não tenha tanta clareza.

Se quisermos, portanto, compreender como se formam sujeitos, entender por que sofrem, e ajudá-los a sair de impasses e enfrentar desafios para os quais não encontram resposta, é preciso prestar atenção às maneiras pelas quais seus conflitos, repetições e estereotípias se atualizam no modo como agem no mundo. É na superfície do que dizem e do que fazem que se revelam seus dramas e vicissitudes, e é neste campo que as possibilidades de intervenção podem se revelar mais férteis.

A *ação*, na verdade, se desdobra em duas dimensões fundamentais na relação do sujeito consigo próprio e com o mundo: a estabilidade e a precariedade, ou seja, preservação e a mudança. Ela se expressa dinamicamente, portanto, na tensão entre o *hábito* e a *criação*, entre ações que garantem a estabilidade das imagens de si e do mundo, preservando certas referências identitárias, e atos criativos ou inovadores, que criam novas maneiras de o sujeito se ver e se descrever no mundo – instituindo, assim, novas formas de agir como sujeito frente às expectativas sociais que o cercam, e frente ao seu próprio desejo.

Mas de onde pode advir o impulso à inovação subjetiva, à transformação dos modos de funcionar do sujeito? Aqui vemos com clareza o papel crucial que Winnicott atribui ao ambiente na

dinâmica da vida subjetiva. Quando ações realizadas pelo sujeito são bem sucedidas no sentido de serem acolhidas pelo ambiente e legitimadas por ele, elas tendem a se tornar hábitos subjetivos, ou seja, são incorporadas aos padrões e esquemas de ação que se tornam “naturais”, que não mais suscitam interrogação. Passam a ser percebidos pelo sujeito como sendo expressão da sua própria “essência” ou da “natureza”. Este é um modo de entender como auto-imagens, expectativas sobre si, apreciações sobre o lugar ocupado pelo sujeito na realidade, vão se cristalizando em identidades e estilos de funcionamento psíquico.

Quando, porém, por alguma razão, o ambiente oferece alguma resistência ou obstáculo a esses padrões estabilizados em hábitos, cria-se uma tensão, quando não um impasse – o sujeito é, então, instado modificar o seu repertório anterior, construindo um modo inovador de agir, inventando novas ações e, portanto, novos modos de ser e estar com os outros. Situações como essa permitem uma transformação na percepção que o sujeito tem si próprio e de certos aspectos da realidade, que pode resultar numa diversificação ou num alargamento de seu horizonte existencial. É neste esforço de reconstrução de si e de exploração de novas maneiras agir no mundo, precipitadas pelo enfrentamento dos obstáculos e da resistência que o meio pode oferecer, que se expressa da maneira mais clara o caráter criativo que o exercício da agressividade pelo sujeito pode exibir.

Porém, para que tudo isto ocorra de uma maneira satisfatória é preciso que o ambiente funcione de modo adequado às tarefas que se espera ele possa cumprir. Não se trata de pensar em ambiente ideal, mas apenas, como se tornou consagrado na expressão de Winnicott, “suficientemente bom”. Ou seja, que diante das necessidades e atuações do sujeito ele se mostre provisional – que acolha e sustente, que gere confiança pela estabilidade e previsibilidade que ele demonstra. Isto significa que ele não pode ser: a) *intrusivo*

ou *retaliador*, antecipando-se às ações e explorações do sujeito, e oferecendo ou impondo respostas a solicitações e expectativas que nem tiveram tempo de serem elaboradas ou constituídas pelo sujeito, ou ainda reagindo de modo violento a iniciativas dele – o que tende a produzir um efeito inibidor da iniciativa e da ação espontânea por parte do sujeito; ou b) *indiferente* ou *omisso*, excessivamente maleável às solicitações e expectativas, jamais resistindo às demandas que o sujeito lhe impõe – o que acaba por jogar o sujeito numa oscilação entre a onipotência e a impotência em sua relação com os outros e o mundo, pois é justamente a resistência oferecida pelo ambiente que permite ao sujeito ter a medida de suas forças, perceber-se reconhecido, e fazer uso proveitoso de sua agressividade. Na perspectiva winnicottiana, é quando falha este circuito de viabilização do exercício da agressividade que a violência surge em seu lugar, quer na tendência anti-social, em que o apelo e a esperança em relação ao ambiente ainda encontram lugar, quer nos casos de violência em que a destrutividade assinala a perda desta esperança e o esvaziamento da confiança em ter seus pleitos reconhecidos e atendidos.

Quando o ambiente é capaz de se desincumbir satisfatoriamente de suas funções, o sujeito se sente sustentado pela confiança, não apenas em relação ao ambiente, mas sobretudo em relação à possibilidade de fazer uso de seu potencial criativo, e esta é a base do que para Winnicott pode merecer o estatuto de uma norma de saúde mental. Usufruir de uma vida mental saudável não significa estar imune a sofrimentos, sintomas, e crises, pois estas fazem parte da dinâmica natural de qualquer existência. Significa experimentar a vida como aberta à surpresa, como uma promessa de satisfações futuras, enfim, como uma vida boa para ser vivida. E experimentar-se a si mesmo com alguém que é capaz de viver a vida usufruindo de suas realizações e responsabilizando-se por seus atos.

É a partir desta perspectiva que se sustenta uma premissa básica do trabalho cotidiano na Casa da Árvore: a da aposta na sustentação da potência criativa do sujeito, da ampliação de suas capacidades normativas, o que vale tanto para os que de algum modo já estão constituídos – as mães e os adultos cuidadores –, quanto para aqueles que se encontram em pleno processo de desenvolvimento – as crianças. É também deste ponto de vista que se pode apreciar a importância que tem, para nós, a função de ambiente que o dispositivo configura, e a maneira como os profissionais o ocupam. Não se trata apenas de um espaço físico, trata-se de um ambiente existencial, subjetivo. E as pessoas que por lá circulam, não apenas ocupam o espaço, mas agenciam as funções do ambiente, como se verá nos exemplos de diversos textos que compõem o livro.

#### **Fala, linguagem, reconhecimento**

Se Winnicott põe ênfase no papel do ambiente na formação do sujeito, Dolto se volta especialmente para o modo pelo qual a criança se constitui como sujeito por meio de palavras. Palavras que ela passa a usar quando, no processo de inscrição plena no campo do simbólico, ela deixa de se chamar na terceira pessoa e passa a usar o pronome na primeira pessoa para se designar a si própria frente aos outros – momento crucial em que a criança emerge como um narrador de si e do mundo. Estar de posse de uma linguagem é ter as chaves do mundo. Mais que isso. É ter as ferramentas que permitem construir chaves inexistentes anteriormente, e assim descobrir novos mundos, e também possuir instrumentos para criar novos universos. A partir desta transformação ele deixa de ser apenas um *agente* para se tornar um *sujeito*, que se posiciona frente às demandas que lhe chegam da alteridade (da tradição cultural, do discurso e do desejo dos pais, dos ideais socialmente hegemônicos) de maneira singular. Isto

significa: não apenas se assujeitando às expectativas e ditames dessas demandas, mas experimentando respostas e caminhos próprios, estabelecendo laços, com a família e a sociedade, a partir de um posicionamento frente a seu desejo. A partir deste momento, a criança, agora um sujeito, estará na posse da capacidade de ressignificar experiências, contestar significados, metaforizar sentidos. Em síntese, passa a ser um co-autor de seu destino, e um construtor possível de novos mundos

Na verdade, as palavras estão presentes nas fundações do sujeito muito antes de ele emergir enquanto tal. As palavras antecedem o sujeito não só porque desde que nasce ele é mergulhado num mundo de falantes, num campo discursivo no qual ele ocupa um lugar – que é expresso na maneira como os adultos se referem a ele, lidam com ele, no modo como o acolhem e lhe apresentam o mundo. Muito antes que ele adquira competência lingüística para compreender o *significado* das palavras, elas o envolvem e o ajudam a organizar o *sentido* das experiências que ele vivencia. Isto se dá por meio das entonações, do ritmo, do timbre, da delicadeza ou aspereza, da tonalidade cálida ou estridente, da surpresa ou da previsibilidade com que aparecem, enfim por meio de inúmeros aspectos presentes no uso da linguagem que, de algum modo, ajudam a ordenar o campo de experiências ainda desconhecidas com as quais o bebê vai tateando e explorando o mundo que o recebeu. Com as palavras que oferecem aos bebês, os adultos, em especial a mãe, funcionam como vetor de subjetivação e de inscrição daquele indivíduo singular no universo plural das trocas simbólicas.

Mas, mesmo antes disso, quando o bebê ainda não é nascido, as palavras já preparam esta recepção. O bebê *existe* no imaginário, nos sonhos, nos sentimentos e, é claro, no campo discursivo dos pais. E também da sociedade da qual seus pais fazem parte. O lugar simbólico que será convocado a ocupar vai

se constituindo no entrelaçamento de múltiplas palavras, falas e significados no casal parental, no grupo do qual fazem parte, e na sociedade na qual este grupo se inclui. Este conjunto de discursos projeta sobre o bebê que vai chegar uma antecipação sobre o lugar que ocupará. Neste discurso antecipatório, e naquele que o cerca ao nascer, o sujeito poderá encontrar referências que sustentem a possibilidade de ele próprio se projetar no futuro, já não colado às imagens e expectativas iniciais, mas assumindo os riscos e as responsabilidades de uma aposta subjetiva pessoal e singular.

Nem sempre, é claro, isto se dá sem problemas. Quer por conta de vicissitudes e problemas vividos pelos adultos em sua relação à criança, quer porque o entorno social tende a enclausurá-la em lugares despidos de significação simbólica positiva. A importância dessas noções para o trabalho cotidiano das Casas se revelará em praticamente todos os textos que o descrevem. Reside neste ponto também a importância crucial do que Dolto chamou de “fala verdadeira”, que significa apostar nos efeitos altamente positivos, especialmente no trato com mães e crianças, de se poder falar de forma aberta, clara, franca e tranqüila de tudo o que a presença do outro nos faz sentir, de tudo que imaginamos ou supomos que o outro possa estar vivenciando ou sentido, de tudo que nossa presença, fala ou gestos possam estar provocando na experiência dos que estão ao nosso redor, ou em conversa conosco. No fundo, se trata da atualização de uma outra aposta: a de estarmos sempre situados enquanto sujeitos diante de outros sujeitos (mesmo no caso de crianças pequenas, que são sujeitos em construção).

Esta atitude é absolutamente indispensável para que se dê uma outra operação correlata: a do reconhecimento recíproco dos interlocutores, operação sem a qual toda expectativa de tornar a criança capaz de assumir um posicionamento frente a seu desejo, e a arcar com as responsabilidades que esta assunção

exige tenderá a fracassar. Por isso, se lerá repetidamente nos textos que descrevem situações ocorridas nas diversas Casas, uma máxima extraída da experiência da Maison Verte: “aqui se fala com crianças, e não apenas de crianças”.

### **Cuidado e responsabilização**

Finalmente, o terceiro conjunto de referências que ajudam a nortear o trabalho da Casa diz respeito ao horizonte ético que lhe sustenta e lhe dá seu sentido global. De modo incisivo, o que se pretende com toda e qualquer intervenção – tradicional ou insólita, consagrada ou discutível – utilizada nos animados plantões nas Casas e nas creches é contribuir para ampliar normatividade subjetiva ou fortalecer o potencial criativo de todos aqueles que nos procuram. Para alcançar este objetivo os instrumentos podem mudar, mas basicamente dois tipos de estratégia se apresentam como indispensáveis. A primeira estratégia é a da construção de um ambiente provisional, acolhedor, no qual possa haver sempre uma escuta disponível para permitir, com cuidado, que venham à tona dores, impasses, dúvidas, ódios, que em ambientes socialmente regulados como a casa e a escola, dificilmente teriam como se expressar. Uma escuta deste tipo, e a capacidade de a equipe resistir a incertezas e ataques, contribuem para a consolidação de um ambiente de confiança, indispensável para que esta elaboração possa ter lugar. Trata-se de uma estratégia movida pela idéia de *cuidado*, de continência, que torne possível o enfrentamento de conflitos e questões difíceis de serem trazidos à fala nas circunstâncias da vida cotidiana. A segunda estratégia é movida pela idéia de *interpelação*, ou de *responsabilização*. Nesta perspectiva, o que está no centro das atenções é a necessidade de reforçar o posicionamento de mães e crianças como sujeitos de sua existência, com as conseqüências que este posicionamento acarreta. Trata-se de resistir quer às estereotípias de comportamento asseguradas

por identidades cristalizadas, quer às sedutoras tentações da vitimização e de assujeitamento voluntário.

Os textos que compõem este livro são uma tentativa de trazer ao debate o que tem sido a experiência da Casa da Árvore nos últimos anos. Os leitores certamente encontrarão neles as falhas e imprecisões de um trabalho em processo, de uma experiência em curso cujas dificuldades ainda desafiam a compreensão dos que nela estão engajados. Mas também encontrarão, esperamos, o entusiasmo pela aposta que ela sustenta. E, se o livro tiver o destino para o qual foi pensado, verão motivos para responder à provocação que o anima.



# Um pouco da história

*Lulli Milman*

A primeira Casa da Árvore foi inaugurada no Morro dos Macacos, em Vila Isabel. Foi no mês de outubro de 2001, mas a história deste projeto começa vinte e cinco anos antes.

## **A história**

Em seu currículo, o curso de psicologia exige que o aluno, para se formar, cumpra 500 horas de estágio. Para contemplar esta exigência, as grandes universidades criaram serviços de atendimento à população. A idéia era atender gratuitamente ou, no caso de haver pagamento, seguir uma tabela proporcional à renda familiar. Na UERJ, onde esta história começou, este setor se chama Serviço de Psicologia Aplicada.

Na década de 1970, com a mudança da Universidade para sua sede definitiva, ocorreram a ampliação e a estruturação deste serviço, antes bastante limitado, criando-se o que foi então chamado de Setor de Atendimento Infantil. Esse movimento caminhou junto com o fenômeno que Sérvulo Figueira (1981) chamou de *boom* da psicanálise no Brasil. Naquele momento, os psicólogos começavam a ganhar espaço nas equipes hospitalares e nas escolas. A cultura psicanalítica se difundia em uma sociedade pós-1968, na qual as famílias se recolocavam, as mulheres lutavam por independência, caíam tabus sobre a sexualidade.

Neste universo, o atendimento psicológico, nascido e criado na esfera do privado, do fenômeno individual por oposição aos fenômenos sociais, transforma-se em uma das vertentes da saúde pública. A linguagem psicanalítica começa a fazer parte do discurso cotidiano, todos falam sobre traumas, ganha importância o estado psíquico da mãe na gravidez, o complexo de Édipo se populariza. Querendo ou não, sabendo ou não, todos se vêem influenciados pela psicanálise. Desesperados com a consequência dos fenômenos socioculturais sobre a educação das crianças, médicos e educadores encaminham maciçamente as famílias aos serviços de atendimento público. Se, num primeiro momento dessa difusão, eram os profissionais da infância que faziam os encaminhamentos, passado pouco tempo já são os próprios pais que inscrevem seus filhos.

Apesar de muitos casos requererem uma intervenção que solicitava uma escuta individual e a longo prazo, uma quantidade significativa de queixas se referia a questões cotidianas, domésticas, a desencontros familiares. Para estes casos, que também demandavam uma escuta específica, a oferta do serviço parecia bastante inadequada. Mais grave ainda, uma grande parte dos problemas trazidos era uma clara consequência da situação social à qual as crianças estavam expostas. Destacando-se aí os desmandos das políticas educacionais e, mais amplamente, o descaso do Estado pela real condição de vida da população.

É importante também apontarmos neste quadro para as mudanças ocorridas nas famílias, que sofrem, no correr da segunda metade do século XX, um esvaziamento enquanto lugar de elaboração de conflitos. Este papel passa a ser assumido pelos profissionais da infância, inicialmente os da área de educação. No entanto, desvalorizados em seu lugar social, pertencendo à desmoralizada instituição escolar, os professores pedem ajuda para sustentar tal função. E o psicólogo infantil, por seu saber,

parece ser o profissional ideal para oferecer este apoio. Assim, as crianças, seja encaminhadas pelas escolas, seja por suas famílias, passam a lotar os consultórios públicos.

O que vemos então são enormes filas de espera em todos os serviços de atendimento psicológico infantil. Estas filas, bem além de um problema burocrático, como seria a contratação de muitos psicólogos, nos trazem questões de ordem teórica e técnica. Do ponto de vista da teoria, nos vemos frente à dificuldade de adequação das ferramentas teóricas de que dispomos para lidarmos com as realidades múltiplas que essa população traz. Do ponto de vista técnico, somos pressionados a refletir sobre os modelos de atenção que utilizamos para atender as especificidades dessa demanda.

Muitos anos se passaram, durante os quais foram feitas diversas tentativas neste sentido. Foram grupos de triagem, grupos de pais, grupos de crianças, pais atendidos com seus filhos, pais e filhos sendo atendidos concomitantemente. Muitas dessas tentativas deram bons frutos, pais e crianças foram ajudados, aprendemos muito. Mas a intranquilidade continuava. Se por um lado o fato de sermos um serviço universitário possibilitava um amplo espaço de reflexão sobre a prática, por outro, trazia importantes limitações ao atendimento.

A tarefa de atender aos pacientes cabia aos estagiários, que passavam no máximo, dois anos no setor. Assim, ao final desse período, ocorria um inevitável rodízio de terapeutas, o que gerava um grande desgaste nos atendimentos. Outro problema que se apresentava era a dificuldade de acesso da população, que, seja pelos gastos de passagem, seja pelo tempo necessário para vir a um local distante de sua moradia, com frequência abandonava o trabalho. Até a arquitetura do prédio da UERJ, um edifício enorme, mal sinalizado, onde os usuários se perdem facilmente, transmitia uma falta de acolhimento, que também contribuía para afugentar

as famílias. O fato de muitas das queixas serem inespecíficas, não estando relacionadas a quadros psicopatológicos estruturados, os quais acarretariam grande sofrimento, mas sim a questões de relacionamento familiar, também servia de motivo para se abandonar o atendimento. Acontece que ir ao Serviço, uma vez por semana, parecia para muitos um investimento grande demais para um sofrimento que talvez pudesse se resolver de forma mais simples. Muitos, de fato, queriam o Serviço, inscreviam-se, mas, no final, poucos eram atendidos de fato.

Frente a tais limitações, e principalmente pelo fato de não estar entre as atribuições de um serviço universitário receber toda a população de uma cidade, buscamos o parceiro que nos pareceu adequado – a Prefeitura da Cidade. Buscávamos assim quem julgamos ser os mais aptos a oferecer o atendimento infantil de forma mais ampla e mais perto da moradia da população. O que os fazia também mais capacitados a refletirem conosco sobre os modelos de atendimento adequados a estas condições. Mediante a realização de um convênio, iniciamos a parceria.

O projeto consistia em, junto com os psicólogos da rede municipal, buscarmos soluções para os problemas que percebíamos. Selecionamos a área de maior população infantil e de menor renda per capita (AP3-3) para iniciar o trabalho conjunto. Em pouco tempo, a parceria se desfez devido a problemas de diversas ordens pelas quais nosso parceiro passava.

Após essas experiências insatisfatórias, já em 1997, com o convênio ainda em vigor, foi levantada pela primeira vez a hipótese da criação de um espaço nos moldes da Maison Verte de Françoise Dolto, como solução para muitas dos problemas que enfrentávamos<sup>1</sup>.

1 Ver mais sobre estas questões em WERNECK, Denise; MILMAN, Lulli. “Atendimento Psicológico Infantil na Rede Pública – sobre famílias, de-

As chamadas estruturas Dolto são espaços ditos de lazer e palavras, concebidos para receberem crianças de até 3 anos, sempre acompanhadas de um adulto “de quem dependa a segurança de sua identidade”<sup>2</sup>. Ao chegar, a criança tem seu nome registrado em um quadro negro junto à porta, marcando assim seu reconhecimento como ser humano, com seu nome, sua história, seu próprio desejo. Não há inscrição nem encontros com hora marcada; as pessoas apenas vêm quando quiserem, como quiserem.

Preocupada com a enorme quantidade de crianças que, a partir do início da vida escolar, eram encaminhadas ao psicanalista com problemas já estruturados, Dolto criou a Maison Verte. Sua ação ali era preventiva: “... se as coisas pudessem ter sido faladas a tempo, a saber, no momento dos traumatismos, dos choques, dos sofrimentos familiares dos quais a criança é parte integrante, e dos quais ela guarda um traço – pela perda de confiança em si mesma, e por uma hesitação em sua identidade –, teria sido possível evitar a grande patologia que aparece após dois anos de escolaridade e, para a qual, os professores aconselham os pais a consultarem os centros de atendimento”<sup>3</sup>.

Dava ênfase especial ao aspecto da prevenção da violência, cuja origem estaria, segundo ela, não só em marcas vindas de uma identidade posta em perigo desde muito cedo, como também na cristalização de comportamentos surgidos já na fase em que a criança se relaciona socialmente tanto com outras crianças quanto com adultos.

Outro ponto importante era a relação que se estabelecia entre

mandas e modelos clínicos”, in *Cadernos de Psicologia*, n.7, Instituto de Psicologia da UERJ, 1997.

2 Dolto, F. *Dificuldade de Viver*. Porto Alegre, Artes Médicas 1988, p.321

3 Dolto, F. “La Maison Verte”, in *Esquisses Psychanalytiques no.5*. Paris, Printemps 1986

os adultos acompanhantes. Vendo os diferentes comportamentos dos outros pais com relação aos seus filhos, falando entre si, partilhando situações – muitas vezes como mãe de um pequeno agressor ou de um agredido – vivendo ali o seu ciúme, a sua inveja, o adulto redimensiona seu lugar de responsável, enriquecendo-o, dando-lhe novos contornos. E, desse modo, o efeito da palavra vai se ampliando, contribuindo também para sua relação com os filhos mais velhos da família.

Frequentar a Maison Verte seria, pois, a melhor forma de prevenir não só as neuroses infantis como também a violência originária de uma adaptação confusa da criança à vida social. Violência suportada ou praticada pelas crianças pequenas, nos seus primeiros contatos com a sociedade.

A Maison Verte é um lugar de convívio, de prazer, de brincar e falar, onde não há necessidade de se relatarem sintomas. Não se trata tampouco de um lugar onde se promove a reeducação. É, sim – e isso Dolto afirma categoricamente –, o lugar da psicanálise. E esse lugar acontece, mesmo que ali os psicanalistas não estejam em seu *setting*. Na Maison Verte, eles são “psicanalistas da cidade”, pois falam – e falam muito. Cabe a eles falar e opinar, já que estão interagindo em um espaço social. Trata-se de um falar modesto, mas eficaz, que atua justamente no ponto de surdez dos pais em relação a seus filhos, e que se transforma, para a criança, num meio de encontrar um lugar entre os humanos, um lugar próprio, inspirado nos pais, mas ao mesmo tempo distinto do deles. Dolto sustenta a presença da psicanálise na Maison Verte definindo o trabalho que ali é feito como “colocar um ser humano em sua identidade, seu espaço, seu tempo, sua linhagem; e lhe permitir as mediações imaginárias que sustentam a simbolização das relações humanas”.<sup>4</sup> E a psicanálise nada faz além disso.

4 idem, *ibidem*.

Lá, cada profissional também fala de si, de sua opinião, com um lugar e uma palavra relativizados pela presença de tantos outros que ali trabalham. A fala que circula não é definitiva nem aprisionadora; é simplesmente a expressão do esforço de cada um em se fazer entender por um outro, utilizando um código partilhado por todos.

São sempre três as pessoas que recebem os freqüentadores, e cada uma dessas pessoas só pode estar lá uma vez por semana. Dessa maneira, a transferência se desloca da pessoa de um único e exclusivo interlocutor para o lugar, para o espaço Maison Verte, onde os múltiplos profissionais possibilitam múltiplos encontros. A relativização da fala, assim instaurada, facilita que se abra, para os que a freqüentam, a possibilidade de falar a todos de seu convívio, sua família, colegas.

Mas o que nos parece ser o mais importante em toda a proposta de Françoise Dolto é que, muito além de qualquer teoria ou técnica, ela propõe uma ética no lidar com crianças. Uma ética a ser partilhada por todos, que parte do reconhecimento da criança como um sujeito *desejante* e um cidadão merecedor da verdade sobre suas origens, seus sentimentos, sua história. Foi o que fez a proposta nos parecer tão inspiradora. Pois produzir tais espaços faria com que os psicólogos estivessem perto da casa das crianças, todos poderiam ir e vir sem entraves burocráticos, e mais, estaríamos trabalhando com um modelo que parecia ser absolutamente adequado às queixas mais freqüentes nos serviços.

No entanto, naquele momento, a idéia foi arquivada já que montar um espaço tipo Maison Verte requeria uma infraestrutura impossível de ser construída devido à falta de recursos e aos entraves burocráticos que impregnam as universidades e os serviços públicos.

Era necessário tomar um outro caminho, distante da UERJ. Assim, no ano 2000, as psicólogas Lulli Milman, do Serviço de

Psicologia Aplicada da UERJ, e Maria Fernanda Baines, egressa da Secretaria de Saúde do Município, se dispuseram a iniciar o projeto sem o respaldo de instituições públicas.

Desde sempre soubemos onde deveríamos nos instalar – nas favelas cariocas. Acreditávamos que as favelas são os espaços de nossa cidade onde há maior carência, maior desamparo por parte do poder público, maior índice de violência. Escolhemos um segmento da população isolado geográfica e socialmente – os que não moram nas favelas só vão lá ou procurando drogas ou em bailes funk –, que se caracteriza por um poder aquisitivo baixo, como também baixo nível de escolaridade e, mais do que tudo, se encontra submetido a níveis de violência absurdos e a códigos de lei e conduta criados pelo tráfico de drogas. Ao optarmos por delimitar para nosso trabalho uma área da cidade em função de suas características socioculturais, estávamos introduzindo, claramente, o aspecto social em nossa atuação como psicanalistas. Pretendíamos atuar nas favelas como o que Françoise Dolto chamou de “psicanalistas na cidade”, interagindo em um espaço social.

### Os contatos

Passamos então a buscar um contato em alguma favela que pudesse nos indicar onde poderíamos nos instalar. É interessante ressaltar aqui que, em momento algum, houve qualquer tipo de demanda das comunidades para nosso trabalho. E mais, tanto uma psicóloga como outra não tinham nenhuma experiência em atuar neste tipo de espaço social. Assim, a Casa da Árvore começa pelo simples desejo de trabalho, pela filiação distante a uma psicanalista francesa e por nossa intranquilidade diante das soluções existentes para o atendimento infantil na rede pública, somando-se a isso uma longa experiência em lidar com a precariedade tanto dos serviços públicos quanto das redes sociais

disponíveis para acolher a infância. Por todas essas razões, na Casa da Árvore tudo ainda estava por ser feito.

A busca pelo local se iniciou informalmente. Quem, nas nossas relações, teria algum contato em alguma favela que pudesse nos abrigar? Ouvimos falar de um Centro Comunitário chamado Ligia dos Santos, no Morro dos Macacos, em Vila Isabel. Lá, nos disseram: “Procurem por D. Ana que dirige o local”. Falando em nosso próprio nome, nos apresentamos e tentamos explicar, ainda que sucintamente, nossas intenções. Tudo deu um pouco errado naquela oportunidade. Sem conhecer os códigos da favela, não sabíamos como nos mover ali, sentindo ainda por cima medo e uma enorme insegurança. D. Ana, por seu lado, com uma longa experiência com pessoas de classe média, que surgem do nada para fazerem trabalhos sociais e que para esse nada facilmente retornam, pouca atenção nos deu.

Surgiu um outro contato, com D. Terezinha, que trabalhava no Morro do Turano, no Rio Comprido, ligada à Pastoral das Favelas, um órgão da Igreja Católica. Fomos recebidas com entusiasmo e prontamente ela nos levou a um local que julgava poder ser adequado ao nosso trabalho. Era lá em cima do morro e, quando chegamos, não havia quem abrisse a porta do imóvel. Enquanto esperávamos pela chave, fomos advertidas por um traficante que não podíamos ficar onde estávamos, pois ali atrapalhávamos a visão do posto de observação dos bandidos. Movemo-nos um pouco para o lado e, talvez como forma de intimidação, um dos rapazes do grupo veio correndo em nossa direção, brandindo uma arma e gritando. Felizmente passou por nós e seguiu, sabe Deus lá para onde. Com esta pequena recepção, vimos que lá não era para nós.

A Universidade pública – que antes parecia ser um entrave – transformou-se, então, em uma necessidade. Sem o respaldo de uma grande instituição, nos pareceu quase impossível nos mostrar-

mos confiáveis. Além do mais, havia os problemas de segurança, sempre presentes no cotidiano das favelas, para os quais o apoio da UERJ também nos dava mais garantias.

Houve então um redirecionamento de nossas ações. O projeto Casa da Árvore, naquele momento inicial, ainda sem seu nome de batismo, foi registrado na Sub-reitoria de Extensão e Cultura da UERJ como projeto do Instituto de Psicologia, com o nome de Centro de Convivência para Crianças e Seus Pais – um espaço de construção de laços afetivos e sociais. Tornou-se então uma área de estágio oficial do curso de psicologia da Universidade.

A partir daí, tudo mudou. A Universidade colocou a nosso dispor um setor que já existia, naquela ocasião, encarregado do contato com diversas comunidades. Por intermédio desse serviço, chegamos a um local no Morro do Pau da Bandeira, também em Vila Isabel. Havia ali um ponto de atendimento médico/odontológico ligado à Universidade e que, naquela ocasião, já mostrava sinais de desgaste em função da ação do tráfico. Entramos no prédio anexo, buscando um espaço para nós, e fomos surpreendidos por um rapaz nervoso, que nos avisou que não podíamos estar ali, pois se tratava de um depósito de armas. Mais uma vez, o tráfico, nos mostrava o seu poder e nos mandava embora.

O outro local proposto por essa assessoria foi o mesmo Centro Comunitário do Morro dos Macacos que já havíamos visitado, quando falávamos apenas em nosso nome. Se D. Ana tinha todos os motivos para desconfiar da solidez das intenções de duas psicólogas desconhecidas, ao nos colocarmos como um projeto da Universidade, as desconfianças desapareceram. Assim, foi formalizado um convênio entre a Universidade, representada pelo Instituto de Psicologia, e o Centro Cultural para possibilitar a cessão do espaço físico. Um ano após esse contato, inaugurou-se ali a primeira Casa da Árvore.

O nome surge de uma linda mangueira que, embora planta-

da no terreno do vizinho, oferecia sua sombra ao nosso pequeno pátio. Dois anos depois, quando saímos de lá, a árvore que nos inspirou já havia sido cortada.

Ao mesmo tempo em que buscávamos nas favelas um lugar para nossa casa, buscamos na Maison Verte, na França, apoio para as questões relativas à psicanálise neste modelo tão peculiar de trabalho. Essa casa, onde a própria Dolto trabalhou, uma experiência pioneira, é conhecida como Maison Mère. Fomos recebidos com toda atenção pela equipe, que, no entanto, ao contarmos nossa intenção de trabalhar em favelas, se mostrou bastante descrente. Uma das pessoas presentes a uma reunião em que expusemos nossos planos, levantou impedimentos sérios, pois, segundo ela, seria impossível fazermos psicanálise onde havia fome e graves problemas de saúde. Mais tarde, já de volta ao Brasil, tentamos iniciar uma troca com eles, mas a resposta foi bastante desestimuladora. Trabalhar “onde a violência torceu o pescoço das palavras”, segundo eles, seria impossível. Ainda assim, desejaram sucesso em nossa empreitada. Ficou claro então o que já intuíamos, a adaptação do modelo francês à nossa realidade seria um trabalho solitário e complicado.

A segunda Casa a ser inaugurada, em 2003, ficava no Morro do Turano, no Rio Comprido. A experiência difícil que havíamos passado quando fomos lá pela primeira vez, nos tinha feito desistir. Trabalhar lá em cima era impossível. D. Terezinha, no entanto, não tinha desistido da Casa da Árvore. Quando a Pastoral das Favelas recebeu um imóvel situado em um dos acessos ao morro, ela nos ligou imediatamente, oferecendo um espaço. Lá trabalhamos desde então no que era a garagem dessa casa.

A continuidade do trabalho leva, naturalmente, à sua difusão e surge então, um novo tipo de possibilidade de atuação para a Casa. A creche Meninos de Luz, no Morro do Pavãozinho, e a Creche Casulo Padre Aleixo, no Morro Azul, nos convidam para

participar de seu trabalho. Apesar da inserção em uma instituição já existente ser uma proposta distante das estruturas Dolto, optamos por aceitar os convites, partindo assim para a abertura de um novo campo de reflexões e de ação.

Paralelamente às ampliações, corriam as restrições. A Casa do Morro dos Macacos vivia uma crise. Por ser a primeira Casa, como todo primeiro filho, nasceu marcada por nossa insegurança. Sabíamos que a prática nos levaria a muitas adaptações do modelo francês, porém, enquanto não tivéssemos nosso próprio percurso, seria aquele modelo que daria os parâmetros de nosso cotidiano. Assim, iniciamos o trabalho tentando segui-lo à risca. Receberíamos crianças de até 4 anos, sempre acompanhadas por um adulto. A presença dos responsáveis era uma condição básica no trabalho de Dolto. Aliás, o que também era estrutural em seu trabalho e que tentamos seguir, foi a tematização da lei. Neste sentido, ela formulou duas leis para o funcionamento de sua *Maison Verte* – uma dizia que para brincar com água as crianças precisavam usar um avental de plástico, ficando assim protegidas do frio e da umidade das roupas molhadas. A outra determinava, por meio de uma linha vermelha pintada no chão, o espaço limite dos brinquedos com rodas, tipo velocípede. Se a intenção da primeira era também provocar a discussão com as mães sobre a diferença de leis e normas quando aplicados em espaços públicos ou em ambientes particulares, a segunda objetivava a discussão com as crianças sobre transgressão e a obediência.

Mesmo tentando seguir a *Maison Verte*, os aventais nunca chegaram a ser cogitados por nós. Seria impossível em um país como o nosso, no tórrido bairro de Vila Isabel, exigirmos um avental de plástico. A linha vermelha foi feita, porém a equipe, confusa sobre sua utilização, por comum acordo determinou que a parte coberta da Casa ficasse proibida às rodas e a externa,

liberada. Mas a questão decisiva se passou com relação à faixa etária e à presença dos pais.

Durante os dois anos em que permanecemos lá, fomos visitados por poucas crianças. Foram plantões e plantões sem aparecer ninguém e a presença máxima foi sempre aquém de nossa expectativa. Vinham poucas mães, o que, por um tempo pudemos justificar pelo fato de sermos novos ali, ou ainda por estarmos localizados em um lugar muito escondido. Mas, o tempo foi passando e a situação pouco se alterou. No entanto, o mais importante tinha acontecido – começamos a trabalhar e a construir nossa própria experiência. E, naturalmente, começaram a ocorrer as adaptações do modelo original, trazendo uma mudança importante na nossa filiação à experiência francesa. Se até aqui esta era um modelo a ser seguido, agora se transformava em uma inspiração.

Independentemente de nossos problemas internos, a vida continuava no Morro dos Macacos. A violência no morro aumentava a cada dia. As armas, antes escondidas, passaram a ser mostradas sem pudor. Tentamos ainda mudar de espaço, nos instalando em uma sala no terreno da creche comunitária. Porém, o esvaziamento da Casa só aumentava, assim como o medo que sentíamos. Fomos, portanto, obrigados a sair do local.

A saída do Morro dos Macacos nos obrigou de novo a buscar contatos em outras comunidades. Após algumas visitas, sempre acompanhados e indicados por um morador do local, chegamos à Associação de Moradores do Morro do Chapéu Mangueira. A parceria foi firmada e a entidade nos cedeu um espaço para nossa instalação em um imóvel situado em cima do Posto de Saúde Comunitário. Com isso, tínhamos de novo uma árvore; o pátio desta casa é deliciosamente sombreado por um lindo espécime plantado na casa vizinha.

Nesse momento, avaliando nossa experiência anterior de ausência dos pais, já havíamos decidido mudar as regras. Agora,

recebíamos crianças de até 6 anos, acompanhadas, e de 7 a 12 anos, podendo estar sozinhas. No início do trabalho no Morro do Turano, quando ainda estávamos em Vila Isabel, continuamos tentando manter a exigência da presença dos pais, apesar de já termos alargado a faixa etária para seis anos.

Surgiu então a terceira Casa da Árvore, na Ilha da Conceição, por meio do financiamento de uma empresa multinacional do ramo da exploração do petróleo que funciona na localidade. A empresa, seguindo uma política de ação social que privilegia investimentos que beneficiem a população local, mantém integralmente a Casa da Árvore. Lá, mais uma vez tentamos, e desta vez com sucesso, preservar o modelo de receber apenas crianças pequenas acompanhadas pelos responsáveis. Estas diferenças de propostas serão vistas e analisadas mais adiante.

No ano de 2007, surgiu uma nova proposta de ampliação de nossas atividades. Um grupo privado se propõe a montar uma creche, que mesmo não estando situada dentro de uma comunidade, receberia os filhos da população de baixa renda que trabalhava na região escolhida. A creche FazerArte foi inaugurada, no bairro de Botafogo, em março daquele ano.

Um momento importante neste percurso foi a parceria feita com o Instituto de Medicina Social da UERJ. A partir de 2002, o professor Benilton Bezerra Jr, membro do Instituto, passou a coordenar o Centro de Estudos da Casa. O encontro foi decisivo no sentido de incrementar nossas reflexões teóricas. Se até então nos baseávamos exclusivamente na obra de Dolto, a partir de então passamos a considerar também, como referência teórica, os conceitos do psicanalista inglês D. W. Winnicott. Em outubro de 2006, quando a psicóloga Lulli Milman, coordenadora do projeto de extensão pelo Instituto de Psicologia, se aposentou, nossa referência na UERJ passa a ser o Instituto de Medicina Social.

### **Equipe**

Formar uma equipe de trabalho é sempre difícil. No caso de uma estrutura como a Maison Verte de Dolto torna-se ainda mais complexo, pois requer, no mínimo, quinze pessoas para compor os cinco plantões semanais. Como optamos por iniciar o trabalho dessa forma, passamos a recrutar interessados entre alunos do curso de psicologia que já tivessem alguma experiência e, principalmente entre psicanalistas já com anos de trabalho que não pertenciam ao quadro da universidade. Se até hoje, e talvez para sempre, trabalhar na Casa da Árvore requer um grande investimento pessoal de cada um, naquele momento inicial isso era fundamental. Do ponto de vista da filiação teórica, a obra de Dolto, quase sem traduções, escrita para uma outra realidade e há trinta anos, não nos oferecia um apoio sólido. Frequentar favelas, com suas armas envolvidas e toda a mística que a classe média tem sobre seus moradores, não era fácil. Sermos uma experiência pioneira no Brasil, sem antepassados que nos guiassem, exigia uma extrema capacidade de lidar com a insegurança, assim como disposição de apostar no novo.

A equipe começou a se formar em torno de um grupo de estudos na UERJ, baseada nos textos das experiências francesas e de outros países que também haviam implantado o modelo. Uma das maiores dificuldades nesse período foi a quase inexistência de textos em português sobre o assunto.

Muitos vieram e muitos se foram. Após alguns meses, quando já tínhamos o local acertado com D. Ana, passamos a fazer estas reuniões, semanais, no próprio Centro Comunitário, para onde íamos, inicialmente, em uma van cedida pela Universidade.

A ampliação do trabalho trouxe a necessidade de ampliação também da equipe.

Atualmente, temos uma estrutura composta por quarenta participantes, entre estes, dois estagiários de psicologia. A gran-



de maioria é de profissionais jovens, em formação. A origem acadêmica da Casa da Árvore, sua ligação histórica com novos profissionais, faz com que a formação seja um dos principais objetivos de nosso trabalho.

### Financiamentos

A Casa da Árvore mesmo sendo um projeto da UERJ, necessitava de muitos recursos que a Universidade não podia fornecer, desde profissionais até material de construção para a obra de adaptação do local. Para as primeiras obras, ainda no Morro dos Macacos, todos os participantes do projeto se cotizaram para confeccionar camisetas que, vendidas, financiaram a instalação. Neste momento, recebemos uma importante contribuição da loja Novamente, que foi também fundamental nesta obra inicial. Quanto aos trabalhadores, sempre esteve fora de cogitação a opção de um voluntariado que se prolongasse para além dos primeiros momentos, de implantação do projeto. Buscar bolsas para todos garantiria não só vínculos mais sólidos como também continuidade do trabalho. A participação de estagiários, ainda que importante, nos colocava no mesmo problema de rotatividade, intrínseco aos serviços universitários. Optamos por colocar todos, formados ou não, em um mesmo padrão de remuneração.

Por isso, partimos quase imediatamente em busca de fontes de financiamento. A primeira opção, uma vez que estávamos ligados a uma Universidade, seriam os órgãos estatais que usualmente financiam pesquisas e projetos nesta área, tais como CAPES, CNPq, FAPERJ. Esta opção foi imediatamente descartada, pois o responsável pelo projeto na UERJ ocupava um cargo de supervisão técnica e não um cargo de ensino, o que é pré-condição para este tipo de apoio.

Conseguir financiamento para um trabalho que apenas se iniciava parecia ser quase impossível. Porém, mais uma vez serão

os contatos particulares que virão em nosso auxílio. A partir de outubro de 2001, a Devon Energy, empresa multinacional do ramo do petróleo, iniciou seu patrocínio à Casa, concedendo uma verba de manutenção e quinze bolsas, cujo valor foi calculado segundo a tabela do Conselho Regional de Psicologia (CRP) para trabalhos comunitários.

O interesse despertado pelo trabalho fez com que outra empresa multinacional, também do ramo da exploração de petróleo, a SubSea 7, financiasse uma nova Casa. Seu objetivo era atender à população que morava próxima às instalações da empresa e, para isso, nos puseram em contato com a Associação de Moradores local, que nos cedeu o imóvel. A empresa arcou não só com as bolsas dos quinze plantonistas da Casa, como também se responsabilizou pelos seus gastos de instalação e manutenção.

A ajuda substancial de particulares foi fundamental em nosso funcionamento, garantindo a impressão de *folders*, a instalação e manutenção da Casa do Turano. No período de um ano, entre 2005 e 2006, a Casa da Árvore contou com o apoio da empresa estatal Eletrobrás, que nos patrocinava concedendo quinze bolsas e verba de manutenção. Este patrocínio não foi renovado.

Quanto às creches, as bolsas das duas psicólogas que trabalham na FazerArte, em Botafogo, são de responsabilidade do grupo privado que a mantém. Na Creche Casulo Padre Aleixo, a Paróquia de Santíssima Trindade é a instituição mantenedora responsável por esse pagamento.

Quando, no ano 2000, escrevemos o primeiro projeto para a UERJ, já definimos ali o objetivo de construir um modelo de trabalho que pudesse ser reproduzido por outros grupos, em outras cidades do país. Entre fevereiro de 2006 e março de 2008 a FINEP – Ministério de Ciência e Tecnologia financiou um grupo de participantes da Casa da Árvore para que desenvolvesse a pesquisa que possibilitou o relato e a divulgação desta experiência.

### Instituição

A Casa da Árvore é uma instituição bastante peculiar. Por ter nascido como um projeto de extensão universitária, teve, desde seu início, um compromisso de reflexão sobre a prática, de aprofundamento teórico, de criar uma experiência que inspire outros trabalhos. A formação profissional no campo da psicologia comunitária sempre foi, também, um dos nossos objetivos. Coloca-se assim distante dos propósitos beneficentes ou assistencialistas de outros trabalhos, que se passam em comunidades. Porém, por se tratar de uma ação voltada para crianças, especialmente as que vivem em ambientes de risco social, muito facilmente nos aproximamos desses objetivos, ainda que não sejam os nossos. Fazemos, seja como for, parte do universo de ajuda às crianças. É importante também, nesta dinâmica, a questão da remuneração da equipe, pois o fato de os freqüentadores estarem cientes de que recebemos por nosso trabalho já nos retira do espaço da caridade. No momento em que quase naufragamos por conta da baixa freqüência às casas, uma das primeiras possibilidades que nos ocorreu foi a oferta de um lanche. Ouvimos muitos relatos de pessoas com experiência em comunidade, que nos afirmavam ser impossível que as pessoas viessem sem receber comida. Mas, permanecemos firmes em nossas convicções de que esta prática é mais um vício do sistema de relações entre os trabalhos e a clientela nas comunidades do que uma necessidade. Por isso, optamos por não oferecer nem um biscoito, mesmo nestes momentos mais difíceis, apenas água.

Apesar de sermos um projeto de extensão universitária, na equipe inicial só havia um profissional pertencente aos quadros da Universidade. Todos os demais eram ou estudantes da UERJ e de outras universidades, ou profissionais com larga experiência em psicanálise. Essa grande diferença de qualificação profissional não foi considerada na distribuição das bolsas, pois, por sermos

uma equipe onde ninguém tinha experiência prevista naquele modelo, optamos pelo nivelamento de todos. Para que os financiamentos se realizassem, foi necessário nos registrarmos como uma ONG. Este duplo vínculo, Universidade/ONG, é fundamental na identidade da Casa da Árvore. Pela origem universitária, mantivemos todas as características de um centro de produção de saberes, com a produção de textos, participação em congressos, formação de novos profissionais. Nessa linha, realizamos na UERJ, em setembro de 2006, o *I Encontro da Casa da Árvore de Capacitação de Creches Comunitárias*. Contamos então com a participação de cem educadoras, que atuam em creches de diversas comunidades.

A reflexão da equipe sobre sua prática se dá em reuniões de supervisão e grupos de estudo semanais e em reuniões dos profissionais de cada Casa duas vezes ao mês. A reunião geral é mensal.

Pela inserção no universo das ONGs, não só nos colocamos junto às ações da sociedade civil frente às necessidades da população, como abrimos na Casa da Árvore um campo de reflexão sobre estas ações. Assim, realizamos em 2005 o *Seminário Psicanálise nas Trincheiras* em conjunto com a ONG Girassol, que desenvolve trabalhos em CIEPs e oficinas com adolescentes em comunidades. No ano de 2007, com o apoio da FINEP, promovemos o encontro *Trabalhando com Crianças*, quando se reuniram, na UERJ, nove ONGs que atuam com esta faixa da população. Um relatório com os temas debatidos nesse encontro foi feito e distribuído.

Sempre buscando a troca de experiências com outras instituições, organizamos, em 2005, seminários com a psicanalista francesa Françoise Hauet, do IRAEC, que desenvolve, em Paris, trabalho nos moldes da Maison Verte, e com a psicanalista peruana Bibiana Mazza, da Casa de la Família, em Lima, no Peru. Os psicanalistas Jurandir Freire Costa, Maria Rita Kehl, em agosto

de 2006, e Miriam Debieux, em maio de 2007, participaram de discussões de trabalho com a nossa equipe.

Ainda sobre a multiplicidade de vínculos, como já dissemos inicialmente, achamos que estarmos ligados a uma grande Universidade pública apenas nos cercearia, mas a experiência nos mostrou o contrário. O que vimos, na verdade, foi a importância de dois tipos de vínculos para estarmos nas comunidades: um feito a partir de contatos internos e outro externo. Para entrar em uma comunidade, são fundamentais os contatos com as instituições locais. No nosso caso, são associações de moradores, a Pastoral das favelas, creches comunitárias. Dessa forma, não só nos aproximamos mais das demandas e problemas de cada local, como também se cria maior receptividade frente à nossa condição de *estrangeiros*. Por outro lado, pertencer à UERJ nos fez, frente aos olhos da população, mesmo que imaginariamente, os representantes da solidez e da confiabilidade dessa instituição. No início do trabalho, tal inserção foi fundamental. Atualmente, a permanência da Casa da Árvore depende fundamentalmente ou da continuidade da equipe, ou das circunstâncias locais, sendo a Universidade secundária. A dimensão tomada pelo projeto será a base de sua autonomia, ainda que esse fortalecimento se dê de forma bastante complexa.

De um espaço no Morro dos Macacos, passamos, em seis anos, a seis locais de atuação. A partir dessa mesma estrutura, passamos a atuar também em creches e, dos quinze trabalhadores iniciais, passamos a mais de quarenta. Esta expansão, positiva não só quanto a propiciar nossa autonomia como também para ampliar a experiência e formação de profissionais, traz consigo os ônus das questões administrativas. A transformação de uma estrutura pequena, na qual todos interagem intimamente, em uma organização de algum porte, nos levou à necessidade de criar formas de gerenciamento com tarefas definidas. Fez-se

necessária a criação de coordenações por Casa, de uma coordenação geral, do trabalho de uma secretária. No entanto, apesar da enorme quantidade de tarefas que demanda uma estrutura a qual se propõe à reflexão, ao ensino e à assistência, estamos sempre limitados pelos problemas financeiros. A disponibilidade de cada um, ainda que intensa, se confronta sempre com a necessidade de sobrevivência, por isso a busca de fontes de financiamento para a Casa da Árvore parece interminável. O que, aliás, não é nada surpreendente no universo das ONGs.

# As Casas e suas comunidades

Lulli Milman

A idéia da flexibilidade das estruturas Dolto, que devem ser criadas segundo as condições próprias a cada lugar e a cada equipe, não é nova. Relatando sua experiência de criação do Jardin Couvert, já nos anos 1980, na França, Denis Vasse enfatiza a posição de Dolto neste sentido<sup>1</sup>. Nossa experiência aqui não é diferente: cada casa se fez e se faz de forma especial. São fatores que vão desde a arquitetura do imóvel até a *personalidade* de cada comunidade, sua localização geográfica na cidade, o poder do tráfico de drogas, a história, que vão determinar a forma como a Casa da Árvore desenvolve seu trabalho.

Sendo um trabalho que se dá em um ambiente social, as características de cada comunidade e as características da equipe serão determinantes na forma como o trabalho se realiza. Por isso, é importante discorrer não só sobre a forma como cada casa funciona, como também sobre as características de cada comunidade, buscando assim pensar sobre a relação entre estes dois fatores.

Quando nos referimos ao funcionamento das casas, tomamos dois aspectos principais, que se entrelaçam. O primeiro refere-se à faixa etária, à presença ou não dos pais. O outro trata da própria relação das crianças com a Casa e com os que ali trabalham,

---

1 VASSE, Denis. *Se tenir debout et marcher - du jardin oedipien à la vie en société*. Paris: Gallimard, 1993.

ou seja, trata da dinâmica da transferência que se estabelece em cada espaço.

### **No Rio Comprido, o Morro do Turano<sup>2</sup>**

O Morro do Turano, assim como boa parte dos morros da Tijuca e adjacências, incluindo-se o Rio Comprido, fazia parte de uma fazenda de café cuja sede era no prédio onde hoje está a Universidade Estácio de Sá, uma instituição privada. O seu nome homenageia a família de aristocratas cariocas do séc. XIX, proprietária da fazenda. A origem dessa favela é portanto relacionada ao funcionamento da fazenda. Até 1964, não se podia dizer que ali houvesse propriamente uma favela, mas apenas algumas casas. Hoje, no entanto, mais do que uma favela, trata-se de um complexo de favelas, composto por sete áreas distintas com associações de moradores próprias. A Casa da Árvore está localizada na rua que dá acesso a uma dessas áreas, conhecida como Matinha.

O início romântico da fazenda de café nada tem a ver com a realidade atual do bairro do Rio Comprido no Rio de Janeiro. Como bem diz o nome, o bairro é cortado por um canal, antes cercado por casas amplas e agradáveis, mas que sofreu uma transformação radical a partir de 1974, com a inauguração do viaduto de acesso à Zona Sul da cidade. A partir de então, não só o bairro tornou-se um corredor de passagem, com trânsito intenso, como se transformou num bairro com teto, pois o viaduto cobre toda a extensão do canal. O ambiente, antes aprazível, tornou-se lúgubre e, por ter muitas saídas e ser ponto de ligação entre diversas áreas da cidade, bastante favorável a ações criminosas.

A um bairro empobrecido em seu conjunto, corresponde

<sup>2</sup> As informações sobre o Complexo do Turano foram obtidas por entrevistas com as enfermeiras do PACS; com o presidente da Associação de Moradores da Matinha; com a coordenadora da Pastoral das Favelas e no site [www.favelatemmemoria.com.br](http://www.favelatemmemoria.com.br)

uma favela também composta por cidadãos muito pobres, que, segundo o relato do presidente de uma Associação de Moradores local, não se mobilizam para nada. O sistema de mutirão para construções de uso coletivo nunca foi o padrão local, sendo que o mínimo de saneamento e luz já os satisfaz. Assim, ainda segundo ele, o trabalho das associações é muito limitado.

A ação do Estado se dá de forma desigual nas diferentes partes do complexo. Por motivos óbvios, a ação oficial está mais presente nas partes baixas, deixando o alto do morro com pouquíssima assistência. Se, inicialmente, a maior parte dos moradores vinha de Minas Gerais, atualmente a maioria vem do Nordeste do país. Segundo os responsáveis pelo Programa de Agentes Comunitários de Saúde da Prefeitura, em maio de 2006, a população total do Complexo do Turano era de 11.139 pessoas. Segundo o critério utilizado pelo PACS – ou seja, grupo de pessoas que utiliza um mesmo fogão – há um total de 3.382 famílias, com 1.012 crianças menores de cinco anos.

Quanto à educação, no Complexo existem duas creches comunitárias, sendo uma mantida pela Prefeitura. Na comunidade, existe uma Escola Municipal. Nos arredores, já no asfalto, existem duas escolas municipais com curso até a 8ª série. No período da noite, essas escolas têm cursos mantidos pelo Estado. Há também uma Escola Estadual, que se localiza em uma das ruas de acesso ao Complexo. Nesse prédio, funcionava o Colégio Aplicação da Uerj, um colégio público de excelência que, no entanto, teve de abandoná-lo em regime de urgência pelo incremento da violência no morro.

Um dos pontos favoráveis do bairro é lá estar localizado o Hospital Municipal Salles Neto, centro pediátrico de referência. O Rio Comprido conta ainda com um Posto de Saúde e com a Associação Brasileira de Odontologia, que atende gratuitamente os moradores da comunidade.

Há também o trabalho do PACS (Programa de Agente Comunitário de Saúde), que atua na promoção e na prevenção de saúde, mas que sofre diversas vicissitudes. Por exemplo, durante dois anos, o programa esteve parado em função de problemas administrativos, e só reiniciou suas atividades no início de 2005. Os agentes comunitários são todos selecionados dentro da própria comunidade; já as enfermeiras não vêm da comunidade.

Os órgãos governamentais dão pouca assistência à comunidade e só intervêm quando ocorre alguma situação de violência. A ação do Estado é, portanto, basicamente policial. Em contrapartida, a Universidade privada, que fica próxima ao Complexo, oferece aos moradores algumas bolsas em suas faculdades, cursos de reforço escolar e curso preparatório para o vestibular.

Apesar de existirem alguns programas assistenciais governamentais em funcionamento, a insuficiência e precariedade são marcantes. Tanto o Programa Encanador Comunitário, que é contratado pela CEDAE para a manutenção da rede de água e esgoto e é realizado por 2 moradores da própria comunidade, quanto o Programa do Eletricista Comunitário, que funciona há cinco anos, trocando e reparando a iluminação pública, têm sido impedidos de operar por conta da falta de peças para reposição. O programa Gari Comunitário é financiado pela Comlurb e funciona há aproximadamente dez anos.

A única rádio comunitária do Complexo, de cultura nordestina, foi instalada por um dos fundadores da Feira de São Cristóvão. Existe também um alto-falante para informações imediatas.

O Complexo do Turano conta com poucas opções de lazer, que se resumem a dois pequenos campos de futebol e as quadras, onde se realizam os bailes funk, que são em geral dominadas pelo tráfico. Esses bailes, antes muito freqüentados por moradores da Zona Sul, hoje, devido às constantes invasões policiais, já não contam com este público. No que diz respeito a organizações

religiosas, existem duas igrejas católicas e templos da Assembléia de Deus e da Igreja Baptista.

A presença do tráfico no Complexo do Turano é intensa e caracteriza a maioria das referências à localidade, nos jornais. A constante troca de tiros entre policiais e traficantes rende muitas notícias. A cada morro do Complexo corresponde um gerente do tráfico e seus pontos de comércio.

A Casa da Árvore localiza-se na Rua Aureliano Portugal, uma das ruas de acesso ao morro do Turano em espaço cedido pela Pastoral das Favelas. Esta rua, até hoje agradavelmente arborizada, com casas grandes e confortáveis, era habitada por uma classe média bem situada. O crescimento da favela transformou-a em via de acesso à comunidade, levando a desvalorização radical dos imóveis. Algumas casas transformaram-se em cortiços, onde moram várias famílias, outras foram doadas para ONGs, que empreendem projetos variados: reforço escolar, cursos de desenho, bijuteria, manequim. Pela impossibilidade de encontrar comprador, o proprietário do imóvel onde está a Casa da Árvore cedeu-a à Pastoral. Nessa rua, o consumo e a venda de drogas é aberto e está à vista a todos os passantes.

Nosso espaço era a antiga garagem da casa. Se por um lado estamos em um lugar pequeno, de cerca de 30m<sup>2</sup>, por outro temos a vantagem de estarmos de frente para a calçada. Assim, fazemos parte da paisagem da rua, com grande visibilidade e integração à vizinhança. Todos nos conhecem e todas as tardes abrimos a grande porta de ferro e ficamos esperando as crianças. Quando não somos surpreendidos por alguma ação armada, o ambiente da rua é muito sereno. Na casa da Pastoral, acima de nossa garagem, funcionam cursos de artesanato, de computação, de balé para o pessoal da comunidade e outros. Muitas crianças circulam entre os cursos e a Casa da Árvore.

### O trabalho no Morro do Turano - início em maio de 2003

A casa foi montada por meio de doações de particulares. Compramos brinquedos, livros, material de papelaria, móveis, e fizemos as obras necessárias para arrumar o espaço. Temos um bebedouro, estante com livros e jogos, um armário com material de limpeza e papelaria, cestas com brinquedos variados, uma mesa grande e outra pequena com cadeiras. Como a garagem abre direto na rua, temos a possibilidade de utilizar o espaço da calçada em frente, onde colocamos o escorregador e promovemos brincadeiras de amarelinha, corda e elástico etc. Por ser um lugar de passagem em um espaço aberto exposto ao olhar de todos, as pessoas passam pela porta, param, perguntam, conversam e participam de nosso trabalho.

A dinâmica da frequência da Casa da Árvore do Turano passou por muitas mudanças desde a sua inauguração. Ali, o prejuízo causado à vida das crianças pela presença dos bandidos se explicita claramente. Durante um longo período, a *boca* ficava muito próxima a nós, o que significava a presença de armas quase em nossa porta. No entanto, a *boca* transferiu-se para o fim da rua e, com isso, o número de frequentadores da Casa mais que triplicou. Certo dia, uma de nós perguntou a uma menina a razão da mudança. A resposta, ainda que talvez fantasiosa, fala da importância da Casa da Árvore neste local. Segundo ela, apenas nas quartas-feiras, quando a Casa não funciona, a boca volta ao seu antigo ponto, e isso aconteceria por respeito a nós e às crianças.

No Turano, recebemos crianças de até 6 anos, acompanhadas por um responsável, e crianças até 12 anos, ainda que desacompanhadas. Há quatro plantões semanais, sempre das 13h30min às 16h30min.

Foi o trabalho com essa comunidade que determinou a nossa mudança em relação à faixa etária das crianças que recebíamos.



Vista do Morro do Turano.

Inicialmente, nosso trabalho, aqui como no Morro dos Macacos, era direcionado a crianças de até 6 anos, acompanhadas pelos responsáveis. Porém, a dificuldade para as famílias trazerem as crianças era enorme e começamos a observar que o principal responsável a acompanhar a criança era também uma criança, apenas um pouco mais velha, geralmente um irmão. Aliava-se a esta constatação a demanda de grupos de crianças maiores que, sem terem irmãos pequenos para trazerem como álibi, reclamavam, por não poderem frequentar a Casa. Assim, convencidos de que essas crianças se beneficiariam de nosso trabalho, flexibilizamos a faixa etária e passamos a receber crianças de até 12 anos. A exigência da presença de um responsável se manteve apenas para os menores. Com estas novas regras, a frequência aumentou e o trabalho foi bastante ampliado.

O sucesso da experiência nos levou a redimensionar o projeto e a construir uma outra forma de trabalho. Na comunidade em

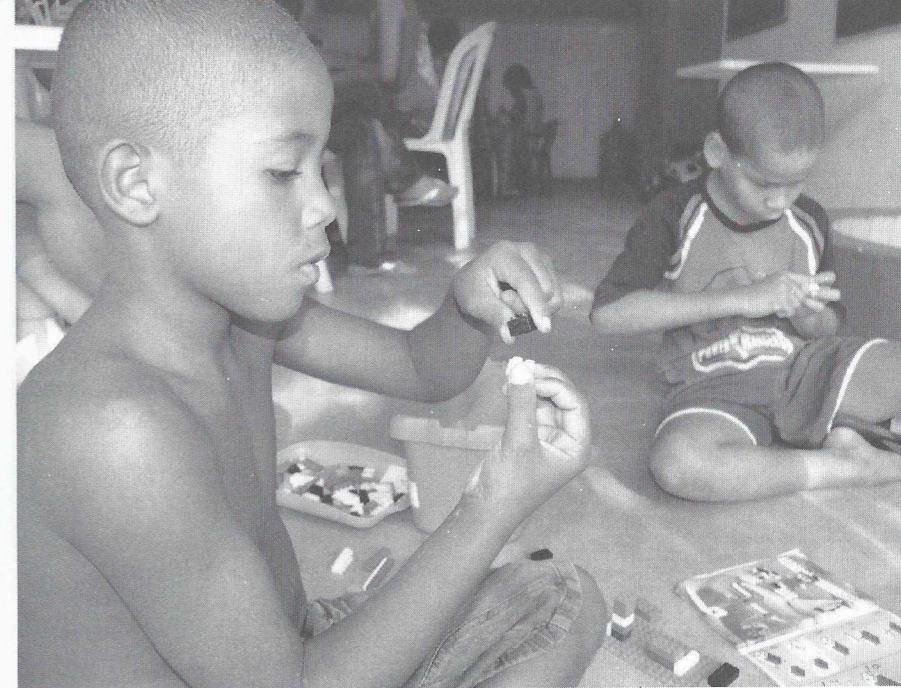
que nos instalamos a seguir, Chapéu Mangueira, já iniciamos com esse novo modelo.

Algumas instituições da região, voltadas para crianças, como o CIEP do Sambódromo, o Hospital Salles Neto e o Posto de Saúde têm feito encaminhamentos para a Casa da Árvore. Estes encaminhamentos, já bastante freqüentes, têm nos colocado uma nova questão. Em sua maioria, essas mães esperam encontrar uma clínica psicológica *stricto sensu*, e se surpreendem ao se defrontarem com o ambiente descontraído da Casa. Acostumadas a serem recebidas para uma entrevista privada e esperando que seus filhos também o sejam, torna-se necessário ajudá-las na compreensão de nossa proposta de trabalho.

Por estarmos instalados em uma pequena garagem, não há nenhum espaço onde possamos ter uma conversa mais reservada com as mães ou com as crianças. Para tanto, foi preciso colocar cadeiras na calçada. Interessante é que este *setting* inusitado não impede que algumas mães nos freqüentem regularmente, mesmo sem seus filhos, utilizando-se da Casa como um espaço de psicoterapia individual.

Uma das características da freqüência da Casa do Turano é a presença de pequenos grupos familiares ou de amigos. Os grupos vêm, quase diariamente, por um período, e se vão. Muitas amizades se fazem ali, as crianças passam a se conhecer na própria casa e constroem laços de amizade. Quanto aos pais, ainda que poucos sejam freqüentadores regulares, muitas vezes, quando passam por nossa porta, param para um bate-papo, para ver como estão os filhos ou para dar algum recado.

A escolaridade das crianças que vêm à Casa da Árvore é precária. Ainda que a maioria freqüente escolas, naturalmente que públicas, e muitos tenham o que chamam de reforço escolar, sua escrita e leitura são deficientes. O desconhecimento sobre a cidade em que vivem é imenso, e suas atividades de lazer são



Crianças brincam na Casa da Árvore do Morro do Turano.

poucas. A vida social das crianças se restringe à comunidade em que vivem. Apesar de morarem em uma cidade litorânea, muitas nunca foram à praia.

O tráfico de drogas e outras ações ilegais são temas constantes de conversa, mas apenas como referência à morte de familiares, pela adesão de alguém da família ao crime ou ainda devido às invasões ao morro, tanto da polícia quanto de outros grupos armados. São raríssimas as famílias que não possuem algum tipo de vínculo com a morte violenta, a prisão, a ação ilegal. Não costumam enaltecer os bandidos e não fazem brincadeiras com os personagens envolvidos na guerra do tráfico.

Apenas uma vez, por ocasião do lançamento do filme *Tropa de Elite*, este foi o *enredo*. Nesse dia, um dos acolhedores da Casa da Árvore, surpreso pela novidade da brincadeira com um *enredo* e que era, além disso, violento, lhes indagou de que brincavam. Os meninos responderam que era de *Tropa de Elite*, mas se apres-  
sa-



ram em explicar que era apenas brincadeira. Como se houvesse a possibilidade de não ser.

Longe do *glamour* da Zona Sul, diferente do cenário de filmes milionários sobre a ação do tráfico e a vida nas favelas, as crianças da Casa do Morro do Turano, localizado em um bairro em si pouco cuidado pelo Estado, habitado por uma classe média empobrecida, parecem viver ali a dureza e a pobreza de uma vida real.

Ali, não é comum que as crianças montem brincadeiras com muitos participantes, com enredo e personagens (quaisquer que sejam estes), dos quais muitos participem. E também não é comum recorrerem ao poder do tráfico para nos ameaçar em situações de impasse com a equipe, como acontece na Casa do Chapéu Mangueira. Aliás, foram raras as ocasiões em que nos ameaçaram, seja lá pelo que fosse. Algumas vezes, por brigas entre eles, jogaram objetos pesados em direção à casa, o que gerou intervenções nossas. A sensação que temos é de intenso desamparo, não só das crianças mas também de suas famílias. A palavra comunidade, tão usada como referência à favela, não parece adequada para descrever o ambiente destas crianças. Há um claro esgarçamento das relações coletivas, que transparece seja nas crianças andando sozinhas em um lugar muito populoso e perigoso, na falta de brincadeiras coletivas, ou nos pequenos grupos familiares que se fecham em si mesmos e assim se protegem. As crianças questionam pouco nossa presença. Parecem aceitar o que lhes é oferecido, sem indagar por que estamos ali, nem o que é nosso trabalho.

É interessante lembrar que nunca houve na história dessa comunidade nenhum movimento que inspirasse dignidade a seus moradores. Sem ações coletivas, mutirões, sem despertar nenhum interesse aos outros bairros da cidade, feio, desprezado pelas autoridades, o complexo do Turano cria crianças que aceitam o que vem. E, quando não o fazem é para partir para a radicaliza-



*Crianças brincam na Casa da Árvore do Morro do Turano.*

ção e a morte no tráfico de drogas. Poderíamos mesmo falar que o ambiente em geral da sua relação conosco tende a uma certa submissão. Foram poucas as vezes em que partiu deles alguma problematização sobre nossa atuação, sobre o que queremos deles ou por que estamos ali. A situação, a seguir, trata de uma destas raras ocasiões.

Um casal de irmãos freqüentava diariamente a Casa havia alguns meses. Os dois estavam sempre muito desleixados e sujos. Apanhavam brutalmente em casa. A mãe, que nunca aparecia, surgiu um dia para pegar a filha, espancando-a no meio da rua, batendo principalmente na cabeça da menina. Ficamos sabendo que a falta da menina tinha sido mínima e a punição, máxima. Esta mãe se recusou a falar com o pessoal da Casa. A criança, diante de qualquer contrariedade, saía de si. Tornava-se inaces-sível, xingava, gritava, batia nos outros, cuspiam e atirava pedras. Um dos seus alvos preferidos é seu irmão mais novo. Felizmente,

seus ataques vêm diminuindo, suas brincadeiras vêm aumentando. Quando há poucas crianças na Casa, já consegue ficar em paz.

Certo dia, de repente, um ataque. A atacada revidou. Saíram da Casa. Pegaram pedras para jogar uma na outra. Subiram correndo a rua em guerra, o irmão pequeno foi atrás. Uma de nós correu até onde estavam brigando; a menina já estava com um caco de vidro na mão. Terror. O irmão pequeno pegou um pedaço de pau. A psicóloga tentou intervir. Na confusão, o pedaço de pau caiu da mão do menino e fez um pequeno machucado em seu pé. Ele chorou, a briga foi suspensa por momentos. A psicóloga aproveitou e propôs: “Vamos até a Casa fazer um curativo”. Ofereceu assim uma outra possibilidade para se lidar com ferimentos. A menina gritou em desespero para o irmão: “Não vai, não vai, ela quer mandar em você”. Ele foi, e o curativo, assim como a surra da mãe, foi maior que o machucado.

Na supervisão, descobrimos que, no dia seguinte, a menina chegou na Casa pedindo um curativo em seu pé, num pequeno machucado. A psicóloga daquele plantão, que nada sabia sobre o dia anterior, tratou do pé da menina. A água oxigenada borbulhou, a menina se maravilhou. Nunca tinha visto aquilo, diz ela.

Para ela, ali, *ser mandada* era o risco que se corre por ser cuidada. Vivendo entre a submissão e a violência, esta menina, na Casa da Árvore, começa a ver novas efervescências nos contatos humanos.

Quanto às famílias, a maioria esmagadora não conta com a presença constante de um pai, e é comum também haver muitos pais em um mesmo grupo de irmãos. O recurso à violência física como forma de resolução de impasses tende a ser naturalizado não só entre as crianças, como também entre adultos. Para o pessoal que vem à Casa da Árvore, parece ser natural apanharem de seus familiares. Ainda que os frequentadores da Casa da Árvore do

Turano não brinquem de brincadeiras de violência, eles a exercem uns com os outros maciçamente; qualquer impasse entre eles desencadeia uma violência física assustadora.

As crianças que nos frequentam, em sua maior parte, circulam livremente pela rua e pela favela sem a presença de um adulto cuidador. Alguns pais aparecem, de vez em quando, ao passarem por nossa porta; outros, nunca vimos. Alguns moram bastante perto da Casa, outros, no entanto, no alto do morro, para onde nunca vamos por causa do perigo que isso representa. A responsabilidade que temos sobre a segurança dos frequentadores da Casa da Árvore é um tema de discussão que nunca se esgota. Adultos que recebem crianças são, em princípio, responsáveis por elas. No entanto, considerando crianças que andam livremente, que não foram deixadas pelos pais, que moram em lugares aonde não vamos – como cuidar destas crianças nas ações policiais, que eclodem subitamente? Em duas ocasiões, especialmente perigosas, tivemos de tomar uma atitude que até hoje questionamos.

Uma delas foi quando, certo dia, a polícia chegou e a Casa estava cheia de crianças. Algumas mães correram para buscar seus filhos. Outros frequentadores, mais independentes, foram rapidamente embora sozinhos. Porém, ficaram conosco duas meninas que tinham em torno de 9 anos. Moravam no alto do Turano e ninguém veio buscá-las. Nossa saída foi levá-las até a Associação de Moradores, que ficava no fim de nossa rua, portanto no início da subida do morro, e deixá-las lá, aos cuidados dos adultos que estavam no lugar.

A outra ocasião, ainda mais difícil, se passou no último dia de funcionamento da Casa antes do recesso de Natal. O plano era fazer uma festinha, idéia das próprias crianças. Elas levaram comidinhas, nós, refrigerantes. De repente, começou a invasão do morro pela polícia. Os policiais se colocaram atrás das árvores

da rua, armas em punho. Um deles exatamente à nossa frente. Ele gritou para abaixarmos o portão<sup>3</sup>. Abaixamos, deixando uma fresta para respirar e para que os de fora vissem que havia crianças ali. O medo foi geral. Todos se juntaram na parede dos fundos da Casa. Tiros do lado de fora, silêncio. Alguém olhou pela fresta e viu que a polícia já estava no fim da rua. A decisão foi sair dali: as crianças, nós, as comidas, as bebidas da festa, todos empilhados no nosso carro, que estava quase na porta. Mas o que fazer com as crianças? A solução foi deixá-las na explicadora que muitas freqüentavam e que ficava no início da rua, na direção oposta à guerra. Em cinco minutos pelo Túnel Rebouças, a beleza da Lagoa, na privilegiada Zona Sul, acolhia os acolhedores da Casa da Árvore.

#### **Em Niterói, na Ilha da Conceição<sup>4</sup>**

A Ilha da Conceição pertence ao município de Niterói, que fica do outro lado da Baía de Guanabara e se liga ao Rio de Janeiro principalmente pela ponte Rio-Niterói. A Ilha está localizada muito próximo à descida da ponte.

Bem diferente de uma comunidade favelada, a Ilha da Conceição mais parece uma pequena cidade do interior, habitada principalmente por uma população de baixa renda. Tem, no entanto, em seu extremo norte, uma região mais pobre e, no seu único morro, um conjunto de construções precárias que se transformou numa favela, conhecida como MIC (Morro da Ilha da Conceição). Exceto nessa área, todas as ruas são asfaltadas.

3 Nesta época, nossa porta ainda era um grande portão de enrolar feito de ferro, típico de garagens.

4 As informações sobre a Ilha da Conceição foram coletadas em entrevistas com o atual presidente da Associação de Moradores; com o médico do Programa Saúde da Família e no site [www.urbanismo.niteroi.rj.gov.br/bairros/ilha](http://www.urbanismo.niteroi.rj.gov.br/bairros/ilha).

Ainda que nos seus primórdios a Ilha sediasse uma fazenda, localizada onde hoje funciona o Centro Social Urbano, sua história é marcadamente relacionada à imigração portuguesa e à indústria naval. No início da colonização, a relação que se estabelecia entre patrão e empregados era tão respeitosa que estes, uma vez por ano, iam a Portugal de navio, custeados pela empresa. Esta também cedia moradias aos funcionários. Eram casas construídas em áreas de sua propriedade, pelas quais cobrava aluguéis baratos, sem uma maior formalização de contratos. Tais facilidades atraíam para a Ilha trabalhadores qualificados com seus familiares. Ainda hoje, a Ilha da Conceição é considerada uma colônia portuguesa. Na tradicional festa local de Nossa Senhora da Conceição, a comissão de organização é constituída com paridade entre portugueses e brasileiros.

A construção da Ponte Rio-Niterói, na década de 1970, ocasionou uma mudança radical na localidade. Organizou-se o acesso à ilha, e esta, ainda que mantendo no nome sua antiga condição geográfica, passou a ter uma ligação direta com o continente. Nessa ocasião, foi também instalado na entrada um posto da Polícia Federal. Por só ter uma via de acesso, e muito bem guardada, o clima é de segurança. Na Ilha da Conceição, ao contrário das outras comunidades onde estamos, o tráfico de drogas, ainda que exista, não detém poder.

Segundo o presidente da Associação de Moradores, um cidadão muito orgulhoso de seu bairro, a Ilha é considerada um dos melhores bairros de Niterói para se morar.

A Associação de Moradores da Ilha se localiza em um ponto estratégico, e conta com cerca de 200 sócios, que contribuem todo mês com o valor simbólico de R\$ 1,00. Ainda segundo o presidente, seu trabalho consiste em formar parcerias com a prefeitura e com os vereadores, pois estas são o meio mais eficaz de conseguir melhorias e benfeitorias para a Ilha.

O esvaziamento da construção naval levou à saída dos grandes estaleiros da Ilha, mas, ainda assim, lá estão umas poucas empresas de vulto, sendo uma delas a patrocinadora da Casa da Árvore.

Quanto à educação, a Ilha possui uma escola de ensino fundamental e médio, uma só de ensino fundamental, e uma escola particular. Há uma creche da Prefeitura de Niterói e uma creche particular. Quanto aos adolescentes, há uma insatisfação geral com relação às atividades que lhes são oferecidas, consideradas insuficientes.

Na área da saúde, a Ilha mantém uma policlínica comunitária, recentemente vinculada ao Programa Saúde da Família, da Prefeitura. Não há hospital no local e, segundo as estatísticas do Programa, o médico de família resolve cerca de 80% dos problemas diagnosticados.

O Centro Social Urbano (CESU) é uma das instituições mais antigas da Ilha da Conceição. Encontra-se numa esquina de grande movimento, possui quadras de esporte, que estão sempre ocupadas por jovens. Lá funciona a Administração Regional da Ilha cujas atribuições vão desde a poda de árvores até os problemas de saneamento. Promove também diversos cursos, em parceria com o SENAI, com a Secretaria de Assistência Social. Estes contam também com a participação de professores voluntários. Dispondo de um espaço generoso, o CESU mantém um centro de convivência para a terceira idade onde se administram cursos de dança sênior de origem alemã, de arte-terapia, fisioterapia preventiva, teatro e dança de salão. Há cursos de eletricitista, aulas de conversão de gasolina para gás e mecânica de motor a diesel, estes destinados a maiores de 18 anos. Uma das salas destina-se, há muitos anos, a reuniões dos Alcoólatras Anônimos (AA), tendo uma grande procura. A oficina de artes plásticas abrange todas as idades.

A Casa da Árvore funciona no segundo andar da Associação

de Moradores, em um espaço montado e financiado pela empresa do ramo do petróleo, Subsea 7. Sua localização é privilegiada, pois se encontra na rua principal da Ilha, por onde todos passam, ficando também próxima a uma das subidas para o Morro.

A Associação mantém uma TV comunitária (no valor de R\$ 15,00 por associado), único meio de comunicação comunitário local. Em sua sede funcionam também o correio local e cursos de computação.

Há diversos locais de lazer, centrais e de fácil acesso a todos: praças, o campo do time de futebol local, a quadra do CESU. Há também bares que são ponto de reunião dos locais. A Igreja Nossa Senhora da Conceição promove almoços para a comunidade, que reúne grande número de moradores. Apesar da divulgação das opções de lazer, pessoas de fora da comunidade não freqüentam a Ilha. Ao contrário do Morro do Turano, que, sem ser uma comunidade, leva este nome apenas por ser favela, a Ilha da Conceição, sem ser uma favela, é uma verdadeira comunidade.

Quanto à religião, a Ilha dispõe de uma igreja católica, de templos da Assembléia de Deus, Igrejas Baptista, Adventista, Testemunha de Jeová, Universal do Reino de Deus e Maranata. Não há centros espíritas.

A Ilha da Conceição não é notícia no jornal. As poucas matérias publicadas são pequenas e se referem à dengue, ao petróleo, ao porto e às empresas. Apenas uma notícia se referia à violência, tratava do roubo do caixa eletrônico de uma agência bancária. A presença da Casa da Árvore também foi um fato noticiado em jornal.

#### **O trabalho da Casa da Árvore - início em março de 2004**

Em agosto de 2003, a coordenação da Casa da Árvore estabeleceu contato com uma empresa situada na Ilha da Conceição, buscando financiamento para o projeto do Morro do Turano, que já estava

em funcionamento desde maio de 2003. A direção da empresa se interessou pela proposta de trabalho, mas alegou privilegiar o auxílio a projetos na própria comunidade, propondo abrir uma Casa da Árvore na Ilha da Conceição, que seria mantida por ela desde a sua implementação. E assim foi feito.

O imóvel onde estamos foi totalmente reformado, de modo a atender às necessidades do trabalho. Trata-se de uma área ampla, arejada e naturalmente iluminada, provida de banheiros diferenciados para os adultos e para os pequenos, além de torneira e tanque acessível às crianças. Possui uma escada de duas partes com espelho no topo nos moldes da Maison Verte. O espaço conta ainda com cadeiras, mesas de tamanho infantil e de adultos, um pequeno escorrega, brinquedos e jogos, livros variados, material de desenho e fantasias. Mesmo estando situada no segundo andar, é visível da rua, favorecendo o contato com os transeuntes. É comum as crianças, passando em frente à Casa, insistirem para subir.

A Casa funciona de segunda a sexta-feira das 15 às 18h, com três profissionais diferentes em cada plantão. Este horário já sofreu algumas alterações em função da rotina de vida dos frequentadores, principalmente para se adequar ao horário em que as crianças saem da creche. Esse é o momento com maior número de visitas. Segundo as mães, mais do que elas, seus filhos querem vir à Casa. Recebemos crianças de 0 a 6 anos sempre acompanhadas por um responsável, sendo que a maioria dos frequentadores tem entre 2 e 6 anos. Ainda que as mães sejam o responsável mais comum, algumas crianças vêm acompanhadas pelas avós e vizinhos; em raras ocasiões tivemos a presença de um pai. As primeiras horas dos plantões são geralmente frequentadas por crianças bem pequenas, que ainda não ingressaram na creche, o que possibilita o trabalho sobre a passagem da família à vida social. O trabalho em Niterói se estende também a gestantes.



*No prédio de três andares, à direita, a Casa da Árvore da Ilha da Conceição, localizada no segundo andar da construção que também abriga a Associação de Moradores e um curso de computação para a comunidade.*

Diferente dos outros locais, na Ilha da Conceição o trabalho com as famílias é intenso. As mães trazem suas dificuldades pessoais, criam laços de amizade e organizam lanches coletivos na Casa. Há muitos casos de famílias desenraizadas, de mães imigrantes, que encontram na Casa da Árvore um ponto de apoio. Ali formam uma rede afetiva e buscam também a elaboração de suas questões. Apesar de os homens serem bem-vindos, o ambiente tem um ar muito feminino. Esta é a única unidade em que foi possível manter o modelo de Dolto, de receber apenas crianças acompanhadas por um responsável, ainda assim ampliando a faixa etária para seis anos.

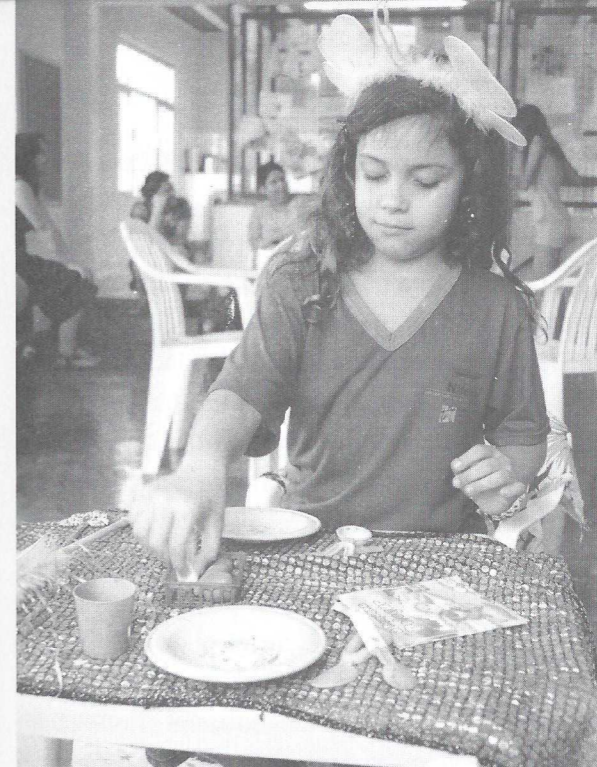
Há diversas características nesta comunidade que parecem justificar este fato. O ambiente da Ilha é de acolhimento, a loca-



lidade tem uma história de imigrantes bem recebidos, o que se dá até hoje. Enfim, o ambiente da Ilha é familiar.

Por estarem longe de seus parentes e de seus amigos, as mulheres encontram na Casa novas possibilidades de construção de laços sociais. A maior parte é casada, muitas ainda com os pais dos filhos. Há um grande número que trabalha em casa, principalmente como bordadeiras ou costureiras de confecções. Outro fator que podemos apontar e que, sem dúvida, contribui para este ambiente aconchegante, é não haver uma estrutura de poder do tráfico de drogas dominando a Ilha da Conceição. Ainda que por lá se venda drogas, os habitantes locais não estão submetidos a nenhum poder paralelo. Dessa forma, as famílias circulam à vontade e comparecem à Casa.

Ângela é uma mulher jovem-que vem à Casa com seu filho Luís, de um ano e poucos meses. A criança causava uma impressão de desvitalização. Autismo? Um problema neurológico? Alguma doença? Ficamos preocupados.



*Crianças brincam na Casa da Árvore da Ilha da Conceição.*

A mãe, após um tempo, perguntou: “Mas, afinal, o que vocês fazem aqui?”.

Alguém lhe respondeu e ela, então, começou a falar. Seu tom era distante, parecia contar uma história qualquer. Enquanto seu filho nascia, sua filhinha de dois anos morria. Não pôde sofrer, diz ela, pois tinha o bebê para cuidar. Diz que seu filho lhe dava muito trabalho, para fazê-lo sossegar o colocava em um quarto escuro. Outro dia, contou ela, ele se meteu na gaveta da geladeira. Sem poder sofrer e falar de sua dor, mãe e filho ficavam aprisionados na morte, no escuro, na gaveta da geladeira, na desvitalização, no relato indiferente de uma grande dor. O trabalho com eles se fez aos poucos. Um dia, finalmente, ela chorou, pegou seu filho no colo e o abraçou firmemente. Mãe e filho, de novo, de volta à vida.

Os profissionais da Casa mantêm um relacionamento próximo com a equipe da creche municipal, propiciando assim a integração dos trabalhos e o acompanhamento de algumas crianças. Quanto à integração com a creche particular, nada foi possível pois sua coordenação mostrou-se pouco receptiva a qualquer contato.

As relações com o Posto de Saúde também vêm se estreitando. Foram realizadas na Casa da Árvore quatro reuniões do programa de aleitamento do Posto com a presença de médicos, auxiliares de enfermagem, mães de recém-nascidos, os próprios recém-nascidos, gestantes e dois profissionais da Casa. Estes bebês, já crescidinhos, freqüentam agora as nossas tardes.

#### **Na zona nobre da cidade, o Morro do Chapéu Mangueira - Leme<sup>5</sup>**

As favelas do Chapéu Mangueira e da Babilônia têm uma úni-

5 As informações sobre o Chapéu Mangueira foram coletadas em entrevistas com dois ex-presidentes e o atual presidente da Associação de Moradores e no site [www.favelatemmemoria.com.br](http://www.favelatemmemoria.com.br)

ca via de acesso. À esquerda, a Babilônia; à direita, o Chapéu. Ainda que limítrofes, as comunidades não são inteiramente integradas. Na Casa da Árvore são pouquíssimas as crianças da Babilônia que freqüentam nossas tardes, pois elas não circulam com desenvoltura de um lado para outro do morro. A favela está localizada no Bairro do Leme, área nobre da Zona Sul do Rio de Janeiro, entre a Mata Atlântica e a praia. Este único acesso, a Ladeira Ari Barroso, foi um dia uma rua com boas casas, hoje, no entanto, está em intenso processo de favelização e desvalorização.

A ocupação do morro se iniciou no Brasil Colonial, no século XVII, quando os portugueses ali se instalaram para evitar a invasão holandesa. Sua localização litorânea era um ponto estratégico pois do alto do morro se obtém a visão total da Baía de Guanabara e da Praia de Copacabana. Ainda hoje existem no local algumas ruínas do forte de vigilância, onde até o famoso Tiradentes serviu como soldado. Outro fator de ocupação foi a existência de uma fazenda de café no local. É interessante notar que a ocupação deste morro começou de cima para baixo, constituindo um processo diferente da maioria das favelas do Rio de Janeiro.

Seu nome vem de uma placa que havia no local para anunciar a próxima instalação de uma fábrica de chapéus cuja matriz ficava perto do Morro da Mangueira: a Fábrica de Chapéus Mangueira. A fábrica nunca se fez, mas o nome ficou.

Durante a década de 1960, no período de desmonte das favelas da Zona Sul e durante a ditadura militar, houve muita repressão e remoções de famílias que foram reassentadas em bairros distantes, em conjuntos habitacionais. Isto fez com que a comunidade ficasse reduzida a 80%. Em 1995, a população estimada era de 2.300 habitantes. Já no ano de 2006, a população já era de 4.000 habitantes, divididos em 350 casas. Segundo dados colhidos com a Associação de Moradores, quase todas as casas são de alvenaria,

mas inacabadas e desprovidas de conforto. A partir dos anos 1970, houve uma melhoria na infra-estrutura das favelas, surgiram casas de alvenaria, água encanada, luz elétrica e pavimentação. Existem ainda pouquíssimas casas de estuque. No entanto, todas possuem água encanada, rede de esgoto e iluminação individual e coletiva. É interessante a ação desta comunidade que, em 2005, a pedido dos próprios moradores, foi feita uma lei que impede a construção de novas moradias.

Segundo relatos, todas estas conquistas vieram devido à força dos moradores. A história desta comunidade é marcada pela ação e capacidade de reivindicação junto aos poderes públicos. Além disso, os próprios moradores sempre foram implicados na melhoria e conservação de seu espaço. As frequentes campanhas pela coleta de lixo são um bom exemplo disto.

Outro exemplo da participação dos moradores foram os mutirões que ocorreram até o final da década de 1980, quando a população se organizou para a construção de áreas sociais que até hoje são usadas. A praça, o posto de saúde, a igreja, a escola, o galpão de artes, a creche D. Marcela, a quadra esportiva, a associação de moradores, o prédio onde está a Casa da Árvore, todos foram construídos desta forma. Os custos ficaram por conta dos moradores do morro, e de doações de materiais, geralmente vindas de instituições não-governamentais ou de particulares. Algumas melhorias no saneamento básico e urbanização também ocorreram mediante mutirões.

A Associação de Moradores do Chapéu Mangueira foi fundada em junho de 1960. Sua sede atual é próxima ao posto de saúde e está vinculada a organizações não-governamentais e à iniciativa privada, dependendo de convênios, doações e contribuições de moradores e parceiros para sua manutenção.

A Creche Dona Marcela foi inaugurada em 1998, atende 70 crianças entre 4 meses e 3 anos e onze meses, em horário integral.

Com o final do convênio com a Prefeitura em 2006, ocasionado por questões legais e administrativas, a creche vem sobrevivendo de doações – de alimentos, roupas e dinheiro. Até novembro de 2004, existia na comunidade uma pré-escola que foi desativada pelo governo César Maia. Atendia a 120 crianças com idades entre 4 e 6 anos em dois turnos. Esse fato afetou consideravelmente a vida dessas crianças e seus pais que, ao serem forçadas a recorrer a escolas distantes, aumentaram seus gastos com as passagens. A intranquilidade na criação de seus filhos aumentou na medida em que crianças ainda pequenas passaram a ter que ir sozinhas para longe de casa.

Há no Chapéu Mangueira uma escola comunitária que, a partir de 2005, e em parceria com o Rio Voluntário, oferece reforço escolar para 50 crianças com idades entre 4 e 8 anos, em dois turnos. Existe também o pré-vestibular comunitário que prepara alunos para ingressar na faculdade.

O Posto de Saúde Chapéu Mangueira foi inaugurado em 1954 sendo um patrimônio da Associação Amigos de Chapéu Mangueira. Conta com três salas médicas, ainda que sejam um pouco precárias – ginecologia, clínica médica e pediátrica, um consultório odontológico com três cadeiras e um aparelho de raio-x, uma sala de enfermagem, três banheiros, cozinha, secretaria, sala de espera e sala de reuniões. Os profissionais são todos voluntários e lá, além dos atendimentos, realizam um trabalho de prevenção à doenças e doação de medicamentos.

Não existe hospital por perto, nem posto de saúde do Estado; a favela também não conta com o Programa de Saúde da Família. A partir da década de 1990 houve melhorias na infra-estrutura, com o surgimento de projetos sociais. Isto ocorreu, principalmente, devido à ação política de Benedita da Silva (ex-governadora do Estado do Rio de Janeiro, ex-ministra, ex-deputada e hoje senadora) que, como ex-moradora da favela, investiu em melhorias. Muitas



famílias locais são assistidas pelo cheque cidadão, iniciativa do Governo Federal.

Os Programas Assistenciais Governamentais que hoje estão no Chapéu são: desde 2005, o Gari Comunitário, que é um projeto da Prefeitura, e que conta com 10 funcionários da própria comunidade e os Amigos da Comunidade, programa do Governo do Estado, que consiste na prestação de serviços junto à CEDAE para manutenção da rede de água e esgoto. Neste trabalham 4 moradores da própria comunidade.

O projeto Rio Voluntário auxilia na creche com profissionais nas áreas de obras, manutenção, psicologia, pedagogia e oferece cursos de capacitação para gestores e recreadoras.

O meio de comunicação comunitário é uma rádio, que funciona por alto-falante. Por lá também já houve um jornal local que funcionava com o apoio de estudantes da FACHA – Faculdade de Comunicação Hélio Alonso – que, no entanto, já parou de circular. Apesar da existência de diversos programas sociais na comunidade, os moradores ainda reivindicam melhorias. Consideram o saneamento precário, pois ainda existe esgoto a céu aberto e, em determinados momentos do ano, há falta de água. O reduzido número de telefones públicos é outra fonte de reclamação. Os moradores dizem sentir falta de atividades culturais, como teatros, shows, cinema. O comércio local também é considerado deficiente. A coleta de lixo ocorre, regularmente, em pontos fixos. O meio de transporte para acesso ao morro são motos-táxis e kombis.

A favela do Chapéu Mangueira, por sua localização privilegiada, é muito procurada por emissoras de televisão e por equipes de filmagem. Muitos filmes sobre favelas foram rodados no local. Geralmente, nestas ocasiões, os moradores trabalham como figurantes.

No topo do morro há uma reserva florestal controlada pelo Exército, o que impede o crescimento da favela. A área verde do

morro e a proximidade da praia são citadas pelos moradores como os pontos positivos da comunidade. A praia é o grande lazer de todos. No recesso escolar do verão, um grupo privado oferece às crianças uma colônia de férias muito prestigiada por todos.

No Galpão das Artes, espaço que pertence à Associação, funcionam, desde 1986, algumas atividades voltadas para a cultura, tais como oficina de cerâmica e curso de bijuterias para adolescentes e idosos. Estes cursos recebem doações de materiais da FUNARTE. Há também um grupo de raízes e memória de mulheres e um brechó de roupas e objetos usados para arrecadação de fundos.

O Centro Cultural e Esportivo do Chapéu Mangueira é um patrimônio da Associação e tem uma quadra para esportes, salas para cursos de culinária, cabeleireiros e danças. Atualmente tanto as aulas de jiu-jítsu como a prática de esportes são realizados por profissionais voluntários da comunidade. Esta quadra é a sede dos grandes eventos comunitários como as festas do Dia das Crianças, Dia das Mães etc...

Todas estas atividades, por ficarem na dependência do trabalho de voluntários e de patrocinadores inconstantes, começam e acabam com muita facilidade.

Hoje existem três igrejas no morro, uma batista, uma evangélica e uma católica. Há também um centro de candomblé.

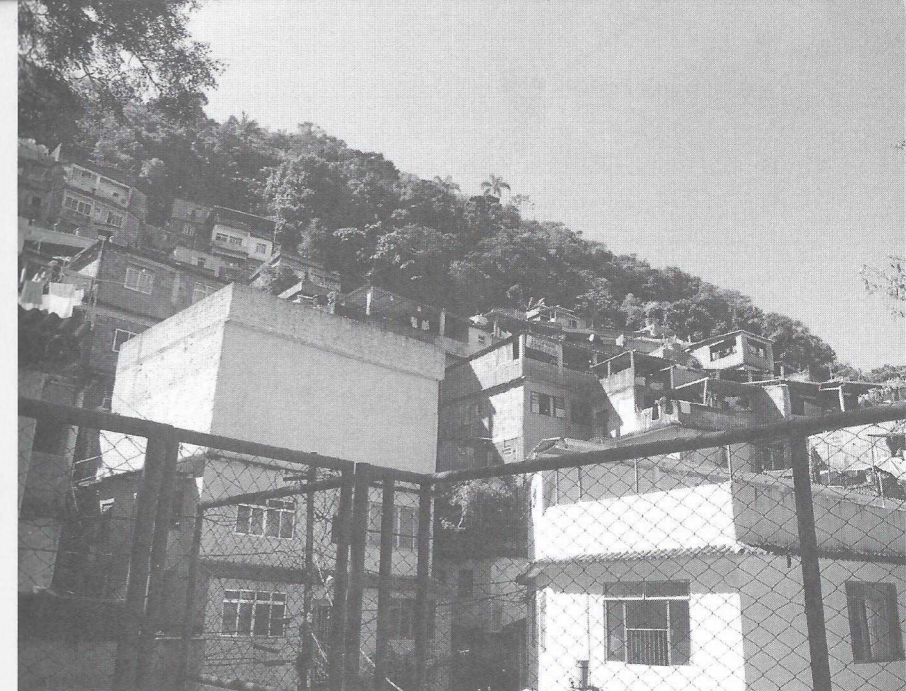
O Morro do Chapéu Mangueira é notícia e sai bastante na mídia, seja por sua ex-moradora que se transformou em política famosa, seja pelo tráfico de drogas, invasões policiais e pelas filmagens que ocorrem por lá. A extrema proximidade com um bairro chique, com praias, faz com que qualquer ocorrência de violência na favela se transforme imediatamente em notícia. Se durante nossos primeiros anos por lá o trabalho foi muito pouco prejudicado pela guerra, no ano de 2007 e, principalmente, nos primeiros meses de 2008, estas ocorrências vêm se multiplicando.

Apesar destes fatos dramáticos, o *glamour* que envolve esta favela é tal que estrangeiros, sedentos de aventura, alugam casas por temporada. Mas a atividade local que atrai mais moradores do asfalto, ainda é o baile funk. Mas tudo isso quando não há guerra que, muitas vezes se estende por longos períodos, como aconteceu no primeiro semestre de 2008. A guerra do tráfico acirrou-se de tal forma que favela e asfalto finalmente se uniram – os tiros desta vez chegaram até a praia do Leme.

#### **O trabalho da Casa da Árvore – início em agosto de 2004**

A Casa da Árvore está localizada dentro da favela do Chapéu Mangueira, no segundo andar do Posto de Saúde que é administrado pela Associação de Moradores. Foi inaugurada em agosto de 2004. Nossa inserção nessa comunidade se deu a partir do contato de uma moradora conhecida de um membro da equipe da Casa que, interessada pelo trabalho, nos apresentou ao presidente da Associação de Moradores.

O espaço de que dispomos é bastante amplo, sendo constituído por uma sala fechada de aproximadamente 35m<sup>2</sup> e uma parte externa de 50m<sup>2</sup>. Esta é muito agradável por estar protegida pela sombra de uma árvore frondosa. Algumas características deste espaço merecem serem citadas pois influenciam em nosso trabalho. Uma delas é que, pela própria forma de urbanização da favela, muitas casas que nos cercam, inclusive a Creche Dona Marcela, têm ampla visão sobre o que ali se passa. Estarmos sobre o posto de saúde também faz com que muito freqüentemente o nosso trabalho, com muito barulho de crianças, perturbe o deles. Outro aspecto interessante é que lá temos uma casinha de brinquedos que recebemos de presente de um arquiteto. Ela é feita de madeira e grande o suficiente para abrigar até 10 crianças em uma brincadeira, tem portas, janelas e constitui um ambiente privilegiado para brincarem. Os profissionais que trabalham na



*Do pátio da Casa da Árvore vêem-se as casas do Morro do Chapéu Mangueira.*

Casa têm um espaço privativo, uma espécie de copa com uma pia, bebedouro e um armário com materiais que podem ser utilizados quando solicitados pelas crianças. Temos uma variedade grande de material como: jogos papel, lápis coloridos, brinquedos, livros, revistas, fantasias.

Para chegar até lá é preciso passar por um caminho onde há venda de drogas e por dois pontos de observação do tráfico, onde bandidos armados vigiam a chegada da polícia. Apesar desta presença constante só somos interpelados por eles no caso de deixarmos nossos carros estacionados em lugares que atrapalhem sua visão do acesso ao morro.

Mantemos uma relação próxima com os médicos, todos voluntários, que trabalham no Posto de Saúde, e recebemos pedidos da pediatra para auxiliar algumas famílias atendidas por ela. Estamos em contato constante com a Associação dos Moradores,

Creche Dona Marcela, Creche da Convivência e a escolinha Tia Percília, no morro da Babilônia. Já tivemos também a oportunidade de falar na rádio da comunidade sobre o nosso trabalho, porém a grande forma de divulgação são mesmo as famílias e as crianças. Sempre nos apresentamos nos eventos culturais ou de lazer e nas reuniões de pais dos estabelecimentos de ensino.

Nosso horário de atendimento é: terças, quintas e sextas feiras de 13 às 16 horas e quintas feiras de 9 às 12 horas.

Devido ao tamanho pequeno da favela, a maior parte das crianças que nos freqüentam já se conhecia. Há um grande grupo que vem quase todos os dias, como se ir à Casa fizesse parte de sua rotina diária. Mesmo quando elas não podem ficar, passam para dar um alô. Estabelecem, desta forma, uma relação contínua e cotidiana com este espaço para brincadeiras e conversas.

Para acolher as crianças que cresceram, e também para ampliar nossa faixa de atenção, criamos um espaço para adolescentes. Esta atividade está apenas se iniciando.

As crianças que nos freqüentam têm, em sua grande maioria, uma escolaridade precária e são alunos de uma escola pública do bairro. Circulam livremente pela favela, são vizinhos ou parentes.

Brincadeiras de dramatização são freqüentes e, em muitas ocasiões, todas as crianças presentes participaram. Um bom exemplo é o de uma tarde quando montaram uma creche. Os papéis iam desde bebês, motorista, diretor, educador, mãe, pai, enfim, todos os envolvidos. Neste caso, nós apenas observamos. A montagem de shows, onde nós somos a platéia, também lhes dá muita alegria. Muito freqüentemente brincam de temas relativos ao tráfico de drogas ou a situações cotidianas de suas vidas onde há drogas envolvidas. O mesmo se dá com situações de violência. Pode ser uma festa de aniversário de boneca onde se cheira cocaína, pode ser ladrão ou polícia invadindo casas de família. São recorrentes



*No Morro do Chapéu Mangueira, a Casa da Árvore está localizada no segundo andar na construção que também abriga o Posto de Saúde Comunitário.*

as brincadeiras de invasão de morros por grupos rivais quando então as peças de Lego se transformam em granadas. Pulam corda com muita dedicação promovendo animados concursos de resistência. Nossa maior dificuldade se dá quando, longe de estarem dramatizando situações de violência, eles efetivamente as realizam. Parecem encarnar os bandidos, não é como se chegassem à Casa, é como se a invadissem. Destroem as brincadeiras dos outros, ameaçam, xingam. Transformar estas atuações em brincadeiras com algum sentido simbólico tem sido nossa proposta. Isto se dá muitas vezes com a simples pergunta – “De que estão brincando?” Nomear a brincadeira já os retira do que parece um transe e os coloca de novo no mundo das palavras.

Ainda que a maioria não tenha em suas famílias pessoas ligadas a atividades ilegais, costumam nos ameaçar freqüente-

mente com o poder do tráfico. Aliás, as ameaças a nós não são raras, vão desde riscar o carro, dar soco, zonestar a Casa, nos deixar trancadas ou ainda não irem embora ao final do plantão.

A violência entre eles é desencadeada com facilidade, qualquer discussão no jogo já pode gerar pancadaria. Apanhar em casa também não é surpreendente.

Por tudo isso, o lugar que produz mais reflexões sobre o trabalho é o Chapéu Mangueira. As crianças nos mostram, de uma maneira contundente, suas questões com relação ao ambiente violento e às suas possibilidades de escolhas na vida. Moradoras em um bairro de elite da cidade, com uma espetacular vista para o Oceano Atlântico, estão no olho do furacão das diferenças sociais. Questionam com frequência nossas posses, onde moramos, que carros temos, o que fazemos ali. As ameaças nos parecem também estar de alguma forma ligadas a esta situação.

Em um período onde a média diária de crianças na casa era entre 25/30, a confusão começou a ser tanta, que foi necessário colocarmos uma porta. Sem impedir a visão, pois é feita de grade, mas dependendo de nossa intervenção para ser aberta. A porta criou um limite entre o fora e o dentro e estabeleceu um tempinho de espera para se entrar. Tempinho este que em muitos casos desmontou uma intempestiva invasão por parte dos meninos.

Distinguir entre verdade e ficção é quase impossível. A vida destas crianças, cercada de armas e violência, fica glamourizada na mídia, pois lá é realizada grande parte dos filmes sobre a guerra do tráfico. O que é terrível na realidade se transforma em *glamour* na TV. A situação é tão grave que estas produções dão uma “arrumadinha” na favela para ter mais cor local, colocando barraquinhas mais charmosas. O mesmo se dá com as armas – nas filmagens, nos mesmos pontos onde ficam os traficantes de verdade, são colocados atores para representá-los. A filmagem acaba, os traficantes assumem seu posto. Um dia, alguém da equipe da



*Crianças brincando na Casa da Árvore do Morro do Chapéu Mangueira.*

Casa da Árvore viu pela janela o início de uma invasão policial. Assustada, avisou as crianças. Bobagem, elas disseram, é apenas filmagem. Distinguir entre verdade e ficção é quase impossível. Neste lugar os meninos, com frequência, encarnam o mal. Tocando o terror como dizem, assustam a nós e as outras crianças, e não se trata de uma brincadeira, pois não há mediação de palavras, não há acordo, só o medo.

No entanto, é impossível deixar de reconhecer nestas crianças, ainda que por vias tortuosas, fortes traços de combatividade, esperança e auto-respeito. Criadas no Morro do Chapéu Mangueira, ligadas à história de um lugar belíssimo que um dia foi a sede da defesa da cidade em que vivemos, as crianças conservam em si este passado. Séculos depois de Tiradentes os moradores, unidos, construíram os prédios de uso comum, formando assim, de fato, uma comunidade. Esta combatividade, que muitas vezes se expressa

como agressividade com relação a nós, é praticamente inexistente nas crianças que nos freqüentam no Morro do Turano.

As famílias das crianças que nos freqüentam tendem a ser comandadas pelas mulheres, que em um número significativo, tem filhos de diversos pais. Por isso a presença masculina resulta em ser bastante fluida.

#### **Algumas questões gerais sobre o trabalho**

Há alguns aspectos no trabalho da Casa da Árvore que precisam ser destacados. Trata-se de fatores que estão na origem de muitas das dificuldades encontradas no cotidiano. O primeiro deles é a diferente inserção social da equipe e das pessoas da comunidade. A opção foi trabalhar em favelas. Françoise Dolto falava de uma psicanálise na cidade, que se daria em sua *Maison Verte*, sem o enquadre clínico tradicional. Incluía, dessa forma, em seu trabalho, a cidade. No caso da Casa da Árvore, instalada em uma cidade partida, a questão se complexifica, pois para um cidadão de classe média, a favela é uma parte desconhecida e temida da cidade. Os atores da Casa da Árvore se encontram em lados diferentes na divisão territorial e imaginária do Rio de Janeiro. Entre uma criança da favela e um psicanalista do asfalto existe, dentro do imaginário carioca, uma impossibilidade. As crianças são os potenciais bandidos e a classe média, as potenciais vítimas. A desconfiança entre os socialmente excluídos e os incluídos é comum aos dois, a violência e o medo circulam, ainda que com pesos diferentes, entre todos.

Em uma situação radicalmente distante de qualquer experiência anterior, ao irmos para a favela, estamos em terra estrangeira, apesar de estarmos em nossa própria cidade. Mais do que no estrangeiro, estamos em território dominado pelo inimigo, pelo poder do tráfico de drogas. A proposta é acolher crianças em um lugar de onde podemos ser expulsos pelos tiros a qualquer

momento. Quando isso acontece, nós saímos, cheios de alívio, mas as crianças que vivem ali, ali continuam. Os moradores das favelas cariocas são mistificados, desprezados e temidos, intencionalmente confundidos e fundidos pelos do asfalto com o poder armado que os domina. Há entre nós e eles aproximações básicas – a nacionalidade, a língua comum, a mesma exposição à mídia, vivemos na mesma cidade, porém as distâncias entre incluídos e excluídos são imensas. E é assim, sobre este desconforto, que a Casa da Árvore se instala.

A questão inicial do trabalho é, portanto, a busca de um campo simbólico comum, que possibilite a compreensão das formas como o sofrimento, a alegria e os afetos se expressam nas crianças e em suas famílias. Por estarmos no campo dos preconceitos, a reflexão sobre este tema tem que ser firme e interminável. A cristalização, ainda que inconsciente, de muitos pressupostos sobre a população com que lidamos, faz com que muitas vezes a prática do trabalho se confunda. Seja por partir do princípio de que as verdades da classe média do asfalto sobre a criação de crianças são mais verdadeiras do que as das mães da favela, seja pela própria dificuldade de entender determinados pedidos de ajuda. Como exemplo temos opiniões diversas sobre o uso de chupetas ou da amamentação no seio. Há uma tendência, na população que atendemos, a aceitar estas práticas em crianças mais velhas do que o tolerado pela classe média. Assim, a equipe tende a questionar seja chupeta, seja amamentação ao seio por crianças que estariam fora de uma idade adequada. Quanto à incompreensão de um pedido de ajuda, a situação mais séria se dá quando as crianças se referem claramente às riquezas materiais da equipe. Nestes casos, tende-se a um aprisionamento infrutífero à culpa social e, conseqüentemente, à perda do sentido da fala da criança.

A reação da equipe em duas situações diferentes retrata bem este aprisionamento ao imaginário de classe. Um menino,

irritado, disse a uma psicóloga: “Vou te dar um soco na cara”. Uma ameaça grave. Como cara todos temos, a psicóloga pôde dizer: “Dê”. Deixando a escolha em suas mãos. Ele não deu. A situação caminhou sem que ela perdesse seu lugar de psicóloga em seu *métier*. Outro menino disse: “Vou riscar seu carro”. A dupla psicólogo/criança, imediatamente, se transformou em bandido e vítima. A psicóloga se intimidou, mas respirou aliviada – por uma questão circunstancial, não tinha carro. Disse isso para o menino. Os analistas, cidadãos do mundo dos carros, têm medo e por isso, correm o risco de negligenciarem aspectos fundamentais de seu campo de escuta às crianças com quem trabalham em favelas. Uma outra fala nos aponta não só para a questão da inserção de classes como também sobre as possibilidades de identificação com os adultos com que vivem – uma criança pergunta a uma de nós – “Você é rica, católica ou crente?” Construindo uma lista de opções composta por categorias em princípio não comparáveis onde parece que as religiões estão de um lado e a riqueza de outro.

Outro aspecto importante que também podemos relacionar como uma dificuldade na prática cotidiana das Casas é o que se relaciona às intervenções clínicas ou medidas educativas ou sociais. O que é terapêutico, o que é educativo. O que é clínica, o que é recreação.

Alguns afirmam que a Casa da Árvore é um lugar que pode ser definido como um espaço intermediário entre a recreação e a clínica, porque algumas crianças vão brincar, jogar, conversar e outras buscam de fato uma ajuda. Seria um espaço recreativo porque muitas vezes as crianças brincam entre si sem adultos a acompanhá-las e vão para lá sem nenhuma intenção de cura. Também porque muitas vezes as mães vêm e passam a tarde conversando entre si, sem intenção de buscar ajuda profissional. Mas, ainda que de fato existam estas diferenças na forma de utilização

da Casa por seus freqüentadores, “é a psicanálise”, como afirma Denis Vasse<sup>6</sup>, “que nos permite esclarecer, com mais pertinência, as modalidades de nosso trabalho”.

Porque a presença do psicólogo, que escuta além da queixa, e que não a enquadra na ordem dos comportamentos socialmente aceitos, já constrói um ambiente de escuta peculiar, diferente de um espaço recreativo. Assim, ainda que os freqüentadores não estejam se dirigindo aos psicólogos com um claro pedido de ajuda, ao serem escutados desta forma peculiar, suas palavras e suas ações já se colocam de outra forma, no campo da expressão subjetiva, e não apenas no campo das interações sociais. E, como propõe o psicanalista inglês D.W. Winnicott, a simples oferta e manutenção de um ambiente acolhedor e favorável, já é um agente transformador de problemas psíquicos<sup>7</sup>.

Estas reflexões, ainda que façam parte fundamental da compreensão do trabalho da Casa da Árvore, muito freqüentemente nos escapam diante da realidade que enfrentamos.

Ao partirmos para receber crianças até 12 anos desacompanhadas, mudamos a dinâmica do funcionamento do trabalho. Surgem questões próprias a esta faixa etária que já possui total autonomia física e grande autonomia psíquica e social, e que, no caso, se desenvolve em um ambiente marcado pela violência. A presença da violência na vida destas crianças está não só nas ações armadas a que todos estão expostos, como também no sistema de exclusão social do qual são vítimas.

Sem a presença de pais para detê-los, sem adultos representantes de normas educativas, estas crianças mostram, na Casa da Árvore, suas angústias por meio de suas ações. Brincando de uso

6 VASSE, Denis. *Se tenir debout e marcher, du jardin oedipien à la vie en société*. Paris. Gallimard, 1995

7 WINNICOTT, D.W. *Privacão e Delinqüência*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

de drogas, sendo de fato violentos uns com os outros ao surgir qualquer tipo de problema, tentando nos amedrontar ou intimidar com suas atuações, buscando em nós, alguma reação. Mas qual seria a reação mais adequada? Esta é outra das discussões que permearão este trabalho para sempre.

A primeira reação tende a ser educativa: é preciso deter os meninos em sua relação com ações violentas e recolocá-los no caminho dos bons costumes. Tal qual fariam a professora, a tia, os adultos cuidadores. Longe de tomarmos como solução esta reação, que nos brota quase instantaneamente de nossa condição de adultos – pois tal reação nos colocaria no mesmo universo de relações já padronizadas destas crianças com outros adultos –, buscamos retomar a especificidade de nossa escuta. Para isso, antes de mais nada, é preciso nos desfazermos do medo e o desprezo que a classe média tem pelos favelados em geral, para podermos então alcançar o medo e o desamparo em que vivem aquelas crianças, e que se expressam em suas ações violentas.

Uma tarde, de repente, entraram na Casa três meninos que têm em torno de 11 anos, tocando o terror. São meninos nossos conhecidos, freqüentam a Casa com bastante assiduidade e, geralmente, estão envolvidos com confusão. Neste dia, já chegaram inteiramente descontrolados, chutando os brinquedos, simulando estarem armados, falando como bandidos, ameaçando. As outras crianças entraram em pânico. Foram para a casinha, expulsaram os que estavam dentro e fizeram uma base. Uma psicóloga decidiu entrar na casinha. Eles ficaram atônitos, a mandaram sair. Insistiram. Ela argumentou que se eles diziam que a casa era deles, ela também poderia dizer que a casa era sua. Vão se irritando, sem saber o que fazer com aquela senhora tão abusada. Um falou, ameaçadoramente: Você não vem sempre aqui não é? Como se por isso ela não entendesse com quem estava falando. De fato ela ia pouco lá. Mas decidiu que poderia entender, só que por um outro

viés. Um dos meninos estava especialmente descontrolado. Foi a ele que ela se dirigiu. “Eu só queria saber”, disse ela, “que aflição, que tristeza pode estar em você para estar assim desesperado, qual é não sei, mas imagino que seja enorme”. Insistiu nesta linha de reflexões. Do terror para o sofrimento e o desamparo. O menino foi se acalmando. Nisto os outros foram saindo da casinha. Ele percebeu que um grupo montava um pequeno show de dança e música, e também saiu da casinha e aderiu. Os efeitos deste acolhimento se fizeram sentir rapidamente. No dia seguinte, ele trouxe um irmão pequeno para brincar na Casa da Árvore. Esta é uma forma de trabalho da Casa da Árvore.

No entanto, em muitas ocasiões, há necessidade de tomarmos medidas de outra ordem, digamos assim, mais práticas, como no caso da colocação da porta no Chapéu Mangueira.

Além das questões vindas da diferente inserção de classes sociais, da dificuldade de ouvirmos ações violentas como um pedido de ajuda, um fato mais trivial também nos dirige às ações educativas – o número de crianças presente em cada dia. Nos dias com grande freqüência, ao redor de 30 meninos, é quase impossível escaparmos de intervenções normativas. Já houve até mesmo casos em que alguns meninos foram convidados a se retirar. Quando há muita gente, há uma tendência a uma hiper excitação o que gera, facilmente, confusão e violência. Nestes casos, a única opção, e por que não, a única opção terapêutica é a instauração de normas. Mas esta é uma situação extrema. Na maior parte das situações, nossa presença ativa e diferenciada é a opção mais enriquecedora para permitir novas opções para as crianças agirem e vivenciarem as situações. Aliás será esta postura que fará toda a diferença e dará às ações ditas normativas um peso de qualidade diferente das ações já tão esvaziadas dos professores e de outros cuidadores.

Em algum momento do trabalho, quando as ações violen-

tas pareciam incontroláveis, realizamos no Chapéu Mangueira uma Assembléia Geral que não tinha poder resolutivo, e, cujo objetivo era a discussão de normas. Foram propostas milhares de normas, muitas delas insuportavelmente restritivas. Essas leis draconianas formuladas pelas crianças nos apontam como, frente à sensação de insegurança – e nós estávamos de fato, naquele momento, inseguros quanto a como lidar com eles –, uma estrutura firme, ainda que absurda, parecia tranquilizadora. Este foi um momento importante no desenvolvimento de nossa postura com relação a eles. A opção de buscarmos vencer a barreira da ação comum, educativa/coercitiva, sustentando colocações que lhes possibilitassem uma nova forma de compreensão de seus problemas, neste momento se tornou mais firme. Assim, ainda que haja muitos momentos de brincadeiras e conversas calmas, alegres, pacíficas, as dificuldades destas crianças e as demandas relativas à sua faixa etária e a seu lugar no mundo, muitas vezes, surgem carregadas de aspectos agressivos que buscamos acolher e aos quais temos de dar sentido.

Outra questão que vale destacar se refere às crianças cuidadoras de crianças. Tomá-las, na Casa da Árvore, como adultos responsáveis seria tomá-las pelo que não são. No entanto, suas famílias lhes entregam os pequenos lhes dando autoridade. Se em casa ou na rua desempenham bem esta função, ali no entanto, vão brincar, jogar e conversar. E, quando são instados a exercer sua autoridade, geralmente usam de extrema severidade e violência com os pequenos. Nestes casos tentamos que os pais venham e quando isto é impossível, buscamos fortalecer as crianças frente a dificuldade de assumirem este papel e lidarem com o peso da situação, sem no entanto, assumirmos a tarefa que seus pais lhes deram. Ainda assim já fomos levados a decisões extremas como impedir a entrada de uma criança muito pequena supostamente cuidando de outras menores ainda.

São raros os plantões na Casa da Árvore que passam em branco, sem produzir em nós um aprendizado, uma mudança. A cada tarde surge alguma nova questão sobre nossa profissão, sobre as possibilidades humanas de viver e sobreviver. Às vezes são situações que as crianças nos trazem, as vezes acontecimentos do cotidiano nas favelas cariocas. Mas, o que estar lá, com as crianças na Casa da Árvore, sempre produz em nós é a certeza de que ainda temos muito que aprender, e que há muito a se fazer no trabalho com crianças.

#### Outras leituras

- WINNICOTT, D. W. *Privação e Delinqüência*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- INSTITUT DE RECHERCHE APPLIQUÉE POUR L'ENFANT ET LE COUPLE. *Entrez donc, des psychanalistes accueillent*. Paris: ESF éditeur 1992
- THIS, Bernard. *La maison verte – créer des lieux d'accueil*. Paris: Éditions Belin, 2007
- SOUZA E SILVA, Jailson. BARBOSA, Jorge Luis. *Favela: alegria e dor na cidade*. Rio de Janeiro: Editora SENAC RIO, 2005
- NEYRANT, Gerard. *A l'ecoute de l'enfant – des lieux d'accueil enfants-parents type Maison Verte*. Paris: Fondation de France, 1994



## Um lugar para brincar e conversar

*Cecilia de Aquino Barbosa*

*Maria de Nazaré Avelino da Silva*

A Casa da Árvore é apresentada aos freqüentadores como um lugar para brincar e conversar. Os profissionais oferecem um espaço de lazer e troca de experiências. Esta maneira de ofertar o trabalho possibilita às pessoas reconhecerem no espaço um lugar de vida cotidiana, onde questões corriqueiras podem ser acolhidas, fatos comuns podem ser contados. É uma tentativa de trazer para a Casa a vida comum, e não apenas queixas formuladas, que normalmente se dirigem aos psicólogos.

A divulgação do trabalho é feita através da distribuição de pequenos panfletos que convidam crianças e seus responsáveis a visitarem a Casa da Árvore. Além disso, os profissionais articulam-se com outras instituições existentes na comunidade onde cada Casa localiza-se para explicar o funcionamento e divulgar o trabalho para os freqüentadores das instituições. São visitadas creches, escolas, postos de saúde e hospitais. Essas instituições encaminham famílias que precisam de acompanhamento psicológico na opinião dos profissionais que as atendem. Ainda assim, a maioria das pessoas chega à Casa da Árvore por conta própria.

Na Casa da Árvore valoriza-se o brincar e conversar com crianças e seus responsáveis porque a convivência familiar na infância, base para os relacionamentos futuros, é por si só repleta de situações delicadas, curiosas, às vezes angustiantes, conflitantes, outras vezes, radiantes de empolgação, felicidade, alegria. A forma

como estes momentos são vivenciados no núcleo familiar deixará marcas na personalidade do ser que se encontra em formação. Estas marcas serão a base estruturante de sua subjetividade, repetindo-se e atualizando-se nos relacionamentos futuros da criança com outras crianças, familiares, parentes, professores.

Todo dia, no momento da abertura da Casa da Árvore, três psicólogos que atuam como acolhedores aguardam a chegada das crianças e seus acompanhantes. A equipe, sempre composta por três profissionais, varia de acordo com o dia da semana.

Quando chegam, os freqüentadores são recepcionados por pelo menos um profissional. Essa recepção é importante para favorecer a criação de um ambiente acolhedor, principalmente no caso de primeira visita à Casa.

Após esse primeiro momento um membro da equipe escreve em um quadro-negro o nome de quem acabou de chegar, crianças e responsáveis – os nomes dos psicólogos já estão registrados. Em todas as Casas este quadro fica em local bem visível a todos. Ao escrever o nome de cada criança e de seus acompanhantes afirmamos a importância da presença de cada um, crianças e adultos, acolhedores e freqüentadores, incluindo simbolicamente a todos em um campo de equidade e reconhecimento. Vale ressaltar que equidade não significa que todos tenham a mesma função ou se equivalham, mas sim, que todos são respeitados enquanto sujeitos.

Uma regra fundamental da Casa é a que a inclusão dos nomes neste quadro deve ser sempre feita por um dos profissionais. No início do trabalho, as crianças tinham acesso ao quadro e a equipe apenas cuidava para que os nomes dos presentes não fossem apagados. As crianças falavam sobre os nomes que já estavam escritos, sobre quem já havia chegado e saído, sobre quem não estava presente. Pediam para escrever o próprio nome ou o de outras pessoas que estivessem na Casa. Importavam-se até com a

ordem dos nomes, e em que posição seu ficaria: seria o primeiro nome a ser escrito, o segundo... o último? Notamos que havia um interesse especial dos pequenos freqüentadores pelo registro dos nomes de cada um no quadro. Percebemos, então, que ao ter o nome registrado as crianças sentiam-se incluídas naquela coletividade, e que era importante que esta participação fosse marcada por nós, adultos acolhedores da instituição. Optamos por definir como regra que apenas a equipe escrevesse no quadro.

O modelo de trabalho sem horário definido e sem inscrição ou garantia de freqüência gera um tipo particular de vínculo. A não obrigatoriedade de retorno por parte dos freqüentadores faz com que a solidez do laço parta da equipe, garantida pela sua permanência. Como em qualquer trabalho que contenha uma dimensão clínica, é preciso manejo para permitir a continuidade, porém a fluidez de nosso laço torna ainda mais importante este manejo, já que não se firma nenhum compromisso além do compromisso de escuta, acolhimento e cuidado com quem lá está, no momento em que está lá.

A possibilidade de acompanhar o desenvolvimento das crianças, intervindo na história do sujeito em tempo real, ou seja, no momento em que ele se vê em conflito, o ajuda a estruturar-se de modo menos sofrido. Viver implica naturalmente algum grau de sofrimento, mas este quantum de dor pode e deve ser amenizado de diversas formas, especialmente em se tratando de crianças, por necessitarem de condições favoráveis e harmônicas para seu desenvolvimento. Acolher, escutar e falar sobre o que o sujeito reconhece como dor, angústia, dúvida, mal estar é a forma que a Casa da Árvore tem de buscar, com seus freqüentadores, amenizar o sofrimento natural da vida. Sofrimento natural que quando não dito, escutado e questionado, muitas vezes cristaliza-se em sintomas. Apesar de serem recursos de defesa contra a angústia, os sintomas trazem incômodo, gerando transtornos,

que acabam por transbordar sobre outras áreas da vida do sujeito.

Na Casa da Árvore existe acolhimento e trabalho clínico voltado para quem traz uma queixa acerca de um sintoma. As intervenções da equipe ocorrerão naturalmente no decorrer da convivência travada no espaço coletivo. O que há de novo neste projeto é a acolhida à vida comum, às questões e dores ordinárias do ser humano, no momento em que criam seus filhos, ou em que são criados por seus pais.

No caso de freqüentadores que buscam declaradamente o olhar dos psicólogos, pressupõe-se que há uma utilização clínica da Casa da Árvore. Mas, o que dizer sobre as pessoas que lá passam suas tardes, brincando, conversando, lendo, desenhando, alheios, muitas vezes, aos profissionais? Por que retornam assiduamente? O que este espaço, com suas características peculiares proporciona a estes freqüentadores?

Para responder a estas questões, é necessário lembrar alguns aspectos referentes ao complexo processo de desenvolvimento humano. Destaquemos, inicialmente, alguns aspectos sociológicos e psicológicos deste desenvolvimento.

Desde o nascimento o homem é inserido na cultura de seus pais, de seu povo. É de importância decisiva para o desenvolvimento do bebê humano que haja alguém que por ele se encarregue: o alimento, limpe, proteja, estimule habilidades. Cada povo, em cada lugar diferente do planeta terá uma maneira específica de fazê-lo de acordo com as normas, hábitos, conhecimentos característicos do povo a que pertence. O bebê será inserido numa sociedade: deverá aprender suas normas, conviver com seus semelhantes, algumas vezes modificar as regras e transmiti-las a outros indivíduos.

A socialização é este processo de inserção numa determinada cultura, que se inicia com o nascimento e perdura por toda a vida

do homem, enquanto estiver em contato com mudanças na sua existência, e com adaptações e readaptações à sua sociedade, ou a outro grupo em que venha a se inserir.

O processo de socialização, então, nunca termina de fato. Inicia-se na infância e segue complementando-se pelo resto da vida, a cada novo espaço ou ambiente que o homem freqüente e ao qual tenha de adaptar-se. A Casa da Árvore é sem dúvida um lugar que favorece este processo: a criança e seus responsáveis, diante de outros semelhantes, vivenciam no espaço questões referentes à vida em grupo, às regras que esta convivência necessita, aos limites individuais e coletivos, a modos diversos de operar questões comuns. A circulação da palavra é peça fundamental para incrementar a socialização, já que a fala, apesar de não ser o único elemento de troca de saberes e influências, é para isso um veículo importantíssimo. É um espaço onde o cotidiano é experimentado, acompanhado, falado se for o caso, e conseqüentemente, elaborado com mais facilidade. Mesmo as pessoas que freqüentam o espaço através do tempo sem formular uma questão, sem acionar a equipe com uma demanda clínica, se beneficiam da Casa, de seu modo de funcionamento, de seu ambiente de palavras.

Freqüentadores que parecem comparecer à Casa para encontrar pessoas que poderiam rever em qualquer outro lugar, para descansar, brincar e conversar, beneficiam-se deste incremento da socialização. Aproveitam a ampliação da integração social que um ambiente de palavras, logo de relacionamentos, produz.

Existe um limite tênue entre a situação das pessoas que utilizam a Casa para passar o tempo e a daquelas que obtêm na convivência uma possibilidade para elaborar questões sem a intervenção da equipe.

Alguns freqüentadores buscam na Casa um espaço onde podem encontrar pares, pertencimento, relativizar dúvidas,

obter alívio de angústias e tensões ordinárias. Embora vários freqüentadores encontrem na Casa essas possibilidades, alguns realizam ativamente esta busca subjetiva. Nota-se, então, um uso particular que algumas pessoas fazem deste espaço, um uso que se situa entre o convívio social comum e a utilização clínica. São pessoas que não chegam a falar diretamente com a equipe sobre a existência de um conflito, mas o expressam em suas conversas grupais, em seu retorno insistente, nas brincadeiras que repetem e evoluem ao longo do tempo.

Mais que lazer, o brincar representa uma forma importante de comunicação e elaboração. Brincando em qualquer lugar, mesmo sem a interferência de um adulto, as crianças falam de si. Manipulam o mundo através do brinquedo. Exploram a fronteira entre suas fantasias e a realidade. E repetem na brincadeira os temas causadores de conflitos para dominá-los. Na Casa da Árvore o ambiente favorece a brincadeira e toda a possibilidade de elaboração que ela produz.

O limite tênue entre o convívio social e o uso clínico da Casa faz-se notar justamente nesta repetição incessante que aponta para uma busca subjetiva. Desta maneira a criança pode dar conta de suas ansiedades por si só, ou com pequena participação da equipe. Em outros espaços, em função da dificuldade dos próprios adultos, a brincadeira tende a ser reprimida quando envolve temas complicados para as crianças, justamente quando foca questões que colocam impasses diante dos pequenos. Brincadeiras relativas à agressividade ou à morte são exemplos disso. O papel da Casa da Árvore é o de facilitador. É um ambiente em que o brincar será preservado para que a criança possa tirar dele suas respostas, com ou sem ajuda da equipe na sustentação deste processo.

A possibilidade de brincar na presença de um adulto importante para a criança favorece a elaboração de situações de conflito que poderiam ser causadoras de sofrimento. Muitas coisas

podem ser ditas pelas crianças para os adultos que cuidam delas e dos adultos para as crianças a partir de uma brincadeira em que ambos participem. Algumas vezes é necessária a presença de um membro da equipe, mas outras vezes a situação em que criança e responsável brincam juntos, desvalorizada atualmente em nome de outras formas de aproveitar o tempo, já é suficiente para possibilitar elaborações.

A Casa da Árvore localizada em Niterói, cidade da região metropolitana do Rio de Janeiro, apresenta algumas características peculiares. A maioria das pessoas que vivem na Ilha o faz porque algum membro da família, normalmente o pai, trabalha em uma das empresas que desenvolvem suas atividades na localidade. Muitas famílias não são naturais da região, e mudaram-se para lá em função de oportunidades de emprego. Várias mulheres não têm atividade remunerada ou realizam aquelas que podem ser desenvolvidas em casa: cuidam de outras crianças, bordam, vendem cosméticos ou bijuterias. A condição de donas-de-casa em tempo integral faz com que algumas das mães tenham disponibilidade para estar na Casa da Árvore com uma freqüência e por um tempo maior do que o que ocorre nas demais Casas. Por algum tempo, a equipe atribuiu apenas ao maior tempo para dedicarem-se ao cuidado dos filhos a maior freqüência de mães na Casa de Niterói. Porém, foi possível observar que um grupo de freqüentadoras passou a fazer da Casa um local para encontrar pessoas e fazer amigas. Elas marcavam hora para levar seus filhos, levavam lanche para dividir umas com as outras e foram construindo relações de amizade entre elas.

Apesar de não precisarem de intervenções da equipe, algumas dessas mulheres que se reúnem na Casa da Árvore fazem do dispositivo um uso que está entre o social e o clínico - um uso certamente terapêutico do espaço. Em um lugar onde muitas vezes a família está distante, a possibilidade de contar com um espaço

que favorece a construção de vínculos tem importante papel como colaborador para a formação de um ambiente que favoreça uma vida saudável e não a formação de sintomas defensivos contra a solidão e o isolamento. É claro que tais vínculos poderiam se desenvolver em outros espaços, mas o estímulo dado à circulação da palavra e às trocas humanas faz da Casa da Árvore um lugar propício para o desenvolvimento das relações.

### **Clínica**

A clínica do psiquismo se dá em um encontro que se passa entre alguém que dirige um pedido de ajuda na solução de um problema da vida, e um outro, a quem este pedido é endereçado, que acredita ser capacitado para atendê-lo. A clínica do psiquismo, apesar de algumas vezes poder se valer de intervenções diretivas, envolve, na maior parte do tempo, a busca de alternativas nas maneiras de lidar com situações que causam sofrimento ou angústia. A existência de um sujeito disposto a falar sobre sua vida e suas inquietações, e de um profissional atento a quem o sujeito possa atribuir um saber capaz de ajudá-lo na tarefa de enfrentar os problemas da vida, são elementos fundamentais para que se instaure o que chamamos de transferência e, portanto, um trabalho efetivamente clínico (ver mais no apêndice, ao final).

Na Casa da Árvore a equipe técnica coloca à disposição de todos os que freqüentam o espaço uma escuta atenta aos pedidos de ajuda. A dimensão clínica deste trabalho se desenvolve a partir de intervenções pontuais, e tem a particularidade de não haver um contrato de retorno dos freqüentadores ao espaço. A aposta da equipe é de que é possível deixar marcas que permitam ao sujeito reavaliar as suas verdades e se re-situar diante de suas questões, mesmo sem a garantia de novo encontro. Além disso, a possibilidade de contar com mais de uma pessoa com a função de escuta também diferencia o trabalho realizado na clínica tra-

dicional, desenvolvida em consultórios e ambulatórios. A idéia é que na Casa da Árvore a transferência possa se dar em relação a um determinado modo de trabalho, comum a toda a equipe, e não se direcionar apenas a uma pessoa.

Uma situação ocorrida em uma das creches nas quais a equipe da Casa da Árvore trabalhou aponta para a existência do fenômeno do qual falamos: a transferência ao modo de trabalho da equipe.

Durante os três primeiros anos de nossa atuação na Creche Casulo Padre Aleixo a equipe vinculada a esta creche era composta por uma psicóloga e uma estagiária, tendo a última que interromper o estágio e ser substituída após um ano e meio de trabalho. O exemplo a seguir, narrado por esta equipe, data destes três anos iniciais.

Freqüentemente, quando a psicóloga e a estagiária trabalhavam em dias diferentes, as crianças trocavam seus nomes. Quando estavam com a estagiária chamavam-na pelo nome da psicóloga, e vice-versa. Ambas apresentavam idades próximas. Porém a aparência física das duas era nitidamente distinta. Ainda assim as crianças trocavam seus nomes.

Nos questionamos se não se tratava apenas uma simples confusão de nomes. Neste caso, como ficavam tempo menor que as professoras, a psicóloga e a estagiária seriam vistas como um outro tipo de adulto: um tipo de companhia que aparece com freqüência, mas que fica menos tempo com a turma. Se as crianças trocassem os nomes das pessoas da equipe da Casa da Árvore na creche por entender a presença delas desta forma, isto nada teria a ver com transferência. Simplesmente, a equipe estaria incluída numa grande categoria de adultos diferentes dos profissionais de turma: coordenadores, voluntários e outros profissionais da instituição que eventualmente ajudavam às professoras e auxiliares em sala.

Contra este argumento, entretanto, pudemos notar a fala das educadoras durante as reuniões de turma com a psicóloga e a estagiária. Professoras e auxiliares costumavam surpreender-se com certos relatos que as crianças faziam (apenas) às psicólogas, dizendo desconhecer os fatos relatados. Diziam também nunca terem visto determinada criança falar sobre aqueles temas com outras pessoas que não as psicólogas.

Ainda mais significativa era a continuidade que as crianças davam às conversas e brincadeiras com as pessoas da equipe. Frequentemente começavam a falar sobre alguma coisa com a estagiária ou a psicóloga e quando, em outro dia, encontravam-se com a outra pessoa da equipe, continuavam o assunto ou a brincadeira, como se esta necessariamente soubesse o que ocorrera no dia anterior. Falar com a psicóloga ou com a estagiária de psicologia parecia não fazer diferença. Para algumas crianças, o que parecia é que ambas eram uma só.

Não eram uma só, mas funcionavam de um mesmo jeito. A disponibilidade para acompanhar e escutar as crianças nas mais variadas situações criava este tipo de vínculo, através do qual era possível para os alunos da creche se colocarem de modo diverso do que estavam acostumados no cotidiano escolar. Permitia que fossem escutados de maneira diferente da que estavam acostumados, favorecendo que comessem a caminhar em outras direções, mudando sua maneira de agir.

Na Casa da Árvore a equipe subdivide-se em mini-equipes formadas por três psicólogos por dia, que não se repetem durante a semana. Em comum, estes profissionais têm uma ética de trabalho pautada em princípios como: falar com as crianças enquanto sujeitos; valorizar e estimular a palavra de todos, facilitando a expressão de sentimentos bons e ruins, e favorecendo a relação entre as pessoas. Outro ponto norteador do trabalho é a idéia de que impasses da vida comum podem desencadear problemas

mais graves e que, portanto, devem ser escutados e trabalhados. A escuta deve ser atenta à possibilidade de existência de sofrimento, e o ambiente propiciado pela equipe precisa ser flexível em relação às diferentes demandas.

Estes pontos norteadores do trabalho fazem com que os frequentadores reconheçam na equipe uma unidade, ainda que com diferenças pessoais, e acreditem que este trabalho pode auxiliá-los. A transferência, neste caso, se dá com o tipo de atuação de toda a equipe e não com apenas um de seus membros. O exemplo que se segue ilustra esta forma de estabelecimento da transferência.

Magali chegou à Casa da Árvore com Bianca, sua filha, bem pequena. Logo conversou com a equipe sobre seu desejo de ter filhos e sobre a dificuldade que havia tido para engravidar. Contou que havia tentado por dez anos ter filhos e que engravidou quando já tinha desistido. Falava com diversos membros da equipe, nos diferentes dias em que frequentava a Casa, sobre as dificuldades de cuidar da filha e de como precisava fazer sacrifícios para educá-la: “Por causa dela, eu não posso trabalhar. Não posso terminar de construir minha casa porque tenho muitas despesas com tratamento médico para Bianca”.

Com o tempo, Magali começou a deslocar suas queixas para as dores que sentiu durante o parto e passou a aconselhar as mulheres da equipe da Casa da Árvore a não terem filhos, dizendo que “filhos atrapalham a carreira, prendem muito”. É interessante notar que Magali ia à Casa da Árvore em diversos dias da semana e o deslocamento de sua queixa aparecia em sua fala com profissionais de diferentes equipes.

Magali é uma mulher de aproximadamente quarenta anos e andava mal arrumada, apesar de ela e o marido serem cabeleireiros. Entretanto, fazia sempre elogios às roupas, aos cortes de cabelo, ao sapato, ou à cor do esmalte das psicólogas da Casa da Árvore.

O discurso queixoso de Magali a tornava chata, mas a possibilidade de perceber nele algo além de simples reclamação possibilitou à equipe socorrer esse sujeito que, através de suas queixas repetidas nos pedia ajuda na tarefa de ser feliz sendo mulher. Os repetidos elogios da freqüentadora às psicólogas não foram tomados apenas como cortesia, o que poderia acontecer em um espaço social comum. Ao contrário, a equipe pôde escutar naqueles comentários uma questão sobre o mundo feminino. As reclamações sobre as dificuldades da vida apontaram para um pedido de ajuda. Foi possível discutir repetidas vezes as dificuldades de ser mulher, as limitações, as possibilidades. Algumas outras maneiras de viver acabaram sendo discutidas, e Magali conseguiu redirecionar algumas esferas de sua vida. Hoje, já não reclama tanto das tarefas com a filha e buscou alternativas para ampliar sua renda. Ela vende bijuterias e cosméticos, gêneros tipicamente ligados à feminilidade, além de fazer trabalhos esporádicos como cabeleireira. Arruma-se mais e encontra prazer em brincar com a filha. Continua freqüentando a Casa.

Poder acolher suas dificuldades em assumir sua função de mãe e mulher, apontando para um caminho que poderia levá-la a uma vida com mais felicidade, foi a aposta feita pela equipe. Note-se que em momento algum Magali elegeu um só psicólogo como seu psicoterapeuta. Ela buscou auxílio na escuta de vários membros da equipe – apontando, desta forma, para uma transferência provocada pelo tipo de atenção a ela oferecido na Casa.

Sem um dispositivo como a Casa da Árvore, que pôde acolher Magali e suas dificuldades com a feminilidade, esta mulher provavelmente continuaria sofrendo sem conseguir ser mulher e mãe. Suas dificuldades, entretanto, dificilmente a levariam a procurar ajuda nos modelos tradicionais de clínica, já que ela se lamentava sem formular nenhuma questão subjetiva. A proximidade com o cotidiano das pessoas faz com que o modelo de atuação proposto

alcance um grupo que, de outra forma, não chegaria à rede de assistência tradicional.

Independentemente da existência de uma demanda apresentada em um primeiro momento à equipe da Casa, pode haver um trabalho de efeitos clínicos. Mesmo quando a busca pelo dispositivo se dá com o objetivo de levar as crianças para brincar ou de conversar com qualquer pessoa, as palavras oferecidas pela equipe podem levar a elaborações e a novas organizações subjetivas, o que caracteriza a essência do trabalho clínico.

Uma freqüentadora da Casa de Niterói, observando que sua cunhada passava por uma situação que ela denominava “depressão”, levou-a a Casa da Árvore. Lá, a cunhada contou, a uma psicóloga da equipe, que estava com sérios problemas com o namorado, que sua família não aprovava o namoro, e que isso tudo a deixava muito angustiada. Ela não tinha vontade de comer, ou de sair para trabalhar, e perdera a alegria de viver. Toda a história do namoro foi contada, do início até o momento em que o impasse havia sido criado. Depois deste relato, algumas possibilidades de saída para a situação foram levantadas pela freqüentadora. Na verdade, a psicóloga pouco falou. Na semana seguinte a moça retornou, e procurou a mesma pessoa da equipe. Contou que tudo o que haviam conversado tinha sido muito bom para que ela pudesse ficar refletindo. Concluiu que “a culpa de sua tristeza” era dela mesma, que suas atitudes não a estavam ajudando, que precisava posicionar-se de uma forma diferente. Disse que voltaria na outra semana. Não voltou. Algumas semanas depois, a psicóloga a encontrou casualmente nas proximidades da Casa. Ela explicou que tudo já estava resolvido – iria morar com o namorado. Agradeceu imensamente a ajuda recebida na Casa da Árvore.

O direcionamento do pedido de ajuda abriu para a moça a possibilidade de ver seus problemas de uma outra forma. A existência de alguém a quem se supõe um saber sobre a solução

das dificuldades de viver, disponível a escutar com atenção as suas dificuldades possibilitou um remanejamento das suas questões e um outro posicionamento diante das próprias escolhas, pois falando de si a este alguém, ela própria pode escutar-se e apreender seus problemas de outra maneira. A possibilidade de escutar-se não como alguém que se queixa de um problema para o qual não tem a solução, mas como sujeito implicado em suas questões e movimentando-se no sentido de encontrar uma saída – contando, para isso, com um outro olhar – favoreceu o vislumbre de alternativas para as situações de conflito. O sintoma pôde ser desmontado e a vida seguiu.

Muitas situações trabalhadas na Casa da Árvore poderiam ser encaminhadas para ambulatórios, mas a existência de um dispositivo como este facilita um re-direcionamento da vida de uma maneira mais simples. O alcance do percurso de uma análise pessoal convencional, na ampliação do leque de possibilidades para lidar com os problemas que o sujeito poderá encontrar na vida, pode ser maior do que o propiciado por intervenções pontuais como as realizadas na Casa da Árvore. Contudo, as intervenções pontuais mostram-se efetivamente capazes de possibilitar ao freqüentador novas maneiras lidar com suas questões, ainda que, eventualmente, novos pedidos de auxílio venham a ocorrer posteriormente – o que também, aliás, pode acontecer, do mesmo modo, em uma análise tradicional.

Na Casa da Árvore os freqüentadores são informados pela equipe de que os acolhedores são psicólogos. Algumas pessoas, ao chegar, já têm esta informação, através de conhecidos ou de indicação. Assim como qualquer posição social, o lugar de psicólogo no imaginário da população é carregado de expectativas. São expectativas acerca do comportamento deste profissional, bem como acerca do modo como se deve agir diante dele. Trata-se de um conhecimento superficial do que é um psicólogo, carregado,

porém, de exigências sociais, que fazem com que as pessoas esperem encontrar determinadas características nos membros desta categoria profissional. Os papéis sociais, ou seja, estas exigências da sociedade em relação aos ocupantes de qualquer posição, são formas de conhecer e explorar o mundo, guiando o indivíduo em sua conduta nos diversos universos que freqüenta, com os mais variados grupos com que se relaciona.

Isto significa dizer que os freqüentadores que chegam à Casa, ao tomarem conhecimento de que a equipe é composta por psicólogos, costumam se questionar a respeito do que é feito ali. Questionam-se sobre o que estes profissionais estão fazendo em grupo, sem uma sala reservada, sem divã, sem encaminhamento ou parecer. Esperam encontrar o estereótipo disseminado no imaginário social. Porém, vivendo e observando a dinâmica cotidiana, as pessoas acabam por construir, cada uma à sua maneira, um porquê de estar na Casa. Cada uma tem o seu. No decorrer de dias, ou mesmo do primeiro dia, os que freqüentem a Casa percebem que a equipe está presente e pode ser útil em diversas situações, de diversas formas. Começam a solicitar os profissionais em função de questões presentes no momento em que se encontram. Ou ainda, mesmo sem acionar a equipe, agem por si, buscando na Casa, no grupo, o que lhes possa ser útil ou necessário – retornando à Casa da Árvore ou não.

Preocupante, talvez, seja o imaginário social acerca do comportamento esperado de um paciente. O papel de psicólogo está atrelado ao de paciente, e é compreensível que a conduta de alguns freqüentadores se oriente desta forma. Ou seja, o que está em questão aqui é a possibilidade da criação de uma demanda de acompanhamento psicológico em função do simples fato de que psicólogas estejam lá. Como o imaginário coletivo acerca do psicólogo se relaciona com sintomas e sofrimento psíquico, é



possível supor que, ao falar com uma psicóloga, uma pessoa tenda a falar sobre estes temas ou até mesmo manifestar algum tipo de comportamento sintomático típico, estereotipado, por ter aprendido que esta é a parte que lhe cabe neste diálogo. Por acreditar que é o que se deve fazer diante deste profissional.

De fato, não se pode negar que isto ocorra a princípio, e somente a princípio, com alguns freqüentadores. Mas logo que o relacionamento entre dois ou mais indivíduos se torna mais próximo, os estereótipos podem ser alterados, ampliando e modificando imagens e esquemas de conhecimento anteriores. Ou seja, ainda que inicialmente o fato de saberem que os acolhedores são psicólogos possa induzir alguns freqüentadores a certos temas, isto não se sustenta após o estabelecimento de vínculo com algum profissional ou, simplesmente, após a experiência na Casa. Logo se percebe que lá o psicólogo tem outra atuação, o que libera os freqüentadores do “modelo” inicialmente seguido.

Além disso, ninguém pode garantir até que ponto o sofrimento que alguém manifesta é “real” ou “induzido”. É impossível e inadequada a busca da verdade absoluta dos fatos: o que há é a verdade de cada um, e se a figura do psicólogo induz a determinadas condutas, isto aponta para o sujeito. Se a pessoa retorna, a falsa demanda acaba sendo desconstruída, e este comportamento – o que diz sobre o sujeito – fica como possível material de trabalho.

O exemplo a seguir ilustra como, a partir de conversas sobre o cotidiano dos freqüentadores, efeitos que poderíamos qualificar de clínicos são produzidos, sem que haja a necessidade de estabelecimento de algo como um “contrato terapêutico”.

Um grupo formado por crianças e pré-adolescentes passava pela porta da Casa no Turano lentamente, espiando lá dentro. Um profissional os cumprimentou, perguntando-lhes se conheciam o local e os convidou a entrar. Entraram rapidamente. O mais velho, um menino de treze anos, contou que estavam indo

à piscina na casa de um conhecido seu. Ia acompanhado de uma amiga, ambos levando irmãos para o passeio. Não conheciam a Casa, apesar de morarem no Turano – moram em outra parte do morro. Gostaram dos brinquedos. Ficaram um tempo, explorando tudo ao redor. O mais velho perguntava à equipe coisas sobre o funcionamento. Em algum momento da conversa foi dito a ele que todos na equipe são psicólogos, e que estão ali para conversar, brincar ou ficar com eles.

O mesmo grupo logo retornou. Na semana seguinte, enquanto os outros brincavam, o menino das perguntas sentou-se próximo à pessoa que os recebera pela primeira vez. Falou sobre o passeio que haviam feito e emendou com um assunto sobre sua casa. Contou que havia brigado com uma tia de quem gostava muito e que agora ela não falava mais com ele. Brigaram porque ele a havia desobedecido e ela havia ficado muito brava. Chorou. Falaram sobre sua tristeza, sobre o dia e a situação em que a desobedeceu, sobre seus motivos, sobre a raiva da tia, sobre a tia e a mãe, sobre como voltar a falar com a tia.

Uma semana depois, o mesmo se repetiu.

Na quarta semana, o menino disse àquela pessoa da equipe que voltara a falar com a tia. Havia pedido desculpas e ela havia aceitado. Estava sorridente. Neste dia brincou com os irmãos e antes do horário de fechar a Casa, foi embora dizendo que os levaria para outro passeio na casa da amiga. Não voltou mais.

Dispositivos como o da Casa da Árvore não surgem para substituir os ambulatórios e outros serviços de psicologia e psicanálise, mas para somar-se a eles na rede de assistência. Trabalhos como este atingem pessoas que provavelmente não procurariam a rede assistencial tradicional naquele momento, criando a possibilidade de intervir antes que o problema cresça e os sintomas se tornem mais cristalizados, causando muito mais sofrimento. Por integrar a vida social da comunidade onde está inserida, o efeito

clínico do trabalho na Casa da Árvore pode acontecer em um estágio anterior ao que levaria o sujeito a buscar um tratamento convencional, muitas vezes desmontando o sintoma e fazendo com que uma intervenção posterior, nos moldes tradicionais, não seja necessária. Além disso, alguns casos que poderiam exigir grande investimento e sobrecarregar ambulatórios públicos com uma análise convencional podem ser atendidos de maneira eficiente num dispositivo deste tipo.

No cotidiano da Casa encontramos ainda situações em que o sofrimento existente não é tão agudo a ponto de provocar uma demanda de atendimento, mas é suficientemente forte para tornar a vida menos feliz. Nesses casos, a possibilidade de contar com um trabalho nos moldes do realizado pela Casa da Árvore possibilita o acesso a um tipo de ajuda que, de outra forma, não seria obtido. É o que podemos observar no exemplo a seguir.

D. Lucia e seu neto Rodrigo começam a freqüentar a Casa quando o menino contava aproximadamente dois anos de idade. Os pais haviam se separado e a avó assumiu a criação do neto porque os pais, segundo D. Lucia, não tinham responsabilidade. O pai de Rodrigo, filho de D. Lucia, sofrera um acidente que o deixou com seqüelas físicas. A avó, apesar de idosa e com saúde frágil, trabalhava para sustentar o neto. Embora demonstrasse muito afeto por Rodrigo, D. Lucia sentia-se sobrecarregada com a responsabilidade de criar uma criança. Quando falava com a equipe da Casa da Árvore, a avó demonstrava dificuldade para lidar com esta ambivalência. Gostava do neto, queria cuidar dele, mas sentia-se sobrecarregada.

Rodrigo, em vários momentos, chamava a avó de mãe. Ao mesmo tempo em que a avó o repreendia, demonstrava gostar de ser chamada dessa maneira. Dizia: “ele sabe que eu sou a vó, mas gosta de me chamar assim”. Avó e neto nos mostravam uma certa dificuldade em estabelecer as regras de sua relação. Durante as

tardes que passam na Casa, os freqüentadores podem falar destas dificuldades. Um dia, após uma das psicólogas terem apontado claramente as ambigüidades que vivenciam, D. Lucia respondeu: “eu não tinha pensado assim, como você falou, mas acho que é isso mesmo”. Com o tempo, passaram a freqüentar menos a Casa e, quando o fazem, já não trazem mais estas questões.

A possibilidade de falar sobre as ambigüidades em seu relacionamento e sobre as dificuldades e prazeres de cuidar de um neto, e de ser cuidado por uma avó, facilitaram para estes freqüentadores a construção de uma maneira de se relacionarem que, apesar das dificuldades que precisam enfrentar, favoreceu o fortalecimento dos laços entre eles.

Sem um dispositivo como a Casa da Árvore, que pôde acolher Lucia e suas dificuldades com a criação do neto, esta mulher provavelmente continuaria sofrendo sem conseguir ser avó e mãe. Suas dificuldades, entretanto, dificilmente a levariam a procurar ajuda nos modelos tradicionais de clínica, já que não formulava nenhuma questão subjetiva. A possibilidade de estar próximo do dia-a-dia das pessoas faz com que este modelo de atuação alcance grupos que, de outra forma, não chegariam à rede de assistência tradicional.

Freud jamais imaginou a possibilidade, de algum dia, seres humanos alcançarem um estado de felicidade plena e constante. Modesto, apostava simplesmente na possibilidade de “transformar um sofrimento histórico em uma infelicidade comum”. Longe de ser pessimista, esta afirmação aponta para a possibilidade de todo sujeito se haver de algum modo com as suas dores e inquietações, sem se deixar necessariamente aprisionar por elas. A aposta de qualquer intervenção clínica é a de ampliação da normatividade psíquica, ou da capacidade criativa individual – presente em todo ser humano, mas nem sempre bem explorada. O aumento da qualidade de vida está na maior possibilidade para lidar com

as situações difíceis surgidas, e não com a solução definitiva delas. Todos estão sujeitos a encontrar durante a vida dificuldades e tropeços. A habilidade para atravessar tais momentos vai ser fundamental para o grau de sucesso. Sucesso entendido como nossa capacidade para superar problemas, enfrentar desafios e encontrar saídas criativas para as dificuldades do cotidiano. O favorecimento da autonomia, e a ampliação da capacidade de criar alternativas pessoais para as diferentes situações da vida, é isto o que se valoriza na Casa da Árvore.

### **Casa da Árvore e vida cotidiana**

Ao ofertar ao público em geral um espaço de escuta e acolhimento voltado para a vida cotidiana, a Casa da Árvore amplia a oferta comumente feita pelos serviços de psicologia. Coloca-se disponível a um público que, muitas vezes, não apresenta um sintoma que o leve aos serviços tradicionais como consultórios e ambulatórios. Esta ampliação, porém, não está isenta de riscos. O principal deles certamente é o risco de psychologizar (no sentido de submeter ao vocabulário e às intervenções de um campo técnico) questões e problemas que poderiam, e devem, ser abordados por meio de outros instrumentos e dispositivos.

A notória questão da criminalidade ligada ao tráfico de drogas pode servir de exemplo. O tráfico é um problema complexo que apresenta, no mínimo, raízes de longas datas na precariedade dos sistemas educacional e habitacional, no desemprego, nas políticas de segurança e na grave corrupção instalada em diversos segmentos sociais do país. As razões pelas quais tantos indivíduos são atraídos pelo poder de atração deste universo estão obviamente relacionadas a este conjunto de fatores. No entanto, é óbvio também que, nas favelas, a maioria das pessoas, apesar de viverem nas mesmas condições, tomam caminhos diversos. Este fato evidencia que há também uma dimensão subjetiva individual,

uma decisão pessoal presente no processo de envolvimento com este universo.

A Casa da Árvore, assim como o esporte e a arte podem ser veículos de transformações pessoais, na medida em que ampliam possibilidades de novas identificações. Entretanto, há muito mais que razões exclusivamente subjetivas envolvidas na questão do tráfico e não há como propor uma profilaxia do mesmo através de intervenções psicológicas, por mais sofisticadas e abrangentes que seja. Seria tomar a parte (a psicologia dos indivíduos) pelo todo (o cenário social) – escamoteando as bases do problema. Desta forma, apesar de a Casa da Árvore tomar a fala cotidiana sobre a vida como objeto de trabalho, estamos atentos aos riscos de psychologizar o que não se deve. Esta constante reflexão acerca do campo e dos limites de nossa atuação é certamente difícil.

Outro risco envolvido na ampliação do campo de intervenção que o trabalho da Casa da Árvore implica diz respeito à sua articulação com a idéia de prevenção. Por ser uma palavra que pede complemento na língua portuguesa, ou seja, por ser incompleto de sentido por si só, o termo prevenção sugere naturalmente a pergunta: “de quê?”.

Polêmica através dos tempos, mesmo dentro da equipe, a idéia de prevenção no campo da saúde mental deve ser tratada com muito cuidado. Sabendo que existem condições básicas para que potencialidades do homem possam se desenvolver, e que o bem-estar psíquico é um destes fatores, a Casa da Árvore propõe um ambiente que favoreça este bem-estar psíquico, na medida de cada pessoa, de cada grupo. Quando se trata de vida subjetiva não se pode partir de idéias de “normalidade”. Não há, no plano da experiência subjetiva, critérios universais que nos permitam ter um “padrão ouro” do que seja a saúde mental. Neste campo, a singularidade de cada um é o que mais devemos levar em conta. É o dano à capacidade normativa de cada sujeito (ou seja, sua

capacidade de inventar novas normas de funcionamento psíquico e social no enfrentamento das injunções da vida) que se pretende evitar.

### Considerações finais

A proposta de atuação da Casa da Árvore pode ser entendida como a oferta de um lugar para conversar e brincar: apostamos na circulação da palavra, na ética do falar com crianças como veículo de bem-estar psíquico, e como um dispositivo que permite a elaboração de dores, inquietações que de outro modo permaneceriam como fontes de sofrimento e de obstáculo ao processo de desenvolvimento das crianças.

Acredita-se que esta oferta de palavras a crianças, palavras voltadas ao universo de seus sentimentos e aos sentimentos dos outros, é benéfica em suas vidas, conferindo-lhes ampliação da capacidade de lidar com seus pares e com diversas situações que a vida impõem.

O desafio neste tipo de atuação é que, no cotidiano, além de lidarmos pessoas que buscam o tipo de atenção que a equipe tem a oferecer, lidamos com outras, que demandam coisas da equipe para além daquilo a que ela mesma se propõe. É principalmente neste último tipo de situação que os profissionais da Casa são instados a repensar e recriar o seu trabalho, afastando-se do encastelamento confortável num modelo pronto e acabado, distante da necessidade das pessoas.

Existem freqüentadores – adultos e crianças – que buscam puramente descontração, diversão. A Casa pode atender a esta proposta através de seu equipamento material, e do acolhimento de outras pessoas que também buscam diversão. Em muitos desses casos, os próprios membros da equipe se colocam neste papel, conversando e brincando, não intervindo necessariamente nas relações.

Existem freqüentadores – adultos e crianças – que buscam diretamente auxílio para seus sofrimentos psíquicos. A equipe os escuta, oferece palavras e, quando necessário, media situações de conflito que ocorram dentro da Casa com outras pessoas. Mas há, também, a intervenção dos freqüentadores. O ambiente de conversas, brigas e brincadeiras que se cria nas Casas faz com que os conflitos psíquicos se atualizem muito mais rápida e intensamente que em outros tipos de *setting*, e possibilita também uma diversidade muito maior de abordagens possíveis para o enfrentamento desses conflitos.

Existem, ainda, freqüentadores que chegam inicialmente buscando diversão, mas que em algum tempo passam a apresentar suas questões pessoais à equipe, buscando ajuda. Podemos ilustrar este ponto com o exemplo de uma mulher que freqüenta uma das Casas desde que seu filho – hoje com 4 anos – tinha 6 meses de idade. Ela sempre fez da Casa um espaço de convívio social para si e seu filho, apesar de ser bastante conhecida e ativa em sua comunidade. Sempre voltava à Casa diariamente, durante um longo tempo, para conversar com a equipe e com outros freqüentadores. Em certo momento, porém, suas conversas com temas variados voltaram-se para queixas sobre a dificuldade de alimentar o filho que, segundo ela, só aceitava mamadeira. Neste momento, a escuta da equipe voltou-se para a questão colocada pela freqüentadora, e trabalhou com ela sua dificuldade junto ao filho. Após a dissolução deste impasse, tudo voltou ao que era antes. Continuaram a freqüentar a Casa como um espaço de convívio. O desafio que se coloca diariamente à equipe da Casa da Árvore é andar neste fio de navalha entre a questão personalíssima que emerge em determinadas situações e as movimentações sociais inerentes ao coletivo que ali se encontra.

A importância de trabalhos como o proposto pela Casa da Árvore está na possibilidade de multiplicação que ele comporta. As

peessoas que freqüentam a Casa tendem a levar consigo uma nova possibilidade de enfrentar os problemas, e atuarão como agentes multiplicadores, transmitindo a outros certas marcas que o trabalho deixou nelas. Tais marcas podem se expressar por uma determinada maneira de relacionar-se com as pessoas – principalmente adultos com crianças – valorizando o que há de enriquecedor em cada encontro com elas e respeitando-as em sua individualidade, reconhecendo-as como sujeitos e futuros cidadãos.

Não há qualquer garantia de que a forma de lidar com o mundo, com as pessoas e com a vida cultivadas na Casa traga para o sujeito uma existência melhor ou mais feliz. Entretanto, nossa aposta é de que a ampliação da capacidade criativa dos sujeitos resulta na redução da necessidade do apelo à violência, ou à formação de sintomas estereotipados, para lidar com a angústia causada por situações difíceis da vida.

## Violência e desigualdade social na Casa da Árvore

*Irene Plattek Teles*

Um lugar freqüentado por pessoas que se conhecem ou não, por vezes calmo, por vezes agitado, alguns dias cheio, outros, vazio. Não há como predizer um dia na Casa da Árvore. A rotina de trabalho na Casa é imprevisível, apesar de a recordação e repetição de acontecimentos fazer parte dessa rotina.

Na Casa da Árvore nos deparamos com brincadeiras que retratam a realidade do cotidiano das comunidades em que atuamos. Por esse motivo, a violência – em grande parte provocada pelo tráfico de drogas e pelas desigualdades sociais – atravessa a nossa prática e se repete no brincar. Em meio à movimentação de pessoas, conversas e brincadeiras, algumas situações chamam a atenção da equipe. Nas Casas do Turano e do Chapéu Mangueira, por exemplo, as crianças, em sua maioria desacompanhada dos pais, ora brincam de cenas de violência ora brigam violentamente<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> As brigas envolvendo agressões físicas surgem repentinamente, na maioria das vezes, a partir de um desentendimento entre as crianças, ou até mesmo a partir de uma brincadeira. A equipe se vê convocada a agir rapidamente de modo a impedir que alguém seja ferido. Pensamos que é função do profissional que trabalha com crianças, ou melhor, de qualquer adulto que cuide delas, protegê-las e zelar por sua integridade física. O cuidado (físico, inclusive) é uma das maneiras de se intervir de forma terapêutica nos acontecimentos cotidianos da Casa da Árvore.

Na Casa em Niterói, onde o cenário social é muito diferente, as coisas não se passam do mesmo jeito<sup>2</sup>.

Apesar dos problemas, às vezes sérios, que essas situações sempre engendram, podemos lidar com elas de forma produtiva se soubermos distinguir a *brincadeira de violência* da *ação violenta*. Na Casa da Árvore é permitido brincar de violência, pois através da atividade lúdica a agressividade pode ser expressa de maneira saudável, não envolvendo dano a outrem. Observamos nos brincantes a possibilidade de construir sentido para seu comportamento agressivo exercido durante o jogo ou brincadeira. Já a ação violenta, ou seja, a agressão física ou verbal que porventura possa surgir entre as crianças, não é permitida no espaço da Casa. Ora, se a equipe se propõe a prevenir a violência, a ação violenta – o emprego da agressividade com fins destrutivos – deve ser evitada.

Para a psicanálise, mais do que apenas uma forma de distração, a brincadeira é uma das formas de comunicação da criança. A atividade lúdica é característica da infância e faz parte dos processos de aquisição de linguagem, de constituição da subjetividade individual e de exercício da aprendizagem, além de ser o principal meio de expressão e elaboração do pensamento durante essa fase do desenvolvimento humano. Por permitir que a criança reconstrua e elabore ao seu modo o mundo ao redor, o brincar já é terapêutico em si mesmo, sendo por isso um recurso muito utilizado em práticas de psicoterapias com crianças, principalmente nas psicanalíticas. Através da brincadeira a criança estabelece uma ponte entre seus mundos interno e externo, desenvolve sua atividade criativa, imaginativa e simbólica.

Assim, acreditamos que as brincadeiras que acontecem na

2 Ver o artigo “As Casas e suas comunidades”, de Lulli Milman, nesta coletânea.

Casa da Árvore são meios de a criança dizer algo, dialogar com a equipe, contar sua história num lugar diferenciado dos demais espaços sociais – um lugar onde se pretende que as palavras circulem e possam ser utilizadas para construir novos sentidos, abrir novos caminhos de compreensão do que é vivido por elas. Sabemos que o conteúdo violento das brincadeiras, sobretudo a reprodução, no brincar, da violência originada por questões sociais, como o tráfico de drogas, reflete a existência real dessa violência tão próxima à Casa, nos seus arredores e na vida cotidiana das crianças. Poder atuar no interior das brincadeiras abre uma possibilidade de fazer com que as crianças não apenas repitam o que se passa ao seu redor, mas também possam se posicionar frente ao enredo encenado, usando a imaginação para criar outras cenas possíveis, outras saídas para conflitos, outras estórias e personagens com os quais se identificar.

Sabemos também que a passagem da brincadeira à briga, e vice versa, é fato comum na infância. Chama a atenção da equipe da Casa a rapidez com que isso acontece durante o brincar. O que nos preocupa nessas situações é a intensidade das brigas e o perigo de as crianças se machucarem. Configura-se aí a ação violenta: na hora da briga, quando sentem raiva ou querem se defender, as crianças chegam a pegar pedras para jogar umas nas outras, correntes de ferro, tentam se xingar e a se agredir fisicamente. Nesses casos, algumas crianças, de fato, agem violentamente – exigindo da equipe uma postura firme e decidida, de modo a impedir a agressão física.

A situação a seguir exemplifica uma maneira de a equipe intervir quando uma briga se inicia a partir do brincar. Rodrigo e Beatriz jogavam na Casa da Árvore do Turano e, subitamente, teve início uma discussão sobre as regras do jogo. A discussão cresceu: xingaram-se, ofenderam-se, gritaram, até que os dois pegaram pedras e pedaços de pau e se prepararam para partir para

agressão física. Naquele momento a única maneira de a equipe intervir era segurar firmemente as crianças tentando evitar que se machucassem.

Depois, segurando as crianças pelos braços, as psicólogas perguntaram o porquê da briga. Em vez de se deterem nos aspectos mais imediatos e visíveis da confusão, sugeriram que a causa do desentendimento talvez pudesse ser outra que não exatamente uma desavença em relação às regras da brincadeira. Beatriz, com muita raiva, tentou explicar o motivo, mas só conseguia repetir que Rodrigo era órfão, que não tinha pai nem mãe, que a mãe dele havia acabado de morrer e que o pai já morrera há tempos. Ao invés de se explicar, Beatriz procurava ofender o amigo, que tratou de se defender das provocações dizendo que quem cuidava dele era sua avó, porque seus pais haviam morrido *de tiro*. A equipe observou que a discussão sobre as regras do jogo fez virem à tona tristes histórias familiares, sob forma de agressões verbais.

O fato curioso é que a história da própria Beatriz havia sido marcada por abandonos. Sem mesmo se dar conta disso, a menina pôde se identificar com a dor de Rodrigo, pois já conhecia a experiência dolorosa de se sentir abandonada. Na hora da raiva, optou por expor a história do amigo, e conseqüentemente, a sua própria dor, para todos que freqüentavam a Casa, mesmo sem ser sítio autorizada a fazê-lo. Beatriz sugeria ainda que Rodrigo teria sido abandonado propositalmente pelos seus pais. Esta fala talvez tenha provocado no menino um efeito avassalador, pois sabemos que o abandono havia ocorrido por motivo de assassinato. Logo, a discussão cresceu de tal jeito que a agressão verbal já não dava mais vazão ao sentimento de ódio que os dois sentiam. Tentaram, então, partir para a ação violenta novamente.

Tanto a história de Beatriz quanto a de Rodrigo são repletas de eventos violentos. O que apareceu na Casa da Árvore era, de algum modo, uma forma de expressar, de expor, de tornar perceptível

aos outros o impacto que esta violência continuada tinha em suas experiências pessoais. Apesar da aparência agressiva da conduta de Beatriz, não é exagero pensar que a menina tinha conseguido arrumar um jeito de ajudar o amigo contando a história dele, tão dolorosa, e portanto difícil de ser expressa em palavras. Num certo sentido, esta dificuldade também atingia a própria equipe, que também não conseguia encontrar uma boa maneira de intervir naquela situação. Só foi possível fazer isso no momento em que Rodrigo tropeçou numa pedra durante a agitação da briga. Ele machucou o pé e pôs-se a chorar. Beatriz viu as conseqüências da briga e parou de provocar o amigo. Foi aí que a equipe pôde se aproximar do menino, limpar o machucado, fazer o curativo. Com esse cuidado físico a equipe demonstrou sua preocupação com o menino, que, por sua vez, aceitou iniciar uma conversa sobre o que ocorrera na Casa e sobre o seu sofrimento quando se sentiu seguro, quando pôde confiar no ambiente, enfim, nas psicólogas.

Com esta e outras vinhetas da prática pretendemos mostrar que são muitos os caminhos que trilhamos para lidar com atitudes ligadas à violência. É interessante, portanto, refletir sobre o manejo de que a equipe pode lançar mão para intervir nas situações que aparecem.

### Ambiente e violência

Para dar continuidade a esta reflexão é importante primeiramente diferenciar violência de agressividade, conceitos freqüentemente confundidos e usados como sinônimos, e para isto recorreremos a idéias de Winnicott, um psicanalista inglês que fez da agressividade um conceito importante na psicanálise<sup>3</sup>. Para Winnicott, a

3 WINNICOTT, D. W. (1948-55). "A agressividade em relação ao desenvolvimento emocional." In: Winnicott, (1958) *Da Pediatria à Psicanálise*:

agressividade é algo inerente à condição humana, é um elemento fundamental na constituição da subjetividade individual, e faz parte da história das conquistas da humanidade e das relações sociais. A agressividade é necessária à sobrevivência, à ação no mundo, à fruição da espontaneidade e ao exercício da criatividade por parte dos sujeitos.

Para Winnicott, a agressividade encontra suas raízes na motilidade, experiência individual de movimentação e ação em direção ao outro e de descoberta e redescoberta do ambiente, que caracteriza os humanos desde o nascimento. Muito antes de se estabelecer a complexa rede de relações objetais, agressividade está presente e é necessária para que o bebê entre em contato com o mundo (sugando o seio da mãe, chorando, gritando, tocando o que há em volta) e se desenvolva de maneira sadia, espontânea e criativa, e não apenas adaptando-se ao ambiente. Ela é importante para que o sujeito se comunique, se expresse e que ocupe seu lugar no mundo. Ao longo de toda a vida do sujeito, na medida em que ela encontre modos adequados de expressão, a agressividade permanece como fonte de ação, de experimentação e de fruição da vida.

Olhando as coisas deste modo, nem todo ato de aparência violenta deve ser tomado como mera expressão de destrutividade incontrolada. Até mesmo um tapa dado por uma criança, dependendo do contexto, pode ser entendido como um ato de caráter positivo. Quando observamos crianças que ainda não conseguem se expressar pela fala, não desenvolvida plenamente, percebemos que em alguns momentos elas recorrem a ações agressivas como mordidas e tapas, ou jogam objetos nas outras crianças para se comunicar. Nesses casos, é preciso reconhecer que a agressividade não encerra a intenção de machucar, mas de se fazer entender

ou de preservar um lugar. O adulto cuidador cumpre, assim, um papel fundamental ao ajudar a criança a construir um sentido para o comportamento agressivo e ao mostrar-lhe como empregar a energia agressiva de forma criativa, produtiva para si e não prejudicial aos demais.

A violência, por sua vez, pode ser entendida como o uso negativo da agressividade. Configura-se pelo seu caráter traumático e expressivo da destrutividade do sujeito contra o outro ou contra si mesmo – uma ação com fins destrutivos. Segundo Costa<sup>4</sup>, violência consiste no emprego intencional da agressividade, com fim destrutivo, consciente ou inconsciente. O ato violento é ação agressiva exprimindo desejo de destituição, anulação, desqualificação do outro. Enquanto a agressividade faz parte do processo relacional, a violência, por sua vez, não pode ser tomada de forma produtiva ou positiva, já que pressupõe uma intenção de dano a outrem.

A violência, além de estar contida no horizonte de possibilidades da vida subjetiva individual, é também um fenômeno social complexo que envolve diversas áreas: política, economia, moral, direito, psicologia. Para compreender o sentido dos atos violentos de indivíduos, é preciso situá-los em seu contexto. Para além dos atos violentos cometidos por indivíduos é preciso assinalar a existência de uma violência que é *estrutural*. Assim, podemos entender também como violenta qualquer situação social que submeta o sujeito à fome, miséria, desigualdade, exclusão, ao desamparo, ao preconceito e dificulte o acesso à saúde, educação, moradia, segurança, ao trabalho e ao lazer. Como se sabe, no Brasil a situação das políticas públicas que deveriam assistir a uma grande parcela da população e garantir o seu bem estar social é

---

4 COSTA, J.F. *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro, Edições Graal: 2003, p. 39-40.



de extrema precariedade. O que se dá, na verdade, é que grande parcela da população sofre a violência do desamparo social e da exclusão econômica.

Podemos dizer que a violência, de qualquer natureza, pode comprometer a saúde e o desenvolvimento integral dos indivíduos – principalmente as crianças e adolescentes – porque provoca efeitos físicos e psíquicos imensuráveis. Um dos efeitos psíquicos é o que Winnicott chamou de tendência anti-social<sup>5</sup>, referindo-se à saída que o sujeito encontra para se defender num meio ambiente falho ou invasivo. Quando as crianças são privadas de cuidados parentais ou de amparo do ambiente social em que vivem, desenvolvem comportamentos para preservar sua existência no mundo. Segundo o autor, o sujeito pode ser levado a praticar atos violentos como roubos, furtos, agressões físicas ou vandalismo como um meio de pedir ajuda ao ambiente, às pessoas com as quais se relaciona. Seria a tentativa de obter aquilo de que foi privado, de retomar algo perdido. A tendência anti-social aparece como uma forma de reação a esse meio ambiente falho que submete o sujeito a uma qualidade de vida precária, tanto no aspecto físico e material, quanto sócio-cultural. É um apelo ao ambiente para que este cumpra a dupla função da qual não se desincumbiu: acolhimento e provisão, lei e reconhecimento.

O cenário das grandes metrópoles brasileiras vem sendo marcado nas últimas décadas pela presença crescente do crime organizado. A rotina de enfrentamento adotada pela polícia contra o tráfico de drogas, além das constantes disputas entre facções criminosas rivais pela ocupação de territórios provoca acontecimentos violentos que perpassam o cotidiano dos cidadãos – principalmente dos moradores de favelas. Invasões, tiros,

5 WINNICOTT, D. W. (1956). “A tendência anti-social”, in: *Privação e Delinqüência*. Rio de Janeiro, Martins Fontes: 1999.

e cadáveres deixaram de ser fatos associados a guerras em terras estrangeiras para se tornarem elementos presentes no cotidiano das grandes cidades brasileiras – o Rio de Janeiro em especial.

Por diversas vezes os moradores das favelas têm suas atividades diárias interrompidas por tiroteios entre policiais e traficantes ou grupos criminosos rivais. São abordados por policiais constantemente, além de conviverem cotidianamente com imagens de mortes ou outros tipos de atentados contra a vida e a integridade física da população local. Traficantes circulam exibindo armas pesadas e drogas. As crianças que moram nesses locais convivem com estas condições juntamente com suas famílias. Apesar de tudo isso acontecer clara e explicitamente, a lei do silêncio é imposta pelas facções criminosas. O medo existe, mas não pode ser abertamente expressado.

Isto não poderia deixar de interferir no trabalho da Casa da Árvore. A rotina nas Casas, assim como o dia-a-dia dos moradores, é frequentemente interrompida por tiroteios<sup>6</sup>. A equipe se vê obrigada a optar entre continuar o trabalho ou interromper as atividades. No ano de 2008, o funcionamento da Casa da Comunidade do Chapéu Mangueira foi paralisado por diversas vezes ao longo de alguns meses. A imprensa notificou a invasão do morro por traficantes de uma facção rival à que comandava o tráfico de drogas do local. A polícia ocupou a favela, fazendo várias incursões. Antes de cada plantão a equipe procurava obter informações com a presidente da associação de moradores. A situação era desanimadora. Mesmo não havendo tiroteio as crianças não saíam de casa, tamanho era o temor de todos.

6 A exceção fica por conta da Casa na Ilha da Conceição, onde embora haja venda de drogas, não existe, pelas condições peculiares da favela, tráfico armado.

É difícil mas necessário admitir que essas situações de impasse evidenciam diferenças marcantes entre a equipe e os frequentadores da Casa da Árvore: ao sinal de perigo os profissionais podem sair da comunidade e só retornar em situação de menor risco. A equipe, de certo modo, *abandona* os moradores, deixando-os em sua difícil realidade. As crianças e suas famílias, de maneira geral, continuam lá, seja em situações conflituosas como as que envolvem tiroteios, seja em momentos de calma.

Toda esta realidade não poderia deixar de aparecer, em seus efeitos, no comportamento das crianças nas Casas. Se consideramos o brincar a principal via de expressão e comunicação da criança, a repetição de brincadeiras em torno de temáticas violentas não pode nos surpreender, pois aponta para as conseqüências de se viver num ambiente constantemente tomado de situações violentas. Abrir espaço para que essas questões sejam expressas é uma das nossas funções na Casa da Árvore.

Tomemos uma situação na Casa da Árvore que exemplifica bem as conseqüências de se viver num ambiente marcado pela violência provocada pelo crime organizado. Marcelo, um menino de onze anos, foi um dos poucos a frequentar a Casa durante o período de guerra entre facções criminosas no Morro do Chapéu Mangueira. Durante as tardes na Casa o menino falava do medo de sair de sua casa ou do medo de ficar sozinho. Falava também das situações de pânico vividas durante os tiroteios e da constante sensação de insegurança.

Certa vez, Marcelo chegara correndo à Casa da Árvore dizendo ter visto um vulto passando por sua cozinha. Durante um plantão, enquanto falava de tiroteios e das invasões no morro, olhava para o alto da favela onde havia apenas casas e muita mata. Ele diminuía o tom de voz e falava cada vez mais baixo. Dizia que via os *homens* – os da facção inimiga à que assumia o

comando da boca de fumo – e que todos estavam escondidos na mata enquanto olhavam para nós, na Casa da Árvore. Marcelo dizia que os *homens* também ouviam o que falávamos. Os medos de Marcelo certamente tinham relação com as cenas de violência que ele presenciara na comunidade em que vivia. A fantasia de ser observado, vigiado, controlado e perseguido evidenciava o clima de tensão que se prolongara durante dias no local. Sem poder se expressar, Marcelo sentia-se cada vez mais angustiado, e deixava transparecer as conseqüências de sua angústia nas ações: o uso contido das palavras e do volume da voz. Acreditamos que este caso exemplifica bem os efeitos psíquicos de se viver em um ambiente frequentemente tomado de acontecimentos violentos.

A equipe percebeu que o menino ia à Casa da Árvore durante este período para não ficar sozinho com seus medos. A equipe da Casa, não podia oferecer a Marcelo uma gama de soluções práticas e imediatas ao problema da violência que invadira sua vida, mas podia ajudá-lo a conviver melhor com tal problema oferecendo esse ambiente que acolhe seus frequentadores, que permite que os *não ditos* sejam ditos, permite que se sinta medo e que se brinque com os medos. Pensamos que esta já é uma boa forma de ajudar às crianças que nos procuram, e que *pedem*, não necessariamente de modo explícito, algum tipo de intervenção nossa. Por isso, é importante tentar entender o motivo da ida de cada frequentador à Casa da Árvore, ou seja, de que forma cada um faz uso do lugar.

A repetição de brincadeiras que reproduzem as situações de violência pode ser um recurso utilizado na infância para produzir e atribuir sentido simbólico ao que é vivenciado. Durante esse processo, é importante que a equipe acolha as crianças, sustente o lugar de uma escuta diferenciada, questione suas histórias, legitime seus sentimentos. Oferecer um espaço que facilite a produção de

saídas criativas às situações de impasses é também uma forma de mostrar possibilidades de elaboração dos eventos traumáticos<sup>7</sup>.

Assim, voltamos a ressaltar que a brincadeira de violência (e não o ato violento) é, para nós, material de trabalho. Não evitamos este tipo de brincadeira, pois é nesse momento que podemos problematizar conflitos. É na Casa da Árvore que as crianças podem falar de suas vivências, através da recordação de fatos ou de atuação nas brincadeiras (ainda que esses processos se repitam inúmeras vezes) até elaborarem as situações ocorridas e seus traumas. O profissional se permite ocupar um lugar de escuta especial, suportando a transferência e lançando mão de intervenções, sejam elas através da fala, do olhar, ou apenas da presença e do cuidado, que possibilitem à criança essa elaboração.

Nas Casas onde é mais freqüente a presença de crianças desacompanhadas dos pais, por diversas vezes a equipe se depara com dificuldades em intervir diante de atos violentos. Brigas, tapas, competição por brinquedos, são situações que, essas sim, são evitadas. Porém, mesmo quando esse tipo de coisa ocorre, as crianças são incluídas nas resoluções dos conflitos. Desse modo incentivamos que elas se responsabilizem por seus atos e por suas escolhas, pensem sobre suas ações e sobre o sentido das regras sociais.

Por vezes, diante das brigas das crianças, ouvimos falas do tipo: “aquele menino pegou o meu brinquedo”, “aquela menina não me deixa brincar”, “me chamaram de chato”. Em situações como estas, a equipe procura não dar ordens, brigar ou encerrar

7 Consideramos traumático todo o evento caracterizado pela sua intensidade, pelo afluxo de excitações excessivo para a tolerância do indivíduo. É todo acontecimento difícil de ser descarregado, de ser elaborado pelo aparelho psíquico ou respondido de forma adequada pelo sujeito. O trauma pode se configurar como violência psíquica, portanto. Ver LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J.B. *Vocabulário de Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1967, p. 678.

o assunto. Pretendemos, através do uso das palavras, mostrar aos freqüentadores a vasta possibilidade de construção de respostas e de sentidos para as regras e as atitudes. Dessa maneira, acreditamos que os pequenos sujeitos com os quais lidamos podem escapar da posição de passividade diante das circunstâncias, trilhar caminhos que estejam mais ligados à imaginação e ao desejo e menos relacionados às determinações sociais.

Alguns fragmentos de situações da prática diária na Casa da Árvore ilustram essa discussão e podem suscitar maiores reflexões:

Oito meninos chegaram à Casa da Árvore e foram logo ocupar a casinha de madeira localizada no quintal. Iniciaram uma brincadeira denominada *brincadeira de boca* – boca de fumo –, reproduzindo a dinâmica dos traficantes de drogas da favela. Não era a primeira vez que brincavam disso. A encenação da boca de fumo e de seus bastidores continha tanta riqueza de detalhes que assustava a equipe. Durante as supervisões e discussões clínicas vimos que essa era uma das causas de nossa paralisação e da nossa incerteza em como intervir nessas horas. Por vezes, não conseguíamos mais entrar na brincadeira para tentar atribuir sentido ao que acontecia.

Nossa dificuldade de intervir e presenciar aquela forma de brincar gerava, na verdade, um nível de excitação muito grande nas crianças. Jogavam e quebravam brinquedos, escondiam-se da equipe, gritavam, subiam em lugares altos, não escutavam o que falávamos. Em alguns momentos perdíamos o controle das situações. Foram necessárias inúmeras discussões sobre nossa atuação e os impasses da prática. Percebíamos que não podíamos assistir àquilo passivamente: algo estava sendo dito e não podíamos deixar de intervir.

Voltemos ao relato da situação: Davi, Paulo e Vitor montavam Lego dentro da casinha de madeira quando Marcelo chegou

fazendo-se notar. A equipe o cumprimentou e ele circulou um pouco pela casa. Os três meninos construíam arminhas com o brinquedo. As psicólogas chegaram mais perto para observar a brincadeira e conversar, como uma forma de participar.

As psicólogas perguntavam: “O que vocês estão fazendo?” e eles respondiam que eram armas para munir a *boca*. O que preparavam era a invasão ao *Morro do Sovaco*, nome que deram inspirados por uma novela de emissora de TV brasileira. A equipe continuou: “Quem é o dono da boca? Por que vocês vão invadir o morro vizinho? Como tudo isso funciona?” Eles responderam dizendo-se bandidos, cada um com seu codinome.

A equipe perguntou se ali só havia bandido, se não ia aparecer polícia na história. Responderam que sim, mas preferiam ser bandidos. Surpreendentemente, um menino falou: “Ah, é de brincadeira, né! Se você fosse menino, do que você brincaria?”, como uma maneira de tranquilizar as psicólogas. Devia estar aparente a dificuldade da equipe de presenciar crianças brincando de boca de fumo. Era algo muito difícil para as psicólogas ali presentes.

Após essa preparação eles saíram da casinha de madeira gritando, correndo agitados em direção à parte coberta da Casa onde era o morro inimigo. Corriam com as armas improvisadas nas mãos, atirando e jogando granadas, representadas pelas pecinhas pequenas e soltas de Lego. Instaurava-se uma situação caótica na qual víamos várias peças de Lego voando pela Casa, sendo usadas como *granadas*. Algumas caíam do lado de fora, outras batiam nas crianças, outras batiam nas psicólogas.

Uma de nós falou:

Ok, ok! Já que isso aqui é uma boca, vamos organizar essa boca, né? Vocês disseram que toda boca tem regras, tem o dono, tem os soldados. Então vamos combinar que nessa boca não se pode usar granadas, porque elas podem machucar. Assim vocês vão

destruir os jogos. As pecinhas vão sumir, vão cair pela janela... Então vamos combinar que na boca não pode haver granada? É o seguinte, quem vir que o colega de trabalho está usando granada tem que denunciar, ok?

As crianças riram e concordaram com a regra proposta. Continuaram brincando sem o uso das granadas de Lego. A equipe se surpreendeu com a reação dos meninos, já que, geralmente, a negociação com as crianças demora certo tempo. Porém, naquele momento, falávamos de regras a partir de uma posição diferente: tentávamos nos incluir na cena a partir de uma fala organizadora, e não negando o que presenciávamos. Dessa forma, permitíamos também a participação das crianças no estabelecimento das regras. Na verdade, nossa atuação variava. Falávamos de dentro da brincadeira, quando nos colocávamos como organizadores da *boca*, e, ao mesmo tempo, de fora da brincadeira, quando perguntávamos quem era quem, como aquilo acontecia e por que acontecia.

Na dinâmica da brincadeira a equipe não se posicionava somente como mera observadora dizendo aos frequentadores o que podia, ou não, ser feito. A equipe questionava, indagava. É importante pensar sobre o porquê de cada brincadeira e identificar o que está sendo dito. Fugimos das intervenções educativas, pois não temos essa função. Embora interdições e informações vindas de adultos de referência, como familiares e professores, sejam fundamentais para o desenvolvimento da criança, os psicólogos da Casa da Árvore não têm essa função. Procuramos construir junto aos frequentadores da Casa um sentido para as regras e tentamos não usar proibições ou palavras que encerrem qualquer possibilidade de diálogo e de troca. Assim, foi importante suportar nossa angústia para que algo transformador acontecesse.

Contudo, Paulo, um dos meninos, continuou jogando as peças de Lego enquanto olhava para as psicólogas. Tentamos

nos referir às regras da *boca*. Ele parou, mas logo voltou a burlá-las. Uma psicóloga, entrando na brincadeira, disse que ia levá-lo preso. Ele correu, fugindo, num jogo de pega-pega sem êxito e continuou jogando as granadas. No momento em que entramos na brincadeira representando a figura do policial, Paulo quebrou ainda mais o acordo.

Então, a psicóloga falou, agora de fora do jogo:

Ei pessoal da boca, eu estou falando aqui para o Paulo, mas não está adiantando nada. Vocês estão vendo que ele está usando granadas? Vocês não vão fazer nada?

Era quase uma *voz em off*, recurso muito utilizado para narrar cenas cinematográficas.

A intenção foi, mais uma vez, transitar pela brincadeira e abrir a situação para o grupo solucionar; uma tentativa de ajudá-los a pensar em alternativas. A decisão da *boca* foi voltar-se contra Paulo para tirar as granadas de sua mão. Tudo aconteceu dentro da dinâmica da brincadeira, sem brigas, em meio a risadas.

Com receio de que os meninos voltassem a jogar as peças de Lego uns nos outros, já que estavam fixados na idéia de *jogar granada*, uma psicóloga, que fazia apenas uma observação não-participativa do trabalho devido a uma prática de pesquisa, sugeriu que as peças fossem substituídas por bolas de papel. Assim foi feito. Fabricavam-se granadas de papel naquele plantão. Os meninos, muito afoitos, não paravam de pedir. Alguém da equipe falou: “Espera aí... isso aqui está uma confusão! Vamos organizar essa distribuição de granadas. Quem quer granada entra na fila aqui!” Os meninos se organizaram em fila. A tarde continuou como uma brincadeira de guerra deve ser: muito barulho de gritos, vozes imitando tiros, “granadas” voando pelo ar, correria...

Num dado momento, o tio de um dos meninos ouviu o barulho enquanto passava pelo caminho e resolveu entrar na Casa.

Dizia que estava preocupado com a agitação. Ao perceber que se tratava de uma brincadeira, comentou: “Não têm outra brincadeira pra escolher não?”

A equipe perguntou ao rapaz se ele se lembrava de sua própria infância, sobre brincadeiras de menino. Ele respondeu que brincava muito de pique, de polícia e ladrão e acabou se lembrando de que era também um menino muito agitado. Depois de uma breve conversa, ele foi embora. Essa é uma situação comum na Casa. Os moradores da favela escutam o barulho das brincadeiras. Como a Casa é um espaço aberto a todos, possibilitamos a entrada e saída de quem passa, sejam parentes ou não das crianças. Aproveitamos esses momentos para falar com os familiares e moradores do local.

Voltemos, porém, à descrição da situação. A *guerra* cessou. Agora a brincadeira era enrolar baseados de papel, vender trouxinha de pó de giz, fumar maconha. As crianças que estavam na parte coberta da Casa resolveram apresentar o show que ensaiavam, agora lá fora, onde a brincadeira de *boca* acontecia, mas os meninos que fingiam ser os *chefões do tráfico* interromperam e invadiram o show. Iniciava-se outra briga. A equipe deixou que eles mesmos resolvessem a situação. Ficou acordado que os *chefões* contratariam o grupo para se apresentar na quadra da comunidade.

Assim, a seguinte situação se formou: os meninos *da boca* assistiam ao show sentados com as pernas para o ar e *fumando os baseados*. Enquanto isso, os outros se apresentavam simulando um show do grupo de pagode. O show acabou e os *traficantes* pagaram ao grupo, que em seguida saiu de cena. Os dois grupos chegaram a uma conclusão para encaixar as diferentes propostas na brincadeira, sem a interferência dos adultos da Casa.

Pela atuação das crianças, podemos perceber que pertencer ao movimento do tráfico representa ser alguém com poder na

favela. Sabemos que existe o lado glamouroso do tráfico, daí o forte apelo de sedução sobre os jovens. A escolha de ingressar no tráfico de drogas pode se dar pela identificação dos jovens com a posição de poder ostensivo que os *chefões* das facções criminosas ocupam nas comunidades e num contexto social mais amplo. Aparecem na mídia, são chefes, atraem a atenção das meninas, enfim, têm visibilidade.

Um momento interessante nessa situação ocorreu quando todos os meninos se definiam como bandidos na brincadeira. Pablo nos chamou a atenção para o fato de que tudo era uma brincadeira, parecendo querer nos alertar para os nossos próprios preconceitos. Ora, muitos daqueles meninos cresceram, brincaram e foram cuidados pelos que se tornaram rapazes do tráfico. Todos são pertencentes ao mesmo ambiente sócio-cultural, compartilham os mesmos espaços e costumes, são moradores da mesma comunidade, se cumprimentam e se conhecem. Portanto, não é surpreendente que as crianças se identifiquem mais com os bandidos nas brincadeiras do que com os mocinhos – policiais que vêm de fora e adentram as favelas, intimidam os moradores e invadem suas casas e sua privacidade com o pretexto de proteger a sociedade.

Ainda naquela tarde de plantão, em outro momento, dentro da casinha de madeira todos se sentaram de pernas para o ar, simulando estar *doidões* e fumar maconha na casa do *dono do morro*. Todos os homens da *boca* tinham seus filhos – representados pelas bonecas – e cuidavam deles. Um dos meninos, que na brincadeira anterior era namorado de uma das psicólogas, pediu a mão dela em casamento. A psicóloga respondeu que não iria aceitar o pedido, que terminaria o namoro porque não ficaria com um *cara* que fumava maconha o dia todo e não fazia mais nada. Ela dizia que se essa era a escolha dele, ele deveria arcar com as conseqüências, pois o namoro estava terminado. A psicóloga

pôde colocar sua opinião diante daquela situação quando falava de dentro da brincadeira, ou seja, participando, assumindo a figura de ex-namorada.

Em seguida, Marcelo, outro menino, falou: “O meu sonho é ser bombeiro quando crescer”, e continuou a contar seus sonhos. Então, cada um deles disse que profissão gostaria de exercer. Alguns já tinham uma profissão escolhida, outros não. Um dos meninos olhou para Marcelo e falou: “Esse aqui, esse aqui vai ser bandido!” Marcelo é o menino que mais procura e incentiva as brincadeiras que reproduzem situações violentas. Por vezes, fica muito agressivo com os colegas, encarnando de maneira muito realista os personagens encenados, confundindo sentimentos reais com a própria brincadeira.

Uma preocupação da equipe é tentar mostrar aos frequentadores da Casa que há possibilidade de deslocamento de posições, de papéis sociais e familiares. Tentamos ficar alertas para a importância de não cristalizar as crianças em estereótipos. Apostamos na possibilidade do sujeito de deslocar-se em sua história, de se haver com suas escolhas e criar formas variadas de dirigir a vida de maneira transformadora, criativa, espontânea e não apenas pela repetição de situações, histórias familiares e determinismos sociais. Um sujeito autor de sua própria história tem condições de ser um cidadão transformador, questionador, e não um mero reproduzidor de modelos e padrões.

Já mencionamos que a violência vivenciada pelos moradores das favelas pela exclusão e exposição crua à criminalidade precisa ser elaborada, e brincar repetidamente disso pode ser uma tentativa de elaboração. Entretanto, há outra face do brincar que o ambiente da Casa possibilita e que pode ser valorizada – em alguns casos, resgatada – em todos os espaços frequentados por crianças: as brincadeiras que possibilitam a expressão de sonhos, desejos, esperança. Depois de esgotada uma brincadeira tão re-

alista, foi importante que os meninos falassem espontaneamente de seus sonhos.

Ainda durante aquele dia na Casa da Árvore, o *tiroteio* recomeçou. Agora, Marcelo simulava sua morte que teria acontecido no dia de seu aniversário. Os outros meninos riam. Alguém da equipe falou: “Nossa que história mais triste! Mas é uma brincadeira de polícia e traficante, natural que alguém morra né? Eu estava até achando estranho ninguém morrer, já que escolher ser policial ou traficante envolve um risco de vida muito grande...”.

Outra criança *morreu* e foi transportada pelas mãos *estrebuchando*. Em seguida, Marcelo, que estava *morto*, surpreendeu a todos voltando a andar. A equipe respondeu: “Mas que bom que é brincadeira e que vocês podem se levantar. Na vida real isso não é possível”. A partir dessa fala Marcelo contou que presenciara a morte de pessoas da comunidade em tiroteios e muitas outras histórias que ouvira sobre morte.

Observamos nessa situação que a representação de cenas vivenciadas nas favelas acontece como forma de denunciar a realidade do dia-a-dia. Sabemos que a violência dessa natureza existe em qualquer lugar e se perpetua nas grandes cidades. Comentamos que na favela ela aparece de forma freqüente, imediata e bem entranhada no cotidiano dos sujeitos que a habitam. O fato destoante é que a equipe não vivencia essa realidade diária. Ao depararmos com constantes impasses na prática diante de brincadeiras como as de *boca de fumo*, questionamos nossas dificuldades em olhar para essa violência que faz parte do cotidiano do trabalho em favelas. Pensamos sobre questões que nos mobilizam e interferem na nossa prática. Conseguir identificar, reconhecer e saber lidar com as diferenças sócio-culturais que existem entre nós, da equipe, e nossa clientela, é uma grande dificuldade que surge no encontro de psicólogos do asfalto com crianças da favela.

Trata-se, em suma, de questões que envolvem a desigualdade

resultante da diferença de posições que ocupamos na estrutura social são evidentes, e que as crianças as sinalizam. Se não forem olhadas e trabalhadas, podem dificultar a aproximação da equipe com a clientela. O freqüentador da Casa, que considera que sua posição é menos privilegiada na sociedade do que a do terapeuta devido ao fato deste usufruir mais dos direitos civis do que ele, pode apresentar resistência ao trabalho. Daí a importância do olhar cuidadoso para essas questões que perpassam o trabalho do psicólogo em comunidades pobres.

Ressaltamos, portanto, a importância de não vetar as brincadeiras que envolvem a temática das diferenças sócio-culturais, sobretudo porque esse tipo de brincadeira faz aflorar questões de difícil abordagem, tanto pela equipe quanto pelos freqüentadores. A partir do brincar também podemos observar as diferentes maneiras de cada sujeito vivenciar e presenciar a realidade, as diferentes formas de pensar, as distintas manifestações culturais e as diferenças no linguajar.

Em alguns momentos nós, profissionais, somos surpreendidos por perguntas como: “quanto você ganha por mês para trabalhar aqui?”; “quanto custa o seu carro?”; “onde você compra suas roupas?”; “elas são caras?”. Diante do desejo de continuar o trabalho, recorremos às supervisões e aos grupos de estudo para dar conta das angústias e poder trabalhar assuntos tão delicados que surgem no dia-a-dia.

A situação retratada a seguir mostra como é difícil intervir quando a questão da desigualdade social aparece nos plantões. Em uma certa tarde as crianças brincavam de casinha. Cada um tinha uma profissão na brincadeira. Eram camelôs, donas de casa, milionários, faxineiras... Os que brincavam de ser milionários tratavam de forma agressiva os que trabalhavam para eles. Quando resolvemos entrar na brincadeira, a primeira idéia que nos ocorreu foi dizer que relação entre patrão e empregado não

ocorre necessariamente daquele jeito. Os mesmos *milionários* diziam que possuíam um apartamento e um aparelho de ar-condicionado e por isso não precisavam querer mais nada. Um garoto disse à psicóloga que ela era rica pelo fato de morar em apartamento com ar-condicionado. Então, concluiu: “Você não precisa de mais nada”. Essa fala nos fez pensar sobre o desejo desses meninos de ter o que nós temos. Naquele momento, novamente nos ocorreu dizer que, apesar de termos essas duas coisas, há ainda tantas outras que gostaríamos de ter e não podemos. Porém, algo fora provocado pela intervenção da equipe, pois as crianças ficaram muito agitadas, e enfim, deixaram de escutar qualquer fala nossa.

Todos gritavam ao mesmo tempo, brigavam por brinquedos, provocavam uns aos outros e às psicólogas, xingavam-se. Uma criança respondeu ao pedido da psicóloga para que parassem de brigar, da seguinte forma: “Rebelião! Vamos fazer uma rebelião aqui!”. A situação começou a ficar caótica. Alguém da equipe perguntou: “Rebelião pelo que? Você pode até querer fazer rebelião, mas tem de ter um motivo; toda rebelião tem um objetivo”. A partir dessa fala os ânimos se acalmaram e apesar de termos conseguido que as crianças enfim parassem de gritar nos indagamos, naquele momento, sobre que efeitos a fala da psicóloga teria provocado sobre as crianças. Afinal, por que o fim de toda a agitação se deu tão rapidamente? Nos questionamos se teria sido positiva a intervenção e o que pretendíamos com ela.

Em uma reunião de supervisão nos questionamos sobre o porquê da rebelião. Depois de algum tempo de conversa, concluímos que a rebelião havia acontecido porque não soubemos lidar com o que estava sendo dito nas brincadeiras. A *rebelião* foi uma resposta à equipe. As crianças mostraram como seus pais, trabalhadores, são tratados pelos patrões, estes vistos como *milionários*. Falavam de como acham que viverão futuramente as relações de

trabalho. Falavam das desigualdades entre nós e eles, e de seus desejos – de morar em apartamentos, de viver como nós.

No entanto, não conseguimos ou não soubemos escutar suas falas. As duas formas de intervenção tiveram algo em comum: camuflavam ou negavam as questões levantadas pelas crianças, o que dificultou mais ainda o trabalho, provocando a agitação dos frequentadores. Uma intervenção muito mais interessante talvez tivesse sido reconhecer perante as crianças que as desigualdades existem de fato, e falar sobre as dificuldades de vivê-las.

O grito de rebelião apontava para o mal-estar instaurado, as insatisfações das crianças, principalmente por não terem sido ouvidas. Depois disso, também não quiseram ouvir a equipe quando esta perguntou o motivo da rebelião. Simplesmente não responderam, se calaram. O que não nos ocorreu naquele momento foi que o motivo da rebelião já estava dito e que a cena toda reproduzia a dinâmica entre classes sociais: os que ocupam uma posição sócio-econômica menos favorecida tendem a se calar, a não reivindicar seus direitos. Por vezes recorrem a movimentos radicais, como as rebeliões, como formas de manifestação de sua insatisfação.

A tentativa constante de não perder a escuta psicanalítica nos fornece base para ouvir o que as crianças têm a dizer sem ignorar as diferenças entre os psicólogos e elas, as desigualdades entre ricos e pobres e as diferenças sócio-culturais. Aceitar e trabalhar o conteúdo apresentado nas brincadeiras é parte da nossa prática e nos ajuda a lidar com as questões trazidas pelos frequentadores da casa. Legitimar o que as crianças têm a dizer é uma boa forma de incentivar que elas sejam porta-vozes de suas verdades e desconstruam preconceitos e o lugar que ocupam no imaginário social. Podemos concluir, portanto, que é possível trabalhar com a temática da violência a partir da brincadeira.



**Casa da Árvore: lugar de transferência e identificação**

Numa tarde na Casa da Árvore, Davi desenhava no papel algumas pichações semelhantes às que vemos pelos muros das cidades. Ao lado de Davi estava uma psicóloga. Em meio às pichações o menino escreveu a sigla C.V., referente ao Comando Vermelho, uma das mais importantes facções do crime organizado do Rio de Janeiro. Quando terminou Davi perguntou se podia pregá-lo no mural da Casa da Árvore.

Apesar de saber que pichar faz parte do processo natural de transgressão da pré-adolescência, a psicóloga perguntou o motivo de o menino querer colocar o desenho no mural. A resposta obtida foi a de que a Casa da Árvore também fazia parte de uma comunidade comandada pelo C.V.

Sabemos que as facções criminosas representam o poder e ditam as regras e leis nas favelas. Nesse caso, a psicóloga pretendia questionar a fala do menino, tentando fazê-lo pensar na possibilidade de viver numa comunidade dominada por uma facção criminosa sem vincular-se a ela. Disse que a Casa é um lugar de conversa e brincadeira, onde tudo pode ser dito, até mesmo as histórias que envolvem medo e tráfico e sugeriu que o menino transformasse aquele desenho, construísse algo a partir da sigla, pensasse em algo para substituir o C.V. como, por exemplo, palavras que começassem com as mesmas letras iniciais. Davi pensou, mas não conseguiu fazer o que foi pedido. Amassou seu papel, jogou-o no lixo e fez o desenho de uma casa comum e um jardim colorido muito parecido com outro que já estava colado no mural. Ao término do desenho assinou seu nome e pediu para pendurá-lo. E assim foi feito. Depois saiu para brincar na casa de madeira com os colegas.

Nesse caso, como em outros, pensamos que a facilidade das crianças e dos adolescentes em se identificar simbolicamente às facções criminosas está relacionada à ausência de outras instâncias

que ocupem o lugar de 'protetores' daquele grupo, à ausência de uma lei que se imponha a todos, inclusive aos traficantes. A divisão da sociedade, que reserva para alguns um lugar sempre marginal, facilita tal filiação, que cria a ilusão de colocá-los em uma posição de inclusão, e mais poderosa. O tráfico também exerce a função de instituição representante de um modelo identificatório. Muitos jovens acabam optando por seguir esse modelo.

Numa situação como essa é difícil prever qual seria a intervenção ideal e o efeito causado. Pensamos que é importante que a equipe, em alguns momentos, marque sua posição frente a certos assuntos, mesmo que seja indiretamente, pela interpretação ou sugestão. Existem diferentes maneiras de fazê-lo. A intervenção da psicóloga teve o objetivo de não fortalecer o modelo de identificação exercido pelo tráfico, e de provocar a indagação de Davi sobre suas escolhas identificatórias. Ela quis mostrar a possibilidade de ele se identificar simbolicamente com outros grupos além dos representantes do crime organizado. O menino não conseguiu produzir algo fora dessa condição, copiou o desenho de outro movido pelo desejo de se incluir e pertencer ao universo da Casa. É importante observar que na Casa da Árvore incentivamos e valorizamos a produção criativa e espontânea das crianças. Ora, a intenção da psicóloga não foi a de incentivar Davi a copiar um desenho que se enquadrasse no padrão dos outros apresentados no mural. Porém, o menino não conseguiu pensar a situação de outra maneira.

Mais tarde, Davi disse que gostava da Casa porque lá as crianças aprendem a respeitar os outros. Essa fala nos fez pensar que Davi não se referiu apenas ao seu respeito pela equipe e pelos amigos, mas também ao fato de sentir-se respeitado na Casa da Árvore, um lugar onde ele pôde se expressar, ser ouvido enquanto sujeito, argumentar e fazer escolhas. Ali, Davi e as outras crianças podem experimentar construir um modo de estar no mundo e

viver situações num lugar que, apesar de representar um universo pequeno e tão particular, sobrevive continuamente a muitas dificuldades, como o fazem seus frequentadores.

### Outras leituras

FRAGA, P. C. P.; JULIANELLI, J. A. S. (Orgs.). *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: Ed. DP e A, 2003.

FARIAS, K. H.; SILVA, M. M.; SERRA, F. V. "Quando a violência invade a brincadeira", In: IV Congresso de Salud Mental y Derechos Humanos. Buenos Aires, Nov. 2005. Disponível em: <http://www.casadaarvore.org.br/>

GRYNER, S.; RIBEIRO, P.; OLIVEIRA, R. (Orgs.). *Lugar de palavra*. Rio de Janeiro: NAV, 2003.

JUNQUEIRA, M. F. *Resiliência e violência: abordagem de situações de maus-tratos cometidos contra a criança e o adolescente*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em Saúde da Criança e da Mulher - Instituto Fernandes Figueira/FIOCRUZ: Rio de Janeiro, 2004.

SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão. Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

ROSA, M. D. Uma escuta psicanalítica das vidas secas. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www.ip.usp.br/docentes/debieux/%5Cpdf%5C2004escutavidassecas.pdf>

SOUZA, O. *Trauma, defesa e criatividade*. In: *Tempo Psicanalítico* v. 35, p. 115-135. Rio de Janeiro: 2003

## A palavra verdadeira

Fernanda Baines

"Parler vrai"<sup>1</sup> é uma noção elaborada pela psicanalista francesa Françoise Dolto, a partir da qual desenvolveu toda a sua prática, revolucionando o olhar sobre a criança. A utilização desta noção no dia a dia é uma das características do trabalho na Casa da Árvore, por isso uma discussão de sua importância é fundamental para compreender a importância que tem para nós.

Antes de abordar especificamente a noção de "palavra verdadeira", deve-se ressaltar a importância da palavra como constituinte do sujeito e específico da condição humana. A palavra é anterior ao sujeito, na medida em que ele *é falado* antes mesmo de ser concebido. Ou seja, muito antes de nascer, ele já existe no discurso dos pais. Desde o instante do nascimento o bebê é rodeado, envolto com palavras daqueles que o recebem e acolhem. Por isso, é possível afirmar que a criança, ao nascer, já está imersa no campo da linguagem.

A palavra define e diferencia a espécie humana, por esta ser a única inserida na linguagem. A palavra vem organizar o caos pulsional em que o ser humano nasce, vem dotar de inteligibilidade e ordem a dispersão dos impulsos que o bebê vivencia, e a com-

1 A tradução mais precisa deste termo seria "fala verdadeira", mas os tradutores para o português dos textos de Dolto acabaram por optar por "palavra verdadeira", e por isso será esta a expressão utilizada aqui.

plexidade do mundo que o envolve. Ela introduz o indivíduo na civilização, na cultura: o homem torna-se homem quando fala com o outro. A linguagem, na medida em que sempre implica o sujeito de uma enunciação e um destinatário, exprime em si mesma esse desejo de encontrar um outro, de estabelecer uma comunicação. Portanto, além de moldar o mundo com sentidos, a linguagem faz a ponte entre as pessoas, faz laço, laço social. Ela é fonte de simbolização<sup>2</sup>, tecendo os laços simbólicos dos humanos.

É por meio da palavra que a mãe apresenta o mundo para o bebê. A mãe conversa com seu filho sobre as coisas que estão ao seu redor, fala sobre os cuidados que são feitos a seu corpo, e a troca afetiva acompanhada de palavras afetuosas vai subjetivando e introduzindo-o no universo simbólico. Quando uma mãe fala ao seu filho sobre aquilo de que ele gostaria mas que não tem, ela mediatiza a ausência de um objeto ou a não-satisfação de um prazer por intermédio das palavras, formando e ampliando o mundo simbólico de seu filho.

A relação mãe-bebê, inicialmente simbiótica, é rompida pela entrada de um terceiro elemento, fundamental para a constituição da vida subjetiva. Na maioria das vezes, quem exerce esta função é o pai. Esta separação é essencial para que o bebê se torne independente da mãe, tornando-se com isso capaz de se relacionar com os outros. São as separações sucessivas que vão permitir a simbolização, e trazer a possibilidade de a criança atingir uma linguagem que não seja compreendida apenas pela mãe. A criança entra, na ordem da cultura, no social, quando se separa da mãe. É na triangulação com os pais que a criança aprende que tem de deixar a relação dual, imediata, e fechada com a mãe, para

2 É a representação por meio de símbolos de algo que não está presente. É de fundamental importância para a psicanálise, por ser um dos processos que regem o funcionamento psíquico.

se introduzir na ordem simbólica, onde se põe como um sujeito frente a inúmeros outros.

Quando começa a falar, a criança fala de si na terceira pessoa. O processo por meio do qual ela assume a posição da primeira pessoa, a posição de sujeito, é lenta e só se conclui quando, mais tarde, ela começa a usar o pronome pessoal *eu*. A partir deste ponto a criança começa a se utilizar plenamente dos poderes de ressignificação e metaforização da linguagem. Ela começa a descrever-se a si própria, e a descrever o mundo como ela o percebe, o seu mundo, a seu modo, e não apenas a partir daquilo que a ela foi oferecido pelo discurso do pai. As palavras, portanto, também desempenham o papel deste *terceiro elemento*, que cria as condições para o aparecimento de um sujeito singular capaz de descrever o mundo em que vive, e de narrar sua própria existência dentro dele. Este processo, embora natural e esperado, não se dá sem problemas. E boa parte dos destinos subjetivos de uma criança está ligada ao modo como esses problemas são enfrentados ao longo de sua infância. Nem sempre, por exemplo, é fácil para a própria mãe suportar o processo de separação de seu filho. Às vezes é difícil falar de dores, mal-entendidos e traumas – na tentativa de evitar o sofrimento que eles evocam, acabamos ficando atados a ele, ao invés de usarmos o poder das palavras para reorganizar o sentido de uma experiência dolorosa. Por vezes deixamos de compreender o papel fundamental da fala e da linguagem na facilitação da experiência de uma criança muito pequena – ao supormos que ela não é capaz de compreender o que dizemos, fechamos caminhos de elaboração que a ajudariam a atravessar situações difíceis. Para ilustrar como essas coisas são importantes no dia a dia a dia da vida de uma criança, tomaremos alguns exemplos retirados do trabalho cotidiano da Casa da Árvore.

*Situação 1: Dificuldade de separação*

Uma mãe e sua filha de dois anos começaram a frequentar a Casa da Árvore<sup>3</sup>. As duas tinham grande semelhança física, inclusive no modo de vestir, e brincavam juntas, mas tinham uma relação muito agressiva entre elas. A mãe exigia que a filha fizesse o que ela – a mãe – queria, dificultando que a filha desenvolvesse sua própria identidade e fizesse suas próprias escolhas. A filha, por sua vez, entrava nesta dinâmica como forma de manter esta relação. Frente a esta situação, a equipe da Casa da Árvore procurou atuar como um terceiro, intermediando a relação entre mãe e filha, sinalizando para a mãe a necessidade de escutar a filha, para que esta pudesse se desenvolver construindo sua própria individualidade.

Certo dia, a mãe passou a tarde conversando com uma das psicólogas, e a filha pediu a outra psicóloga que brincassem numa mesa ao lado da mãe. A mãe contou toda a história da gravidez: a dificuldade para engravidar, a gravidez complicada, o sofrimento no parto e a dificuldade com a maternidade. Isso tudo era contado com a filha sentada ao lado, brincando, mas interessada em ouvir o que a mãe dizia sobre a história delas.

A mãe contou que depois que a filha nascera não pôde mais trabalhar, pois tinha dificuldade de deixar a filha aos cuidados de outra pessoa. Justificou-se dizendo que a menina não aceitava ficar com mais ninguém além dela. Nessa hora, a psicóloga interveio dizendo que a criança somente iria chorar no início, pois toda criança chora no processo de separação da mãe – por isso a importância de assegurar para filha seu retorno, dando-lhe

3 Este caso foi discutido em um trabalho apresentado no IV Congreso Internacional Salud Mental y Derechos Humanos, em Buenos Aires, em novembro de 2005 por membros da Casa da Árvore: KUTWAK, F.; TELES, I.; AROUCA, L.; ZAMPERLINI, M. *Violência psíquica – a violência da palavra.*

assim confiança. Nesse momento em que se conversava sobre as dificuldades de separação, a mãe relatou que a menina não queria largar o peito. A psicóloga aproveitou a ocasião e interveio apontando para o fato de que não é o bebê que larga o peito, mas a mãe que tem de estar disposta a estabelecer um acordo com o bebê de modo a terminar a amamentação. A mãe parecia não conseguir ouvir, repetindo que era a filha que não a deixava. A equipe entendeu que ela estava projetando suas dificuldades na filha e, conseqüentemente, não conseguia reconhecer a própria dificuldade, qualificando o que estava sendo dito pela psicóloga como equivocado. Esta atitude reativa só confirmava a dificuldade de separação e a insegurança da mãe.

Naquele momento, buscou-se acolher a fala materna sem julgamentos ou repreensão. Afinal era uma fala sobre suas angústias e dificuldades em criar seus filhos. Mas o fato de não julgar e nem repreender não impediu a equipe de assinalar o que se passava entre a mãe e sua filha. No trabalho da Casa da Árvore é importante que estas falas venham à tona, e que os sentimentos que eram apenas atuados também sejam verbalizados e discutidos.

A psicóloga então convidou a filha para participar da conversa. Ao aceitar o convite, a menina deixou de ser apenas ouvinte, passando a se posicionar como um sujeito ativo. Foi importante incluí-la neste diálogo, no sentido de transformar uma fala que era apenas *sobre* ela numa conversa *com* ela. Pois quando a mãe falava sobre a filha – diante dela – para outros, de alguma forma a menina não era autorizada a se apropriar da história que era contada. A mudança em seu posicionamento significa que a partir do momento em que ela entrou e pôde ser reconhecida pelos demais, passou a poder usar aquela história da forma que bem entendesse. Ela pôde assim construir a sua versão dessa história.

Na Casa da Árvore, a mediação por meio da fala é privilegiada como ponto central do trabalho. Retomando aquilo em que

Dolto insistia, afirmamos em todos os momentos a importância de mediar todas as ações, por meio das palavras, com uma criança, procurando criar um ambiente de palavras.

Dolto reafirmou o papel fundamental da palavra como instrumento terapêutico ao introduzir a noção do “parler vrai”, e desenvolveu a partir dele toda a sua prática clínica. Essa noção é o que baliza o modelo de trabalho criado por ela, a Maison Verte, que serviu de inspiração para a Casa da Árvore.

Ao utilizar a expressão “parler vrai”, Dolto indica a importância, nas relações interpessoais, do respeito a si mesmo e ao outro enquanto sujeito. *Falar verdadeiramente* significava para ela poder expressar de modo franco, claro e desarmado o que sentimos na presença do outro, aquilo que *do* outro nos toca e afeta, o que *no* outro percebemos estar acontecendo, seja este outro um adulto (um sujeito plenamente constituído), ou uma criança (um sujeito em processo de constituição).

Estou profundamente convencida que não se pode tratar de uma criança sem falar a verdade do que sentimos e do que pensamos estando com ela. Falar a verdade significa considerar aquele diante de nós como um homem ou uma mulher em devir, que é integralmente linguagem em seu ser, tendo um corpo de criança, mas compreendendo tudo que dizemos.<sup>4</sup>

Além de não poder tratar de uma criança sem falar a verdade do que se sente, na Casa da Árvore, quando necessário, se fala também da própria experiência. O relato abaixo é bastante ilustrativo para mostrar como o fato da psicóloga poder falar do seu sofrimento a leva a expressar uma fala verdadeira.

4 Dolto, F. e Nasio, J.D. *Criança no espelho*. Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro: 2008, p.53

### *Situação 2: Ressignificação do sofrimento*

Na Creche Solar Meninos de Luz, localizada no Morro do Pavão-Pavãozinho, estagiavam duas psicólogas da Casa da Árvore, que acompanhavam uma turma de crianças entre três e quatro anos. Um menino estava deixando a equipe preocupada: seu discurso era disperso, incoerente e empobrecido. Tinha três temas, ou melhor, três frases, que se misturavam e se revezavam. Dirigia-se à estagiária dizendo: “A porta está aberta”, “Meu pai morreu” ou, às vezes, “Meu pai não morreu”, e repetia sem parar: “Você está apaixonada! Você está apaixonada!”. Não era bem integrado com as outras crianças e tinha a carinha fechada. A psicóloga para quem o menino dirigia mais freqüentemente suas falas, foi tentando integrá-lo nas brincadeiras, tudo bem devagar, sem muito sucesso.

Ninguém da creche sabia dizer se o pai da criança estava vivo. A professora informou que a mãe era muito mais velha que o pai, que ele não morava na casa e que a família da mãe fora contra a sua gravidez. Nesta ocasião, o pai de uma das estagiárias faleceu e quando ela já se sentia em condições de falar sobre a sua dor, dirigiu-se ao menino, que estava em um canto com um carrinho na mão, e disse que queria lhe contar uma coisa: “Sabe, você sempre fala que seu pai morreu, e eu queria te dizer que o meu também morreu. Estou muito triste e fico imaginando como você se sente”. O menino gritou e saiu correndo, fazendo seu carrinho andar pelo ar. Ela deixou que ele se fosse, achando, nesse primeiro momento, que tinha sido péssima a conversa entre eles. Daí a pouco ele voltou, fingindo que estava dirigindo um carro. Abriu a porta e disse para ela, “Entra aqui”. Ela entrou no *carro* e fez alusão à outra frase – “Você está apaixonada” – presente nas suas falas repetitivas. “Quem sabe... fico pensando, pelo que sei, talvez sua mãe tenha sido muito apaixonada pelo seu pai”. O menino, então, respondeu: “Vamos continuar conversando até chegar lá em casa. Quando chegar lá, chega de conversa”. A estagiária concordou.

Andaram mais um pouco, e ele disse: “Chegamos em casa”. Ela desceu e o passeio ficou por aí. Num outro dia, outra estagiária retomou a conversa, falando ao menino: “*Fulana* me disse que conversou com você sobre a morte do pai dela”. Ele respondeu: “É, meu pai morreu”. A estagiária perguntou como havia sido, e ele respondeu, simplesmente: “Eu que matei”. “Mas por quê?”, perguntou ela. “Porque ele me batia”. E se afastou.

A mudança no comportamento do menino foi evidente. Depois dessas conversas passou a brincar, seu rosto mudou de expressão, integrou-se no grupo. Uma nova forma de estar no mundo foi possível a partir da re-significação de seu sofrimento, determinada pela expressão da dor de uma pessoa da equipe, e do reconhecimento de alguma positividade na relação de sua mãe com seu pai.

Nessa faixa etária, entre 3 e 4 anos, é comum o menino querer ocupar o lugar do pai junto à mãe, desejando ela só para si. Nesse momento, vive-se um conflito: o menino ama seu pai e o odeia, por querer ficar com sua mãe só para si. É natural que surjam pensamentos como o desejo da morte do pai, e quando o pai, por algum motivo, desaparece do seu convívio, o filho pode facilmente se sentir culpado, achando que o seu desejo foi realizado. No caso narrado anteriormente, não se sabe exatamente o que aconteceu com o pai do menino, ou seja, se ele realmente morreu, ou se deixou o convívio com o menino por outro motivo. Saber o que realmente aconteceu não é o que importa, e sim considerar o que a criança conta como sendo sua verdade. Certamente, nesse momento, o menino estava vivendo esse conflito e, conseqüentemente, se sentindo muito culpado. Poder falar sobre a morte do pai e do tema da paixão para a psicóloga contribuiu para a elaboração desse conflito.

Essa característica singular do trabalho – o profissional se inclui no drama vivido pela criança, falando da sua experiência,

é um recurso que facilita às crianças que se expressem, criando assim um ambiente acolhedor e próximo, que propicia um ambiente de confiança para a circulação da palavra e a produção de falas sobre suas experiências, antes freqüentemente emudecidas pela dor.

### *Situação 3: A importância de se falar dos mal-entendidos da vida familiar*

Um outro exemplo destaca a importância de se falar dos mal-entendidos da vida familiar. Uma família constituída de pai, mãe, duas filhas e a avó materna era assídua freqüentadora da Casa da Árvore no Morro dos Macacos. No entanto, apesar de estarem lá praticamente todos os dias, os membros desta família – mãe e filha – escolheram uma psicóloga específica para tratar de uma questão fundamental que foi se aprofundando a cada plantão.

Essa história começou com uma conversa entre a psicóloga e a mãe, sobre filhos na alfabetização. A conversa caminhou para a impaciência desta mãe em ajudar sua filha nesse processo, indo para uma irritação geral que havia entre mãe e filha, e chegando à declaração dessa mãe, cheia de culpa, de que realmente não gostava daquela filha. Ocorre que, segundo a mãe, a filha também não gostava dela. Sempre chamara de *mamãe* à avó materna. “Desde a barriga ela só se mexia quando ouvia a voz da minha mãe, nunca para mim”, dizia ela.

A psicóloga juntou mãe e filha para falar sobre isso. Ao ouvir o relato feito pela psicóloga, a menina pulou no colo da mãe, abraçou-a com força e disse: “Mas mamãe, como você não sabia que eu me mexia era para você? Sempre foi”. E a conversa foi continuando. Numa outra semana, a menina fez questão de, ela própria, escrever seu nome e o da mãe no quadro da Casa da Árvore<sup>5</sup>. Escreveu seu nome e, no lugar do nome da mãe, desenhou

5 A forma de a equipe receber as crianças e suas famílias é escrevendo os

em letras bem grandes: MAMÃE. Na semana seguinte, mais uma novidade: a mãe, que tentava engravidar, estava com a menstruação atrasada, e a menina afirmava orgulhosa que tinha um novo bebê na barriga da mãe.

Essa situação mostra como foi possível desfazer um importante mal-entendido. A mãe falou dos seus sentimentos de rejeição para sua filha e esta, por sua vez, contou a sua versão da história, criando um novo sentido para ambas. A mãe pôde se sentir amada por sua filha, transformando a relação entre as duas. É interessante notar como a simples colocação de palavras que traduzam os sentimentos vividos permite deslocamentos e rearranjos de sentido, possibilitando o surgimento de narrativas que reorganizam uma experiência passada, modificando seus efeitos no presente.

As palavras dirigidas às crianças e aos seus pais devem ser simples e claras, devendo acolher angústias produzidas pelos não-ditos e pelos mal-entendidos da história pessoal e familiar.

A criança, em algumas situações, não tem ainda suficiente vocabulário para traduzir o que pensa e expressar o que está sentindo. Na tentativa de se fazer entender e de compreender o que lhe ocorre, demonstra o seu incômodo por meio de ações, comportamento, brincadeiras e brigas. Deve-se buscar junto com ela uma forma de expressar e verbalizar o que se passa no seu mundo interno, construindo uma forma de organizar sua experiência com base na busca de uma verdade subjetiva e particular.

O oferecimento de palavras permite a verbalização dos conflitos necessária à superação do sofrimento. O sofrimento psíquico inibe e impede o desenvolvimento do sujeito. Assim

---

nomes delas no quadro. Neste caso foi permitido que a criança escrevesse seu nome e desenhasse a palavra MAMÃE, pela importância do seu gesto, pois a regra da Casa da Árvore é que só a equipe escreva no quadro.

sendo, nosso trabalho é o de colocar palavras que transformem uma vivência muda de dor em uma experiência de sofrimento que pode ser compartilhada. Quando o sujeito fala de seu sofrimento para alguém que possa escutá-lo, a sua dor diminui.

#### *Situação 4: A importância de falar com a criança das situações traumáticas*

A situação a seguir mostra a importância de se conversar com uma criança sobre situações traumáticas que ela tenha vivido e, ao mesmo tempo, ilustra a dificuldade que muitas vezes temos de convencer os adultos que cuidam dela. Um menino de cinco anos foi encaminhado pelo Hospital Salles Neto para a Casa da Árvore. No primeiro contato com a Casa, a mãe foi sozinha e contou para a equipe do dia em que o seu filho tinha sido estuprado. Uma das psicólogas da equipe se encarregou de escutar esta mãe, acolhendo seu sofrimento. Orientou que ela voltasse noutra ocasião com o menino, mostrando a importância de se trabalhar este acontecimento traumático junto à criança.

No plantão seguinte, a mãe voltou com o filho, que estava aparentemente tranqüilo, diferentemente da mãe, que estava muito ansiosa. Bastante à vontade, o menino brincou muito e socializou-se rapidamente com as demais crianças. A mãe falou do ocorrido em voz alta, o que chamou atenção da equipe, pois não só todas as pessoas ao redor podiam escutar, como também seu filho. Ela relatou que na tarde do ocorrido havia chegado em casa mais tarde do que de costume, porque havia saído do trabalho e tinha ido resolver um problema. Ela não se perdoava, pensando que, se tivesse ido direto para casa, nada daquilo teria acontecido. Na manhã seguinte, o menino acordou reclamando de “dor na bunda” e contou que o vizinho adolescente tinha lhe oferecido uma pipa, com a condição que fizesse o que ele mandasse, e em seguida colocou o pênis na sua boca e depois na sua bunda.

Imediatamente após ouvir o filho, a mãe o levou para o Hospital onde foi medicado com AZT, medicamento utilizado em caso de AIDS e que é indicado como atendimento padrão em casos de estupro, para barrar um possível desenvolvimento do vírus no organismo.

Em seguida, a mãe foi à casa do rapaz para reclamar sobre o que ele tinha feito com seu filho. Ao tomar conhecimento do ocorrido, o pai do adolescente o expulsou de casa. Então, ela saiu pela comunidade onde mora, contando o fato para quem quisesse ouvir. Justificava essa atitude dizendo-se muito chocada, sem conseguir pensar em outra coisa. Falou tanto no assunto que o filho mais velho pediu que ela parasse.

Ao escutar seu relato, a psicóloga perguntou se ela havia conversado com o filho, vítima do estupro, sobre o ocorrido, e ela respondeu muito assustada que lógico que não, que jamais conseguiria falar com ele sobre isso. Quando a psicóloga ressaltou a importância de ela falar do assunto com ele, a mãe ficou muito espantada. Sem acreditar que conversar com o menino fosse ajudar, ela preferia não tocar no assunto, contando que o silêncio faria com que o menino esquecesse o acontecimento. No entanto, falava no assunto, na frente do menino, para todos, enquanto para ele só havia o silêncio. O que aos nossos olhos estava muito claro, para a mãe era algo difícil de aceitar, talvez porque o acontecido com seu filho a atingia também, e de uma maneira ainda mais difícil de encarar e elaborar. O fato é que depois desta conversa, mãe e filho deixaram de comparecer à Casa. O que pode ter ocorrido? Temos apenas especulações. Teria a intervenção da psicóloga atingido a mãe de forma excessivamente contundente, com isso provocando uma reação de evitação de sua parte? Ou, ao contrário, seria possível imaginar que a mesma intervenção tenha aberto uma nova maneira de ela se relacionar com a dor de seu filho? Gostaríamos de poder acreditar nesta última hipótese, mas num

trabalho como este nem sempre é possível ter certeza dos efeitos do que se faz. É preciso apostar sempre.

De todo modo, com este exemplo creio que podemos mostrar a importância de um ponto crucial no trabalho da Casa da Árvore: mostrar aos adultos que se pode e se deve falar *com* as crianças e não *sobre* elas, como se elas não estivessem envolvidas nas situações, ou nem sequer presentes, escutando tudo. O que se deve é evitar que esses *não-ditos* se transformem em sintomas, ganhando papel patogênico, por conta desse silêncio sobre fatos ocorridos.

Freud mostrou com a teoria psicanalítica a importância dos primeiros anos da vida, da sexualidade infantil e de seus efeitos na vida adulta. Já Françoise Dolto avançou no entendimento da infância, mostrando a importância do reconhecimento da criança enquanto sujeito; por isso, ela enfatiza que é fundamental falar *com* a criança. A partir desta perspectiva, a abordagem do trabalho com crianças ganha outra dimensão. Dolto nos ensinou a conversar com elas e levá-las a falar do seu desejo, ampliando o seu mundo de palavras. É importante aprender a ouvir as crianças por meio das várias formas que elas encontram para expressar os seus sentimentos e sofrimentos: chorando, adoecendo, brigando e brincando. Na Casa da Árvore se repete algo que Dolto dizia na *Maison Verte*: aqui se fala *com* crianças e não apenas *de* crianças.

Busca-se ali sempre incluir a criança no relato trazido pela mãe, que, freqüentemente, se refere ao filho como se ele não estivesse presente, colocando-o à margem, sem se dirigir diretamente a ele. As intervenções se fazem em um ambiente em que a palavra é sempre dirigida à criança, pois esta é considerada enquanto sujeito e não como um simples objeto do qual se fala.



*Situação 5: A importância de falar com crianças bem pequenas*

A importância de se falar com a criança pode ser ilustrada a partir de um exemplo da creche Solar Meninos de Luz, onde as psicólogas acompanham livremente as atividades das crianças (até quatro anos) e suas educadoras.

Trata-se do caso de um menino com um aspecto físico pálido, apático e com profundas olheiras. Tinha dificuldade de interagir com os colegas, não se dirigindo a ninguém, nem falando, nem brincando. O mesmo se repetia em relação às educadoras: não respondia quando se dirigiam a ele, dificilmente solicitava ajuda.

Sua reação também não era diferente diante dos contatos das psicólogas. Todas as vezes que se dirigiam a ele para tentar conversar ou brincar, ele fugia, se esquivando ou virando para o outro lado. Durante o horário de entrada das crianças na creche, tentou-se conversar algumas vezes com o seu pai, falando-lhe da preocupação por conta de o filho não se comunicar com os outros. O pai, tal como o filho, se esquivava, virando também para o lado, tentando fugir da conversa, como se estivesse com pressa. Dizia que o filho era “normal” em casa, que seu jeito era mesmo “quieto”.

Ao ser perguntado sobre o histórico do filho desde seu nascimento, o pai contou que o filho havia sido internado quando tinha poucos meses de vida, ficando com “trauma de médico”. Suas respostas eram sucintas, e o tempo todo perguntava se o menino fazia algo de errado em sala, muito preocupado com esta possibilidade. Foi marcado um encontro no horário de chegada à creche, com os três juntos – a psicóloga, o pai, e o menino, de modo a incluí-lo na conversa. Ao ser interrogado sobre a internação, o pai contou que o filho havia permanecido bastante tempo no CTI, devido a uma crise de bronquite, pouco tempo após o nascimento, ficando longe de casa e afastado da família. Disse ainda que o filho era doente e frágil desde que nasceu, tendo

muitos problemas de alergia respiratória. Enquanto o pai falava, a psicóloga buscava incluir o menino na conversa, comentando com ele o quanto essas experiências poderiam ter sido difíceis e invasivas em uma época em que ele ainda era muito pequeno e não podia entender direito as coisas, e como isso deveria tê-lo feito sofrer muito. A psicóloga pediu ao pai que falasse mais com o filho em casa, explicando melhor as situações que aconteciam não só com ele, mas também com sua família. O pai perguntou se ele entenderia, sendo tão pequeno. A psicóloga afirmou que sim e reiterou a importância disso. O pai encerrou a conversa pedindo ao filho que falasse mais em sala.

No mesmo dia, a psicóloga conversou com o menino, dizendo-lhe que achava que ele tinha passado por coisas muito dolorosas, por ter estado em muitos momentos sozinho no Hospital, com pessoas estranhas, e que, talvez, isso fizesse com que evitasse a aproximação dos outros. Disse-lhe ainda que não precisava ter medo, pois não iria impor a sua presença, mas que ficaria disponível se ele quisesse falar com ela ou simplesmente ficar próximo. Após esta intervenção, a equipe da creche percebeu mudanças significativas no comportamento da criança dentro de sala. Ele passou a se relacionar com os outros, brincando, respondendo receptivamente às pessoas e interagindo com o olhar. Poder trazer à luz uma experiência dolorosa que havia permanecido enquistada numa vivência privada e não comunicada permitiu criar um campo de compartilhamento e de interação com as pessoas ao seu redor.

**A circulação da palavra**

Entende-se como circulação da palavra o igual direito que todos (adultos e crianças) têm de expressar o que sentem, evitando o aprisionamento na fala de uma só pessoa. A Casa da Árvore é um espaço onde se procura que não só os adultos encontrem

um lugar para falar sobre seus impasses, conflitos, mas onde principalmente as crianças sejam reconhecidas enquanto sujeitos que podem expressar o que estão sentindo. O valor da palavra da criança é destacado, e por isso a sua fala ganha importância. A mediação da palavra possibilita a construção de um espaço onde os profissionais falam, as crianças falam, os adultos falam, a palavra circula entre todos.

Alguns exemplos, a seguir, mostram como a simples circulação da palavra produz efeitos e como pode resolver certas situações de impasse.

O primeiro ocorreu na Casa da Árvore do Morro do Chapéu Mangueira. Havia ocorrido diversos plantões em que a violência invadia a brincadeira, com as crianças ficando extremamente agitadas e excitadas. Em pouco tempo, o clima de brincadeira se transformava numa briga generalizada, com agressões e destruição de brinquedos, culminando num estado em que as crianças não escutavam mais nada nem ninguém – e a equipe perdia o controle.

Nas reuniões gerais da equipe, discutia-se exaustivamente sobre esses plantões devastadores. Por fim, uma das alternativas encontradas foi a realização de assembleias, no período de uma semana, para discutir com as crianças as regras e a forma de funcionamento da Casa.

A primeira assembleia da Casa da Árvore foi realizada com a participação de 16 crianças. Era visível a cara de espanto de cada criança, ao chegar no plantão, pois a Casa estava vazia, sem brinquedos, só restando as cadeiras para que pudessem sentar em roda na assembleia. Algumas crianças perguntavam: “O que aconteceu?” Outras só conseguiam cochichar. Havia também crianças que tentavam disfarçar a surpresa, fazendo de conta que não reparavam em nada de diferente.

De um modo geral, as crianças receberam bem a iniciativa, conversando de maneira descontraída na roda formada com a equipe. Elas falavam: “Na Escola é melhor porque a professora põe de castigo”; “Os pais das crianças que dão problema deveriam ser chamados para conversar”; “Vocês deviam mandar embora para casa a criança que estiver fazendo muita bagunça”. Outra sugestão recorrente foi a de se fazer uma reunião com as mães ou responsáveis uma vez por mês. Algumas crianças demonstravam gostar dessa idéia, outras pareciam ter dúvidas. Apenas dois meninos demonstraram abertamente não gostar: “Já pensou se minha mãe fica sabendo o que faço aqui?”. Os que normalmente encabeçavam o grupo da bagunça haviam sido os únicos que tentavam fazer graça, falando coisas mais ousadas: “não pode tocar punheta, não pode fazer saliência”.

As crianças, mesmo sabendo que aquela semana seria dedicada a assembleias, retornavam em outros dias querendo participar das discussões. Num dos dias, fizeram uma dramatização sobre o trabalho, encenando o papel dos psicólogos durante o plantão, o que foi importante para os profissionais perceberem como eram vistos pelas crianças.

O resultado das assembleias foi a elaboração de regras para a Casa. As crianças sugeriram a confecção de um cartaz para ser colocado na parede. Era algo próximo aos dez mandamentos, com o imperativo do NÃO iniciando quase todas as regras:

Não xingar;  
 Não quebrar os brinquedos, nem a casinha;  
 Não brigar, nem bater;  
 Expulsar quem quebrar os brinquedos;  
 Não subir na grade e telhado da casinha;  
 Não gritar;

Não cuspir no chão, nem jogar lixo no chão;  
 Não rasgar fantasias;  
 Chamar os psicólogos pelo nome e não de tio e tia;  
 Ajudar a arrumar a casa no final;  
 Não se pendurar nas coisas;  
 Não entrar no quartinho;  
 Não pular a janela;  
 Não tirar a roupa;  
 Não fazer saliência;  
 Quando estiver muita bagunça, fechar a Casa independente do horário.

Na Reunião Geral da equipe, discutiu-se o resultado das Assembléias. O que mais chamou a atenção da equipe foi a quantidade de regras e proibições encontrada na fala das crianças. Por outro lado estava clara a necessidade que sentiam de experimentar um ambiente capaz de resistir e sobreviver às suas investidas agressivas. O fato de terem sido chamados a participar de decisões acerca da organização do espaço, do tempo e das atividades dos plantões fez com que exercitassem um tipo de responsabilidade em relação à Casa que nunca haviam antes podido exercer. Decidiu-se reformar a Casa e repor os brinquedos para a retomada do trabalho na semana seguinte. Ficou resolvido que os brinquedos tradicionais não seriam repostos, mas que se comprariam tecidos para confecção de fantasias, de modo a estimular a criatividade. Pensou-se também numa estante para organizar os livros e jogos que ajudassem na concentração, evitando assim a dispersão.

Na semana seguinte à assembléia com as crianças já foi possível perceber alguns efeitos: num dos plantões, as crianças fizeram uma roda para resolver o problema de uma briga. Quando indagados sobre o que estava acontecendo, responderam que estavam fazendo uma assembléia. As brincadeiras destrutivas foram

diminuindo gradativamente e a palavra passou a ganhar maior valor, possibilitando brincadeiras coletivas e criativas.

Frequentemente, chegam crianças à Casa da Árvore com dificuldades na fala. São comuns sintomas como: mutismo, gagueira, dislexia ou atraso na linguagem. O exemplo a seguir mostra uma situação na qual uma criança, que já tinha adquirido a linguagem, se recusava a falar. Apesar de ter sido até uma certa época bastante falante, ele simplesmente havia parado de se comunicar verbalmente. No primeiro contato, a psicóloga começou a conversar com a mãe sobre o problema, enquanto o menino brincava e ao mesmo tempo ficava atento à conversa das duas.

A mãe disse que não encontrava justificativa para o mutismo do filho, relatando em seguida o nascimento de um segundo filho. Neste momento, a psicóloga interveio indagando sobre uma possível relação entre o nascimento do filho mais novo e a mudez. Além disso, procurou incluir o menino na conversa, estimulando-o a falar sobre o nascimento do irmão e as modificações que ocorreram na família. Dirigindo-se a ele, a psicóloga disse que talvez ele tivesse experimentado uma sensação de abandono na ocasião do nascimento do irmão, porque sua mãe havia passado a se ocupar exclusivamente do novo bebê. O menino escutou, mas continuou brincando com as demais crianças.

Todas as crianças brincavam juntas. Em dado momento, enfileiraram as pequenas cadeiras simulando um ônibus. O psicólogo da Casa da Árvore convidou a mãe para participar da brincadeira com o filho. Na hora de ir embora, o menino se negou a ir. A mãe tirou o chinelo e o ameaçou. O profissional interveio, se dirigindo a ele, dizendo que ele poderia voltar outras vezes. Depois de um mês, a mãe retornou com o menino e o irmão mais novo. O menino havia voltado a falar, mas quem havia percebido tinha sido sua avó materna, o que mostrou a dificuldade desta mãe em olhar e escutar este filho, por estar somente atenta ao bebê.

Quando a mãe foi avisada de que ele voltara a falar, dirigiu-se a ele, e a primeira fala do menino foi um pedido para voltar à Casa da Árvore. A fala da psicóloga sobre a situação da dedicação exclusiva de sua mãe com seu irmão ajudou o menino a elaborar sua situação, modificando o seu comportamento. O mutismo havia sido uma forma reativa da criança lidar com a sensação de não estar sendo olhado e, principalmente, de não estar sendo *escutado* por sua mãe.

#### **Uma pequena conclusão**

Os profissionais da Casa da Árvore procuram criar, junto com os freqüentadores, um ambiente no qual seja possível a reflexão e a transformação de situações conflituosas. Estas são sempre faladas e discutidas, com a participação das crianças, dos adultos e dos psicólogos. Este trabalho tende a permitir a criação de recursos simbolizadores que possibilitam a colocação de palavras onde antes há silêncio sofrido, dor contida, impulsos reprimidos, ações inibidas – o que acaba facilitando a resolução de impasses e conflitos. O trabalho com as crianças mostra como a atenção para um tópico ao mesmo tempo simples e complexo – a fala verdadeira – pode operar mudanças extraordinárias na maneira como são vividas experiências que de outro modo seriam fonte de sofrimento, inibição ou produção de padrões estereotipados de reação.

#### **Outras leituras**

- DOLTO, F. *A imagem inconsciente do Corpo*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2004.
- . *As etapas decisivas da criança*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999.
- . *Auto-retrato de uma psicanalista*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1990.

- . *Dialogando sobre crianças e adolescentes*. Campinas: Papirus Ed., 1989.
- . *Tudo é linguagem*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999.

# A idéia de prevenção na Casa da Árvore

*Claudia Prado A. Pinto*

*Kátia Heloiza de Farias*

Uma das idéias básicas de qualquer dispositivo de intervenção na infância, como é o caso da Casa da Árvore, é a de que ao lidarmos de maneira precoce com problemas no processo de desenvolvimento e amadurecimento subjetivo podemos de algum modo prevenir o aparecimento de problemas posteriores na vida psíquica das crianças. Esta idéia, porém, não é tão simples como possa parecer à primeira vista. Embora a prevenção tenha se tornado uma estratégia chave no campo da saúde coletiva, no campo da saúde mental, a própria idéia de que se possam prevenir doenças ou problemas de natureza psíquica é motivo de intensos debates. Este texto tem o objetivo de situar o ponto de vista adotado na Casa da Árvore com relação a este tema.

## **Idéia de prevenção em saúde**

Segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde), saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não meramente a ausência de doença e enfermidade. Esta definição, apesar das críticas a seu conteúdo utópico, tornou-se ao longo do tempo uma espécie de referência ideal, um ideal regulativo, para o campo da saúde. Seu maior mérito é o de situar a fronteira da atuação em relação à saúde muito além do simples combate às doenças, e erigir a prevenção e, mais ainda, a promoção de

saúde, como objetivos fundamentais de qualquer estratégia de intervenção neste campo.

Desde o período pós-guerra, a medicina e a saúde pública têm pensado a prevenção como subdividida em três níveis: primária, secundária e terciária. A prevenção dita primária consiste em ações tomadas antes de certas doenças se estabelecerem, evitando seu aparecimento por incidirem sobre suas causas. Podemos incluir aí os programas de vacinação, tratamento da água, medidas de desinfecção e desinfestação, distribuição gratuita de preservativos, entre outros. A prevenção primária é, portanto, aquela que lida efetivamente com o período pré-doença.

A prevenção secundária se baseia no estabelecimento de diagnósticos precoces e na prescrição de tratamento imediato dos primeiros distúrbios, com o intuito de evitar o agravamento de doenças, interrompendo o seu desenvolvimento. Ela lida, deste modo, não com o período pré-doença, mas com os processos iniciais da doença.

A prevenção terciária, por sua vez, tenta impedir que a doença já instalada se torne crônica, lançando mão dos tratamentos mais eficazes de que se dispõe. Sua ação, portanto, se dirige aos fatores que podem atenuar o impacto de doenças já existentes.

No campo da medicina em geral e da saúde pública a especificidade destes três níveis está estabelecida. E quando falamos em prevenção no sentido forte da palavra, nos referimos usualmente à prevenção primária. Neste nível podemos fazer ainda uma distinção entre um sentido estrito, que diz respeito às ações que incidem sobre as *causas* de uma determinada doença, e um sentido mais amplo que indica a atuação sobre os chamados *fatores de risco*. Esta expressão designa condições ou variáveis associadas à possibilidade de ocorrência de resultados negativos para a saúde. Nas doenças cujas causas conhecemos, o que se debate hoje são as melhores estratégias de prevenção no sentido estrito.

Naturalmente, no caso daquelas cuja etiologia é mais simples, ou mais claramente identificada, e para as quais já existem métodos eficazes de prevenção – doenças infecciosas como poliomielite, ou a rubéola, por exemplo, o problema maior é o de se conseguir universalizar a erradicação, e controlar as possibilidades de seu reaparecimento como problema de saúde pública. Quando se trata de doenças com múltiplos fatores causais, ligadas não só a agentes patogênicos específicos, mas também a estilos de vida – como as doenças coronarianas, por exemplo – a questão principal é como identificar e atacar os diversos fatores de risco, e com isso ampliar as condições de controle sobre esses fatores.

Quando lidamos com questões emocionais, no entanto, o problema torna-se muito mais complexo, na medida em que o próprio modelo da doença enquanto entidade anatomoclínica, com uma etiologia específica e uma história natural determinada, se mostra inadequado na ampla maioria das chamadas doenças mentais<sup>1</sup>. Além disso, ao contrário do que vale para o organismo humano, não temos como identificar com clareza o que poderia ser chamado de um funcionamento subjetivo *normal*, já que a maioria dos critérios que utilizamos para julgar emoções, comportamentos, juízos, afetos, atitudes – enfim, tudo aquilo de que consiste a vida subjetiva de indivíduos – não se aplica universalmente. É possível

1 Evidentemente, qualquer estado ou evento mental, saudável ou patológico, apresenta correlatos neurais ou biológicos. Desacreditar disso significaria supor uma mente ou um psiquismo desencarnado, imaterial. Mas uma coisa é apontar para os *correlatos* neurais de certas experiências subjetivas. Outra, muito diferente, é atribuir a esses correlatos a função de *causa* dessas experiências. Há doenças mentais com causas biológicas conhecidas. Demências, depressão por hipotireoidismo, confusão mental traumática ou tóxica, são exemplos disso. Mas aí tendemos a falar de doenças somáticas com manifestações psíquicas mais do que propriamente de patologias do psiquismo. Nestas, é fundamentalmente a configuração da experiência vivida do sujeito, e não suas necessárias bases biológicas, que está em questão.

dizer se um órgão, um músculo, ou um osso estão funcionando normalmente sem se recorrer à apreciação subjetiva, ou ao sentido que o sujeito atribui à experiência que ele está tendo. Faz sentido, no entanto, imaginar que se possa avaliar a *normalidade* de uma experiência subjetiva sem a apreciação do sujeito que a experimenta, e a dos seus pares? Claro que não. Assim, desprovidos de um conhecimento preciso sobre *causas específicas* e contando com critérios móveis de *normalidade*, seria ainda razoável pensarmos em termos de prevenção quando se trata da saúde mental?

Na Casa da Árvore utilizamos o termo *prevenção* em seu sentido mais alargado – o de intervenção sobre aquilo que acreditamos serem *fatores de risco*. Não acreditamos na possibilidade de prevenirmos, no sentido estrito, patologias psíquicas ou sofrimentos mentais. Assim como a dor física é indispensável à vida fisiológica, em matéria de psiquismo, o sofrimento é inevitável, e patologias psíquicas nada mais são do que formas determinadas de organização de experiências de sofrimento. Isto não nos impede, no entanto, de pensar que há muito que fazer no sentido de ampliar o horizonte de respostas às injunções da vida junto àqueles que nos procuram. Trata-se, no nosso caso, não de uma certeza quanto à possibilidade de prevenção de eventos futuros indesejáveis, mas de uma aposta no oferecimento de um ambiente capaz de ajudar as crianças e suas mães a enfrentarem as vicissitudes do processo de desenvolvimento natural de cada indivíduo da maneira mais plástica, produtiva e satisfatória possível. É uma aposta fundamentada, mas sem garantia.

Para muitos, seria necessário distinguir, mais do que aproximar, *prevenção* de *promoção de saúde*, já essas noções teriam como base entendimentos diversos quanto ao que seja a saúde. Para esses, na prevenção, a saúde é entendida simplesmente como ausência de doenças, enquanto na promoção de saúde ela é encarada como um conceito positivo e multidimensional,

resultando em um modelo participativo de saúde, em oposição a um modelo médico de intervenção. Referindo-se a essa diferença, Czeresnia<sup>2</sup>, por exemplo, afirma: *buscar a saúde é questão não só de sobrevivência, mas de qualificação da existência*. Já em 1946, Sigerist fazia referência à noção de promoção de saúde como indo muito além do manejo médico de doenças, ao afirmar: “A saúde se promove proporcionando condições de vida decentes, boas condições de trabalho, educação, cultura física e formas de lazer e descanso”.<sup>3</sup> Nesta perspectiva, a saúde se apresenta como um conceito positivo, que enfatiza a ampliação dos recursos sociais e pessoais, indo muito além das capacidades físicas. Deste modo, a promoção da saúde deixa de ser de responsabilidade exclusiva do setor saúde, e aponta para a constituição de um estilo de vida saudável, na direção de um bem-estar global<sup>4</sup>. Se tomarmos essa distinção como válida, diremos que, a rigor, o que fazemos na Casa da Árvore se aproxima mais do horizonte da *promoção* do que da *prevenção*, já que nosso propósito não é o de evitar o aparecimento de deste ou daquele distúrbio psíquico, mas o de ampliar o acesso a recursos que possibilitem maior autonomia, plasticidade e criatividade na vida subjetiva daqueles que nos procuram. Mas como situar esta perspectiva no interior de nosso campo de origem, a psicanálise?

### Freud, Winnicott e Dolto

Freud não acreditava na possibilidade de prevenção para as neu-

2 CZERESNIA, D. “O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção”, in Czeresnia, D.; Freitas, C.M. (Orgs.). *Promoção da saúde: conceito, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

3 Cartas de Promoção de Saúde: de Ottawa à Bangkok: [www.sbmfc.org.br/congresso2006/palestras/16\\_06/16\\_06\\_MD.pdf](http://www.sbmfc.org.br/congresso2006/palestras/16_06/16_06_MD.pdf)

4 Conferência Internacional sobre Prevenção de Saúde de Ottawa, novembro de 1986. In: *Política Nacional de Prevenção de Saúde*. Rio de Janeiro: ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, 2006.

roses, já que a prevenção age sobre causas para evitar efeitos – as patologias, e no caso das neuroses estaríamos ao menos ainda muito longe de um conhecimento capaz desta operação. Ao dizer isto, Freud tinha em mente, como vemos, o que hoje entendemos como o estrito sentido da prevenção primária. Em termos de fundamento, toda expectativa de prevenção comporta uma dimensão de predição, e a psicanálise em sua própria essência não é capaz de predizer. Freud estava correto, pois não há como transpor a idéia de prevenção primária para o campo das neuroses. Em um de seus conhecidos relatos, Freud conta que uma mãe lhe enviara uma carta, perguntando-lhe o que seria preciso fazer para educar sua criança da melhor maneira possível. A resposta que ele lhe deu foi: “Faça como quiser, pois de todo jeito o fará mal”. Uma criança vai construir sua subjetividade a partir dos discursos que lhe são impostos, a partir do que lhe é inerente em sua constituição, e dos eventos que marcarão sua trajetória individual. As combinações entre todos os registros da vida psíquica são infinitas, e é isso o que torna cada indivíduo único, singular, e impede, em princípio, a criação de modelos ou critérios universais de normalidade psíquica ou de saúde mental.

Esta convicção, no entanto, não impediu outros psicanalistas a falarem sobre saúde mental. Um deles foi o médico e psicanalista inglês D. W. Winnicott. Para Winnicott, a essência da experiência do bebê reside na sua total dependência inicial dos cuidados maternos. Neste momento da vida, é absolutamente fundamental a sustentação fornecida pela mãe – que se dá de forma natural, por meio de uma compreensão empática com seu bebê, e que permite à mãe, de certa forma, identificar-se com ele, mais do que compreender suas necessidades. Esta capacidade da mãe se expressa no exercício da função definida por Winnicott como *holding*. Essa é a base para que, gradativamente, a criança se transforme e experimente a si mesma com um ser independente. A função

do *holding* é fornecer apoio egóico numa fase de dependência absoluta da criança em relação à mãe. O *holding* é necessário desde a dependência absoluta até a emergência da autonomia do bebê, ou seja, até o momento em que os espaços psíquicos entre este e sua mãe já são perfeitamente delineados. Nesse período de transição, em que podemos falar de uma dependência relativa, o bebê vive estados de integração e de não-integração, forma conceitos de eu e não-eu, experiencia a distinção entre mundo externo e interno, podendo então seguir em seu amadurecimento rumo à independência.

Com sua perspectiva vitalista, Winnicott acreditava que dada uma determinada *provisão ambiental* suficientemente boa, o desenvolvimento emocional de uma criança a levaria ao exercício criativo de seus recursos psíquicos, permitindo-lhe levar uma vida que ele próprio experimentará como boa para ser vivida. Em sua concepção, a expressão *saúde mental* indica o exercício dessa possibilidade criativa, e a fruição de um sentimento de continuidade do ser. Quando isto ocorre, podemos alimentar a esperança de que a criança seja capaz de suportar as falhas e frustrações que a vida certamente lhe impingirá sem se sentir amedrontado pelo colapso, e capaz de seguir adiante. Quando, por alguma razão, isto deixa de acontecer, podemos esperar que ela resista menos aos desafios de sua existência, e sucumba à angústia e a formas patológicas de contê-la:

“As forças no sentido da vida, da integração da personalidade e da independência, são tremendamente fortes e, com condições suficientemente boas, a criança progride; quando as condições não são suficientemente boas, essas forças ficam contidas dentro da criança e de uma forma ou de outra tendem a destruí-la”<sup>5</sup>.

5 WINNICOTT, D. W. *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1990, p. 63.



Para Winnicott, portanto, é possível sim pensar em fatores que, preservados ou estimulados, tendem a sustentar as “forças no sentido da vida” – base para o exercício de uma vida subjetiva ativa, interessante, e criativa –, e é a este tipo de experiência da vida que ele refere quando alude à saúde mental.

Outra figura central na psicanálise pós-freudiana que se preocupou com a idéia de prevenção foi Françoise Dolto<sup>6</sup>, que dedicou toda uma vida ao estudo da psicanálise com crianças. Dolto acreditava que uma intervenção precoce, num ambiente propício na primeira infância, ajudaria a *reduzir as chances* de aparecimento futuro de distúrbios psíquicos. Foi uma das primeiras psicanalistas a falar em prevenção na primeira infância, e com suas intervenções na rádio e a criação da *Maison Verte* criou um viés social para a psicanálise, saindo do enfoque exclusivamente terapêutico para abrir um outro campo de intervenção. A *Maison Verte*, experiência na qual a Casa da Árvore se inspirou ao se constituir, nasceu com esse objetivo. Dolto deu uma definição simples e prática de prevenção em psicanálise: *Prevenir é atender alguém quando este precisa*. Ela tomou para si a missão de advertir e prevenir os pais e a sociedade dos riscos que a criança sofre se as leis do desenvolvimento do ser humano não forem conhecidas nem sustentadas pela lei, pela organização social e pelos pais<sup>7</sup>.

Para Dolto, existem micro-neuroses desencadeadas num bebê pela angústia de seus pais durante, por exemplo, separações prolongadas vivenciadas em hospitais e maternidades em que se ignora a necessidade da relação íntima, imediata e simbólica, desde

6 DOLTO, F. “La Boutique verte: histoire d’un lieu de rencontres et d’échanges entre adultes et enfants”. In DOLTO, F.; RAPOPORT, D.; THIS, B. *Enfants em Souffrance*. Paris: Stock, 1981.

7 DUMAS, S. *La Maison Verte, une création de Françoise Dolto*. 1997. [www.psicomundo.org/dolto/texto/dumas.htm](http://www.psicomundo.org/dolto/texto/dumas.htm)

os primeiros dias de vida. Esta relação afetiva, que é construída aos poucos, é o fundamento, a base sobre a qual se constitui subjetivamente o indivíduo humano, desde seu nascimento. Para Dolto, a comunicação de uma palavra pode ajudar as crianças a expressarem suas angústias de diversas maneiras: por meio de uma linguagem comportamental, de brincadeiras, desenhos, etc. O que importa é haver entre elas e os genitores um canal aberto para a compreensão do que realmente se passa na vida familiar.

A definição que Dolto dá de *prevenção*, como vimos, implica, na verdade, a idéia de intervenção precoce. Intervir precocemente significa atuar frente a sinais tênues. Os psicanalistas sabem que um gesto, uma palavra, uma presença podem salvar uma criança. Um encontro pode fazê-la escapar de um destino que lhe parecia irrevogável. Portanto, prevenir, para a psicanalista francesa, significa oferecer a maior quantidade de meios possíveis para que se estabeleçam relações nas quais a possibilidade de acesso à verdade das experiências vividas (sentimentos, temores, expectativas, afetos) possa ter seu lugar assegurado – reduzindo assim a necessidade de estratégias defensivas contra a angústia excessivamente rígidas, que caracterizam as formações sintomáticas graves e as patologias psíquicas.

### A noção de normatividade

Vemos então que, apesar dos reparos e críticas existentes às noções de saúde mental e de prevenção, psicanalistas como Winnicott e Dolto trafegam com desembaraço por este campo semântico. Em grande parte isto se explica pelo fato de que, quando falam em saúde no que diz respeito ao psiquismo, ambos se referem, na verdade a um conceito que foi mais bem formulado por George

Canguilhem, em seu livro clássico, *O normal e o patológico*<sup>8</sup>: o conceito de *normatividade*, ao qual ele chega após uma análise de um termo aparentado, o de *normalidade*. Para Canguilhem, nem sempre nos damos conta de que o adjetivo *normal* comporta dois sentidos diferentes. O primeiro é o de normal enquanto um *fato*. Nesta acepção, *normal* tem um sentido objetivo e mensurável: aquilo que é estatisticamente mais prevalente. Mas a palavra tem ainda um outro sentido, mais fundamental que o anterior, pois é a fonte de onde o primeiro emana. Este sentido é o de normal como um *valor*. Assim, quando dizemos que um coração é normal, isto significa, num primeiro plano, que ele se comporta dentro de padrões objetivamente estabelecidos, a partir da análise de como se comporta a maioria dos corações, quando expostos às mesmas condições. Mas, embutido nesta acepção objetiva e factual de *normal*, encontra-se outra: a noção de normal como um valor, ou seja, dizemos que o coração é normal porque ele se comporta como *deveria* se comportar, para dar conta das exigências que aquelas condições momentâneas lhe impõem. Em outras palavras, dizemos, nesta segunda acepção, que o coração é normal porque é capaz de responder *normativamente* – ou seja, não só funcionando como a maioria dos corações funcionaria, mas também sendo capaz de criar para si novas normas de funcionamento se as injunções do meio exigirem. Isto significa que um coração possa estar fora dos padrões objetivamente estabelecidos de normalidade, e ao mesmo tempo estar perfeitamente saudável, por exibir um funcionamento normativo pleno. É a esta propriedade, que só os seres vivos possuem, de modificar-se inventando novas formas de viver, novos padrões de funcionamento, novas maneiras de se relacionar com outros seres vivos e com o ambiente, é a isso

8 CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2006.

que Canguilhem chama de *normatividade vital*. Estar vivo é, em síntese, ser normativo.

Esta noção permite a Canguilhem reorganizar as fronteiras entre normal e patológico, já que, na sua descrição, o que diferencia um estado de outro não é a presença ou ausência de *normalidade*, mas um grau maior ou menor de *normatividade*. A doença é ainda expressão da normatividade vital, mas a expressão de uma normatividade restringida, diminuída, enfraquecida. De modo semelhante, a saúde deixa de ser compreendida como ausência de doenças: como a doença faz parte do horizonte vital de qualquer organismo, ter saúde não é igual a não ter doenças, é poder adoecer, e ser capaz de se recuperar. Ser saudável é poder usufruir de sua normatividade sem se deixar enfraquecer pelas dificuldades que surgem pelo caminho.

O que Canguilhem afirma no campo da vida biológica pode, com as nuances necessárias, iluminar o campo da vida subjetiva. A noção de normatividade se torna uma ferramenta utilíssima, quando se trata de esclarecer os objetivos de uma intervenção como a da Casa da Árvore, e o sentido que idéias como prevenção e saúde mental podem ter neste dispositivo.

A psicanálise, inegavelmente, ao se aproximar de questões como a saúde mental, vai se deter na saúde em seu aspecto normativo, e não em algum modelo de “normalidade mental”. O que interessa para o psicanalista, ao investigar o universo psíquico de um sujeito, é compreender o modo como se estruturam suas normas de funcionamento. A emergência da subjetividade individual se dá justamente pela montagem de uma organização psíquica absolutamente singular, constituída com base em certas normas que caracterizam seu modo peculiar de desejar, de reagir às expectativas dos outros, de lidar com a angústia, etc. Essas normas, como Mc Dougall salienta, são definidas “em função da estrutura edipiana, estrutura normalizante por excelência, no sentido de

que pré-existe à criança e regula as relações intra-subjetivas e interpessoais".<sup>9</sup> Até o quinto ano de vida, são construídas as fundações da saúde mental. É nesse período que devemos buscar as raízes dos problemas psicológicos posteriores. Ao atingir os quatro ou cinco anos, os medos e desejos associados à posição da criança em relação aos pais, ou àqueles que dela se ocupam, tornam-se menos intensos e voltam a se intensificar por volta da adolescência.

Winnicott, em sintonia com a perspectiva canguilhemiana, assinala que a saúde não é uma ausência de sintomatologia e que a normalidade deve ser definida a partir de uma base mais ampla,

que leve em conta os conflitos essenciais, inconscientes no mais das vezes, que pertencem à saúde e que significam simplesmente que a criança está viva e cheia de vida. Quando pensamos sobre doença ou saúde em termos de neurose ou ausência de neurose, partimos do princípio de que a criança alcançou um grau de desenvolvimento no qual faz sentido falarmos de relacionamentos interpessoais. Na raiz da neurose encontra-se a situação triangular: criança, mãe e pai.

Winnicott segue seu raciocínio acrescentando que, nesse momento de triangulação, surgem ansiedades mais intensas que não devem ser confundidas com doenças ou neuroses, mas se devem ao fato de a vida ser difícil para todos

Diagnosticamos neurose e anormalidade somente quando o grau de perturbação está incapacitando a criança, incomodando os pais ou sendo inconveniente para a família. Na prevenção da neurose tentamos dar o que é necessário nos estágios iniciais da primeira infância, onde há muita dependência, e onde a mãe

9 MCDUGALL, J. Em *defesa de uma certa anormalidade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983, p. 174

deita as bases da saúde mental da criança através do que ela faz a partir da sua devoção.<sup>10</sup>

Em síntese, no trabalho na Casa da Árvore, quando falamos em prevenção, é na preservação e ampliação da capacidade normativa das crianças que estamos falando – ou seja, da capacidade de apropriar-se de recursos que lhes são inerentes, e daqueles oferecidos pelo meio, para criar novas normas para enfrentar as diferentes situações de seu cotidiano. Sabemos que determinadas condições de vida tais como saúde, educação acesso à cultura e ao mercado de trabalho propiciam bem-estar ao sujeito. Essas condições, por si, só não lhe asseguram o desenvolvimento de seus potenciais subjetivos nem o desenvolvimento criativo de seu relacionamento com o meio ambiente, mas a sua ausência (como é o caso nas comunidades nas quais se inserem as Casas) certamente aumenta as dificuldades a serem enfrentadas, intensifica o sentimento de exclusão, multiplica as fontes de frustração, inibe as possibilidades de expansão criativa. Na Casa da Árvore, tentamos criar um espaço partilhado onde os frequentadores têm a liberdade para viver as próprias experiências com espontaneidade e criatividade.

#### No cotidiano da Casa

Para ilustrar o que queremos dizer, comentaremos, a seguir, algumas situações que retratam o dia-a-dia na Casa da Árvore.

Um certo dia, na Casa da Árvore do Chapéu Mangueira, uma mãe que frequentava com certa assiduidade os plantões reservados às crianças pequenas, relatou que finalmente havia decidido se separar do pai das suas filhas, mas que não pretendia contar

10 WINNICOTT, D. W. *Da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2000, p. 417.

nada para elas. Segundo ela, o pai não faria falta, pois era uma figura ausente, apesar de viver com elas:

As filhas não precisam mesmo dele porque ele trabalha muito e nunca está em casa quando elas estão acordadas. Nos fins de semana, vive bêbado e não dá a mínima atenção para as duas. Eu não preciso do dinheiro dele porque estou na casa dos meus pais, e logo vou começar a trabalhar na barraca deles na praia. Meu irmão mais velho parece mais pai delas do que ele, então pra que eu preciso dele?

Ao ouvir este desabafo, o profissional do plantão começou a falar sobre a importância de ela conversar com as filhas sobre a separação – de uma maneira que elas pudessem entender o que estava acontecendo, já que uma tinha 4 anos e a outra apenas 1 ano e 9 meses. Ela se surpreendeu: “Falar com as duas? A menor não entende ainda nada, e a outra é tão agarrada a ele que eu tenho medo dela ficar com raiva de mim, ou de ficar muito triste”. A fala do psicólogo é um exemplo típico de intervenção que visa colocar a criança em um lugar de sujeito pleno, com o direito de saber o que ocorre no âmbito familiar. Ao dirigirmos a palavra à criança e à mãe, estamos introduzindo a discussão de um assunto importante que, se for omitido, possivelmente terá conseqüências traumáticas. Não podemos garantir os efeitos dessa intervenção, mas acreditamos que “os não-ditos e os segredos são mais danosos ao psiquismo do que a elucidação dos fatos, conforme eles se desenrolam”.<sup>11</sup> O mais importante é sempre preservar e estimular a capacidade de todo ser humano – e mesmo crianças, que estão em fase de formação – de enfrentar o que quer que a vida apresente como desafio, obstáculo ou problema. E isto só se

11 ROSA, M.D. *Histórias que não se contam: o não-dito e a Psicanálise com crianças e adolescentes*. São Paulo: Cabral Editora, 2000.

alcança se a estratégia do segredo como medida de proteção der lugar a uma atitude que – respeitando as condições próprias de cada idade – situe a criança na posição de sujeito.

A filha menor, de menos de 2 anos de idade, tinha dificuldade em se desgarrar da mãe para brincar com as outras crianças na Casa. A todo instante chorava e, cada vez que isto acontecia, sua mãe, mecanicamente, lhe oferecia o seio para mamar. Poucos instantes depois, ela largava o seio e se dirigia para a irmã que estava brincando de casinha com alguns outros. Jogava as panelinhas, pratos com comidinha no chão e começava a chorar. De novo, a mãe lhe dava o peito.

Ao ser interrogada sobre essa maneira de agir, a mãe afirmou que a filha não gostava de comida, por isso tinha de alimentá-la ao seio inúmeras vezes ao dia. A psicóloga se dirigiu à pequena menina repetindo o que a mãe havia dito, mas introduzindo um questionamento: “Sua mãe está dizendo que você não gosta de comida, só de mamar no peito, como é isso?” Imediatamente, ela largou o seio, e se dirigiu para o pátio onde brincavam outras crianças. Desencadeou-se, a partir deste ponto, entre a psicóloga e a mãe, uma conversa sobre desmame, separação mãe-filha, e assuntos afins.

A Casa da Árvore procura se apresentar para os pequenos como um espaço intermediário entre a casa e a escola, um lugar onde podem se preparar para fazer a passagem da vida familiar para o mundo social, adquirindo segurança para serem elas mesmas, assumindo uma vida com maior autonomia, sem a presença constante dos pais. As crianças brincam entre si, enfrentam situações de disputa, relacionam-se com outros adultos, mas ainda sob o olhar de algum responsável afetivamente ligado a elas. A intervenção da psicóloga, embora tratasse explicitamente de comida, visava, na verdade à relação de dependência e enclausuramento a que pareciam condenadas mãe e filha. Apontar, de algum modo

para isto, revelar a percepção de que isto podia ser questionado, pode ter aberto uma fresta naquele campo subjetivo fechado, por onde a criança se esgueirou para fora.

Todo sujeito necessita de alguém que o reconheça e lhe dê atenção ao falar. Isso gera confiança e apazigua a angústia. Dolto chega a afirmar que “alguns transtornos psíquicos são resultado de uma falta de comunicação simbólica precoce e dos efeitos que não ficam resolvidos pela palavra, da emergência do sofrimento face aos acontecimentos vivenciados”<sup>12</sup>.

Cecília e Edson, frequentadores assíduos da Casa da Árvore do Chapéu Mangueira, criaram um vínculo intenso conosco. Num dos plantões, Cecília, de 6 anos, disse que nesse dia queria apenas conversar, e pediu aos psicólogos que se sentassem com ela para poder discutir uma situação. Relatou a situação de vida familiar, em que o pai vivia em outro estado, separado da mãe, ressaltando que isso a incomodava muito. Sentia muita falta da presença do pai e contou que apenas o irmão, uma vez por ano, ia visitá-lo. A psicóloga passou a mostrar para Cecília a importância de ela falar sobre esse assunto com a própria mãe e com o pai, para que pudessem encontrar alguma solução para esse caso.

Nos plantões que se seguiram, este tema se tornou recorrente, e a posição da equipe sempre foi a de estimulá-la a conversar com a mãe sobre sua vontade de se encontrar com o pai. Cecília compareceu com a mãe à Casa, e esse tema foi novamente trazido à baila. A mãe falou sobre seus temores de que a filha decidisse morar com o pai, que possuía melhores condições financeiras. Ela acreditava que devia postergar a ida de Cecília até que ela estivesse “mais amadurecida para tomar uma decisão”. Os temores da mãe foram ouvidos pela equipe e discutidos na presença da filha, que

12 DUMAS, S. *La Maison Verte, une création de Françoise Dolto*. 1997. [www.psicomundo.org/dolto/texto/dumas.htm](http://www.psicomundo.org/dolto/texto/dumas.htm)

pôde se colocar reafirmando o desejo de apenas visitar o pai e retornar para casa. O trabalho dos profissionais foi o de acolher as inseguranças da mãe frente ao desejo da filha, promovendo o diálogo entre ambas. Com o esclarecimento que a mãe deu sobre as razões que tinha para impedir que ela visitasse o pai, Cecília pode desmistificar o motivo desta negação. Meses depois, às vésperas das férias escolares, Cecília compareceu à Casa muito contente por estar finalmente viajando para visitar seu pai.

Sabemos que as fantasias infantis tornam-se monstruosas frente ao desconhecido e aos não-ditos. Colocando-as em palavras, passa-se a poder lidar com a realidade de uma forma menos angustiante. Acreditamos que o dispositivo de acolhimento e escuta da Casa da Árvore criou condições de segurança, respeito e compreensão que permitiram a Cecília poder falar dos seus anseios ajudando-a a encaminhar seu desejo. Na Casa da Árvore, estimulamos a criança a encontrar seu capital mais precioso, a certeza de seu valor pessoal, certeza esta que lhe dá sua extraordinária potência de adaptação a toda situação.

Uma das maiores preocupações de Dolto se relacionava com a prevenção da violência que, conforme descreve Jerusalinsky<sup>13</sup>, emerge “quando o sujeito não encontra nas vicissitudes e nas repercussões do seu dizer a significação necessária para legitimar sua própria ação, e não acha reconhecimento do outro para garantia do seu ser”. A psicanálise ensina que podemos intervir mudando o olhar da família sobre a criança, mostrando a importância que a história familiar tem para todos. Uma das razões que podem levar à violência é a impossibilidade de a criança expressar em palavras seus conflitos internos e externos, que acabam se trans-

13 JERUSALINSKY, A. “Somos todos violentos”, in: *Psicanálise em tempos de violência*. Revista da APPOA, Porto Alegre, n. 12, Artes e Ofícios Editora, p.9. 1996.

formando em ato. Assim, ao oferecermos condições para que ela fale de seus sofrimentos, acolhendo-a e favorecendo a colocação de palavras no lugar da mudez com que tenta ocultar seus conflitos, estamos trabalhando preventivamente. Quando é possível colocar cada criança e cada adulto em posição de sujeito, estamos reconhecendo-os, dando-lhes visibilidade e permitindo que expressem suas vivências num processo de simbolização amplo.

Um problema recorrente nas Casas são os episódios de violência entre as crianças. Quando tomada numa perspectiva mais ampla, esta violência se mostra ancorada numa paisagem social que contém fortes estímulos ao seu aparecimento. A questão da invisibilidade social é apontada por Soares<sup>14</sup> como um dos possíveis operadores para o desenvolvimento de comportamentos violentos entre crianças e adolescentes em nossas metrópoles. Estes atos seriam a maneira encontrada pelas crianças e adolescentes para chamar a atenção para sua existência, para se reivindicarem participantes de um mundo que os exclui de todas as maneiras.

Os meninos impõem o medo para alcançar o reconhecimento de sua presença, para readquirir visibilidade, identidade interativa na dialética dos encontros humanos. A violência dos jovens, nesse caso, é o esforço desesperado de reconstrução do *self*, esmagado pela negação social mais drástica, aquela que superpõe, à discriminação de classe, o estigma da cor. O processo de afirmação da auto-estima através da violência corresponde ao percurso de um atalho pelo avesso da relação interpessoal.<sup>15</sup>

14 SOARES, L. E.; BILL, MV; ATHAYDE, C. *Cabeça de Porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

15 SOARES, L. E. *A segurança pública como questão das esquerdas*. Apresentação no Fórum Social Mundial, em 29 de janeiro de 2001, p.1-2. Disponível em [www.luizeduardosoares.com.br/docs/questao\\_esquerdas.doc](http://www.luizeduardosoares.com.br/docs/questao_esquerdas.doc).

A fome de sentido, de valor e de reconhecimento é muito mais profunda que a fome física. Só se alcança ser alguém pelo olhar de reconhecimento e valorização do outro. Como diz Winnicott, uma vida sem sentido, que não é percebida como valendo a pena ser vivida, a percepção de inutilidade da própria existência, é mais devastadora psicologicamente do que o próprio medo da morte. E o sentido de reconhecimento pessoal, assim como a valorização da própria experiência dependem da existência de um outro que sustente esta operação subjetiva.

Durante uma briga num plantão do Chapéu Mangueira um garoto de 11 anos, Luiz, acusava o outro de 8 anos, Guilherme, de ter derrubado uma casa de acrílico pesada em cima dele. Embora Guilherme dissesse que não havia sido propositalmente, Luiz não concordava e repetia sem cessar que iria bater nele, gritando com raiva e, ao mesmo tempo, pegando brinquedos e atirando tudo com força no chão. Tentativas de conversar com ele em particular não estavam tendo êxito, até ele dizer que chamaria seu irmão mais velho em casa para defendê-lo. Luiz estava totalmente transtornado e foi contido por uma profissional que o segurou firme nos braços e, olhando-o, lhe disse que iria acompanhá-lo até sua casa para poderem conversar, então, os três juntos. No caminho, Luiz falava sobre o episódio de forma acelerada, sem se importar com a fala que lhe era dirigida. Gritava ao dizer que iria à casa de Guilherme para destruí-la. Continuou por algum tempo muito encolerizado. A psicóloga tentava contê-lo pedindo-lhe para falar mais sobre o que ele estava sentindo e sobre como era essa raiva. Diante de um “sei lá, como assim?”, a psicóloga decidiu falar de situações onde *ela própria* se percebera tendo muita raiva de certas pessoas. A partir desse instante, Luiz passou a se interessar pela conversa, querendo saber mais e perguntando como ela reagia diante desse tipo de situação. Ali começou a possibilidade de construção de um campo comum, um espaço de uma conversa, no qual o confronto

e a oposição puderam ceder lugar à curiosidade e à aproximação. Falando de seus próprios sentimentos, a psicóloga conseguiu oferecer exemplos nos quais Luiz curiosamente também podia se reconhecer, retirando-o do isolamento em que a fúria o havia enclausurado. Ao se descrever vivendo uma experiência parecida com a que Luiz vivia, ela permitiu que Luiz se identificasse com ela e percebesse a existência de vários outros modos de lidar com a raiva e a frustração.

Ao ser indagado sobre como era sua família, e sua casa, já que toda sua agressividade tinha como pano de fundo a “casa” (casa de acrílico, de Guilherme, sua própria casa), Luiz começou a falar mais de si e de suas insatisfações. Aos poucos, foi se acalmando e pediu para voltar para a Casa da Árvore prometendo ficar bem. O que de fato aconteceu. Luiz acabou encontrando também uma maneira diferente de funcionar frente à situação que o atormentava. Não se trata exatamente de dizer que ele tenha resolvido o conflito que o afligia. Isso certamente exigiria um trabalho de elaboração mais continuada – que naquele momento não era possível acionar. Mas o simples fato de abrir um horizonte de possibilidades onde antes parecia haver uma única saída – a passagem ao ato, permitiu a Luiz se situar de modo diferente, com um pouco mais de autonomia, em relação a seus problemas. É a este tipo de efeito que nos dirigimos, quando descrevemos a ampliação da normatividade dos pequenos sujeitos como objetivo de nosso trabalho. E são aos resultados benéficos deste tipo de atuação que atribuímos um valor preventivo.

Citaremos agora a história de Beatriz, 12 anos, e sua irmã Janaina, 9 anos, que freqüentam a Casa do Turano. Elas pertencem a uma família de 4 irmãs, cada uma de um pai, sendo que a mais velha foi morta por estar envolvida com roubos na comunidade. Esse assassinato marcou sobremodo a família, e é tema recorrente em suas conversas. Em casa, o nível de violência descrito pelas

meninas é grande, e parece que as coisas são sempre resolvidas através de violência física. Beatriz costuma discutir suas questões afetivas, namoros e a relação com os meninos. Chegou à Casa e buscou, desde o início, uma psicóloga para contar o que estava se passando em sua vida, e gostava que todos prestassem atenção e participassem dos relatos.

Em contrapartida, Janaína, a irmã menor, geralmente chegava agitada, como se a única forma possível de se relacionar com o mundo fosse por meio de provocações e agressões. Buscava qualquer motivo para iniciar uma briga. Quando chegava, todos diziam: “lá vem ela criar confusão”. No início, nos perguntávamos como acolhê-la sem ficar numa posição de educadores, reprimindo seu comportamento – uma atitude que, de qualquer maneira, se mostrava inútil, já que ela não tomava conhecimento do que dizíamos. Fomos aos poucos tentando nos aproximar dela, mostrando nossa preocupação, mostrando como deveria ser difícil para ela ter de lidar com um entorno tão violento, e como ela tinha que se colocar permanentemente numa posição defensiva. Valorizávamos suas aproximações em relação ao grupo. Aos poucos, Janaína foi chegando mais tranqüila à Casa, passando a usufruir do espaço de uma forma criativa. Chegou inclusive a criar um balanço com uma corda que todas as crianças presentes disputavam. Organizou a utilização do balanço e estava toda orgulhosa em relação a seu feito.

Com o tempo, observamos uma grande mudança na maneira como Janaína chegava à Casa da Árvore. Cremos que nossas intervenções tenham contribuído para que ela pudesse ver a si mesma como responsável pelas suas ações, podendo integrar-se com o grupo, criar novos laços sociais, usando sua agressividade de forma não violenta, nas iniciativas que passou a tomar, na liderança que passou a exercer.

Nem sempre, porém, as intervenções realizadas trazem

resultados satisfatórios como esses apresentados até aqui. Como dissemos anteriormente, podemos e devemos apostar, mas não temos como garantir os efeitos de nossa atuação.

Julia começou a freqüentar a casa aos 11 anos, e veio acompanhada de sua irmã, Marcela, de 10 anos. Apesar da pequena diferença de idade entre as duas, Julia sempre fora a pessoa encarregada de todos os serviços domésticos. Chegava mais tarde porque tinha ficado arrumando a casa, e muitas vezes saía mais cedo para voltar às tarefas domésticas. Reclamava com freqüência desse lugar que ocupava na família e, geralmente, chegava aos plantões numa atitude de confronto ostensivo em relação a nós, fazendo críticas diretas a cada um dos profissionais: “Você está tão gorda!”, “Você é velha”... Diante de comentários como esses, a equipe tentava mostrar a ela que aquela raiva dirigida a nós e à Casa, talvez se endereçasse, na realidade, a outras pessoas e situações. Em algumas ocasiões, Julia conseguia reverter essa raiva e passava a ter uma relação conosco muito afetiva. Sua conduta oscilava a cada plantão. Nossa insistência em criar um vínculo afetivo com ela era constante. Apesar da atitude ostensiva de confrontação, Julia sempre freqüentava a casa, o que sinalizava um desejo de lá estar. Ela esteve conosco, até quase completar 13 anos. Depois disso, no entanto, soubemos, pela irmã, que havia fugido de casa para morar na rua, e perdemos contato com ela. Não soubemos, ou não nos foi possível, oferecer a ela um caminho diferente. Ela se viu entre a casa e a rua. Preferiu a incerteza e os riscos da rua, ao que lhe parecia a certeza de um destino indesejado, em casa.

Na Casa procuramos oferecer acolhimento e escuta; quando fazemos intervenções, procuramos sempre fazê-las com o intuito de que as crianças sejam vistas – e se vejam – enquanto sujeitos com desejos e caminhos próprios. Jamais temos a certeza de que o que fazemos trará os efeitos que desejamos: sustentar o processo

de desenvolvimento das crianças, apoiar as mães no enfrentamento das dificuldades que sua posição lhes traz, e reduzir as chances do aparecimento de problemas futuros pelo fortalecimento e ampliação da capacidade normativa dos pequenos e dos adultos que nos procuram. Mas esta impossibilidade de garantia não é um impedimento ao trabalho, e sim uma indicação de sua natureza. Na falta de certeza, o que nos cabe é sempre uma aposta.



# A Casa da Árvore nas creches

*Daniela Albrecht e Julia Milman*

## **Aproximações com o universo das creches**

Em 2003, a Casa da Árvore, já em funcionamento desde 2001, foi convidada para desenvolver um trabalho numa creche comunitária. O convite aconteceu devido à experiência que o trabalho já vinha construindo junto à infância e seus responsáveis, no contexto de favelas cariocas – um trabalho que parte de um referencial psicanalítico, mas que utiliza como dispositivo um espaço intermediário entre o mundo privado e o social, e não o consultório particular.

O contato com creches comunitárias já havia começado a se estabelecer, entretanto, antes mesmo de tal convite. Com o desenvolvimento do trabalho dentro das favelas, a equipe começou a buscar parcerias, por intermédio das Associações de Moradores, com outros dispositivos de atenção à infância nas comunidades. Esta ação foi pensada a partir da preocupação em construir uma articulação entre tais dispositivos, visando incrementar uma rede capaz de pensar conjuntamente estratégias de amparo à criança moradora destas favelas. Além disso, também nos aproximamos de questões relacionadas ao universo das creches por meio do relato dos frequentadores da Casa. Em nossas buscas e em tais relatos, observamos que as creches constituíam um dos poucos dispositivos de atenção à infância com os quais a população dessas comunidades podia contar. Foi por esse caminho que as

creches comunitárias conheceram o trabalho da Casa da Árvore, e que nós, concomitantemente, começamos a nos envolver com este universo.

Essa troca fez com que tomássemos conhecimento de algumas histórias exemplares da situação dessas instituições, histórias que podem ilustrar o campo em que começamos a transitar.

As creches comunitárias são instituições que se estabelecem por intermédio de convênios firmados com uma gama de instituições privadas, públicas e filantrópicas. São administradas, em geral, por instituições religiosas, associações filantrópicas ou organizações não-governamentais. Recebem em alguns casos, entretanto, subsídios do governo, de diferentes formas, como por exemplo o fornecimento de alimentação, a ajuda em espécie ou, ainda, o aval para serem instaladas em prédios da Prefeitura. Tais parcerias, no entanto, têm se mostrado, com frequência, bastantes frágeis. Um caso exemplar desta fragilidade ocorreu quando uma creche em que a Casa da Árvore estava iniciando um trabalho junto à equipe foi fechada repentinamente, a pedido dos próprios financiadores, em virtude de um “remanejamento de verbas”. A decisão deixou 40 crianças, no meio do ano letivo, sem ter para onde ir. A justificativa, na ocasião, foi a prioridade que decidiram conceder a trabalhos com adolescentes e suas famílias. Cabe ressaltar que esta decisão foi tomada logo em seguida à veiculação pela mídia do filme *Falcão - Meninos do tráfico*<sup>1</sup>, que mostra

1 *Falcão - Meninos do tráfico* é um documentário produzido pelo rapper MV Bill, pelo seu empresário Celso Athayde e pelo centro de audiovisual da Central Única das Favelas. Retrata a vida de jovens de favelas brasileiras que trabalham no tráfico de drogas. A produção independente se tornou popular principalmente por sua transmissão no programa *Fantástico*, mais que conhecido programa semanal da TV Globo. O documentário foi realizado entre 1998 e 2006, quando os produtores visitaram diversas comunidades pobres do Brasil. A repercussão do documentário no país foi grande, tendo sido largamente comentado e discutido.

adolescentes em envolvimento com o tráfico de drogas e relaciona implicitamente tal envolvimento à desestruturação familiar. Não queremos diminuir a importância do alerta a que o filme se propôs, nem tampouco hierarquizar prioridades de cuidado, mas ilustrar a fragilidade e a carência de estruturas de assistência à população pobre. Parece sempre que o lençol é pequeno: puxa daqui, descobre lá. Este episódio exemplifica também o quanto, em muitos casos, a responsabilidade social, ou a *nova filantropia*, acaba por expor esta parcela da população às exigências do mercado e às prioridades impostas pela mídia.

Há ainda ocasiões em que o próprio Governo é ator da ação desestruturante. A Prefeitura do Rio arcava com as despesas da merenda escolar de uma certa creche comunitária. Ao término do prazo de um ano – sempre renovado anteriormente –, sem mais explicações, a Prefeitura alegou necessidade de redução de verbas e a falta de cumprimento, por parte da instituição, de algumas exigências. A partir daí, simplesmente, deixou de fazer o repasse. Resultado: 30 crianças sem alimentação. De uma hora para outra, a creche foi obrigada a sair em busca de soluções de emergência, por meio de doações particulares, para cobrir a despesa imediata, sem a garantia de conseguir dar sustentação ao programa.

A história das creches comunitárias, felizmente, é feita também de episódios mais animadores. A única creche gratuita da Ilha da Conceição, Niterói – onde a Casa da Árvore mantém, desde 2004, um espaço que atende crianças de até 6 anos e suas famílias – foi administrada durante 20 anos por uma entidade filantrópica formada por 40 senhoras da elite carioca, que também eram responsáveis por mantê-la financeiramente. Apesar do aparente bom funcionamento da instituição, ouvíamos seguidas reclamações no sentido de que “só entrava na creche aqueles com quem a diretora ia com a cara” (sic) e de que havia falta de planejamento pedagógico das professoras. Importante observar que

as pessoas que trabalhavam na creche eram todas moradoras da comunidade. O prédio em que funcionava, no entanto, pertencia à Prefeitura, a qual, após realizar algumas reformas na área da educação, decidiu retomar a responsabilidade pela creche.

O período de transição durou pelo menos um ano. A Prefeitura entrou com uma ação na Justiça, que era sempre contestada pelos advogados da antiga administração. Evidentemente, esta movimentação provocou muitas reações nas mães, nas crianças e nas educadoras. O medo da mudança assolava a todos. Houve passeatas, abaixo-assinados, mas a Prefeitura se manteve firme na decisão e, em meados de 2006 (meio do ano letivo), a nova equipe contratada pelo governo ocupou o espaço.

A expectativa para o resto do ano era de muita confusão: readaptação das crianças, das mães, e o desafio das novas profissionais de ocupar os empregos de pessoas da comunidade e o cuidado com suas crianças. No entanto, para surpresa de todos, a nova administração se mostrou, além de mais democrática no acesso a vagas na escola, mais implicada no processo de formação das crianças e mais disponível para conversar a respeito das dúvidas das mães. Segundo estas relatam, a diferença de administração foi percebida rapidamente no desenvolvimento de seus filhos. A Prefeitura incluiu as novas professoras em seu programa de formação continuada, o que parece ter repercutido no modo de pensarem sobre a importância de seu trabalho. Não houve nenhum olhar, entretanto, para a situação em que passaram a se encontrar as novas educadoras, desempregadas a partir de então.

Por outro lado, é preciso destacar que as creches comunitárias surgem de iniciativas das classes pobres para dar conta da omissão do Estado no que se refere aos serviços de infra-estrutura básica em áreas como saúde, habitação e educação. A organização das comunidades em torno de soluções que viabilizem a sua sobrevivência – soluções para questões como, por exemplo, o cuidado e a

guarda das crianças –, culmina na construção de estratégias que podem ser pensadas como estratégias de emancipação comunitária. Assim, é preciso certa cautela ao intervir neste campo, para que não acabemos despotencializando estratégias emancipatórias. Dessa maneira, procuramos atender a demanda que nos era dirigida, reconhecendo, entretanto, desde o início, alguns limites para nossa intervenção. Começamos, então, a pensar com que instrumentos poderíamos realizar um trabalho com os pressupostos éticos da psicanálise, que sustentavam nossa prática, dentro de uma instituição educacional absolutamente singular por estar inserida em uma comunidade favelada.

#### **Possíveis relações entre o trabalho da Casa da Árvore e as creches comunitárias**

A Casa da Árvore, como já exposto, se inspirou inicialmente na Maison Verte, espaço definido como intermediário entre as relações privadas do lar e os encontros sociais do mundo público. Intermediário, portanto, entre o ambiente doméstico e a creche. Direcionando o acolhimento para a criança de até quatro anos, acompanhada, as estruturas Dolto visavam intervir em um momento anterior à separação entre estes. Ou seja, um momento que precedesse a ampliação da rede social da criança que se dá, normalmente, com sua entrada na creche. Esse foco de trabalho baseava-se na observação de Dolto de que a maneira como esta separação é feita, muitas vezes de forma brusca, acarreta, frequentemente, a instauração de nós subjetivos. Como consequência de uma separação violenta, Dolto apontava possíveis problemas de aprendizagem e de integração social.

Com o decorrer das experiências e reflexões, a prática de trabalho na Casa da Árvore foi ampliando sua atuação para além deste momento de vida. Tal ampliação é possível a partir da constatação de que o tipo de trabalho realizado pode ter um

alcance transformador mesmo quando a entrada no mundo social já aconteceu. Isso porque o processo de inserção em redes sociais não se encerra nem se estabelece em um único momento. Ao contrário, acompanha todo o desenvolvimento da criança. Esta vai, paulatinamente, adquirindo recursos que lhe permitem, cada vez mais, se relacionar em sociedade. A construção destas habilidades se dá no interjogo entre as investidas da criança no mundo e as respostas que vai recebendo. Dessa forma, as questões relativas à separação das pessoas que estiveram com os pequenos nos momentos mais iniciais de suas vidas permanecem em jogo em todo processo de socialização e individuação, que se mantém em movimento durante toda nossa vida.

As situações cotidianas e as reflexões que encaminharam a flexibilização frente ao modelo original nos levaram a receber nas estruturas Casa da Árvore crianças de até 12 anos – de 0 a 6 anos, necessariamente acompanhadas de um responsável, e de 6 a 12 anos, sozinhas ou acompanhadas. Este movimento foi acompanhado de questionamentos e produziu ricas construções a respeito do trabalho que vínhamos realizando. A possibilidade de flexibilizar nosso dispositivo de trabalho foi uma importante marca do processo. Nossa aposta é que, para além do espaço físico, sem dúvida importante, é uma determinada disponibilidade de presença humana o que constitui o ambiente capaz de produzir transformações subjetivas.

Essa presença humana se estabelece na Casa da Árvore por meio de instrumentos como a escuta, o acolhimento e a mediação das situações por palavras. Na convivência em um espaço social, situações acompanhadas de sofrimento podem ser partilhadas e trabalhadas, permitindo a construção de outros sentidos.

A noção de *espaço intermediário*, a despeito das transformações ocorridas, permanece central para o trabalho. As questões referentes à intermediação entre o mundo privado e o universo

social, entre a vida íntima e a esfera pública e, em última instância, entre o eu e o não-eu, estarão sempre presentes – sobretudo quando, nos momentos iniciais, como afirma Dolto, a transição não tiver acontecido de forma cuidadosa. As contribuições de Winnicott, nesse sentido, complexificam ainda mais esta noção. Segundo o autor, definir a experiência humana em termos de realidade interna e realidade externa não é suficiente:

A minha reivindicação é a de que, se há necessidade dessa duplicidade [realidade interna e externa] na descrição, há a necessidade de uma descrição tríplice: existe uma terceira parte da vida do indivíduo, parte essa que não podemos ignorar, uma região intermediária de *experimentação*, para a qual contribuem tanto a realidade interna como a vida externa. Trata-se de uma área não questionada, pois nenhuma reivindicação é feita em seu nome, salvo a de que ela possa existir como um lugar de descanso para o indivíduo permanentemente engajado na tarefa humana de manter as realidades interna e externa separadas, e ao mesmo tempo inter-relacionadas.<sup>2</sup>

O convite feito à equipe da Casa da Árvore para desenvolver um trabalho junto a uma creche comunitária coloca em primeiro plano a discussão sobre a intermediação entre o privado do lar e o público da creche. Como Dolto, acreditamos na importância de intervenções anteriores à entrada da criança na creche, no social, e não podemos negar o fato de que, em muitos casos, as crianças são inseridas nessas instituições em idades bastante precoces. Isso significa que a ampliação das relações da criança para além do universo familiar se dá, nestes casos, em um momento em que a presença de um adulto de referência ainda é muito importante

2 WINNICOTT, D. W. "Objetos e fenômenos transicionais" (1951). In: —. *Da Pediatria a Psicanálise*, Rio de Janeiro. Ed. Imago: 2000, p. 31.

para o seu reconhecimento e estruturação – quando, ainda referida principalmente à linguagem corporal, a criança não se comunica verbalmente. Os adultos que estiveram disponíveis para os cuidados com o bebê em seus momentos mais precoces, por sua vez, também vivem, freqüentemente, a separação, que acontece com a entrada na creche, com alguma dificuldade. Tais constatações não são feitas com a intenção de considerar esta inserção boa ou ruim, mas nos colocam a necessidade de refletir sobre seus possíveis efeitos e as estratégias para lidar com eles.

A responsabilidade sobre os cuidados com um bebê é associada, em geral, à privacidade do lar. É à família e, mais primariamente, à mãe (ou sua substituta) que nos remetemos, tanto na psicologia, quanto no senso comum, para pensar esses cuidados. Muito dessa visão se baseia no fato de que, para sobreviver, por ser prematuro física e psiquicamente, um ser humano precisa dos cuidados atentos de um outro. Winnicott vai falar destes cuidados em termos de *provisão ambiental*. Segundo o autor, a partir da interação entre ele e este outro que se apresenta disponível, o bebê vai adquirindo habilidades, subjetivas e objetivas, como o controle dos esfíncteres, por exemplo, que lhe permitem, aos poucos, se relacionar com o mundo social.

Seguindo o pensamento de Winnicott, é imprescindível a presença de alguém que se empresta para uso pela criança, para que o desenvolvimento se dê de modo saudável. Assim, para a criança muito pequena – imersa numa rede mais ampla do que a familiar (como acontece na creche) –, os cuidados de um adulto atento vão continuar sendo determinantes. A reflexão sobre o modo como no espaço da creche tais cuidados vão ser administrados torna-se, então, fundamental.

Uma primeira discussão refere-se à participação em um espaço institucional, como a creche, na qual existem regras a serem cumpridas por todos, como os horários de refeição e sono, e nos

cuidados precoces com as crianças, quando estas ainda precisam, em muitos momentos, de atenção particular. Ainda que muitas crianças passem a maior parte de seu tempo nestas instituições, muitas vezes continua-se atribuindo exclusivamente à privacidade do lar a responsabilidade pela formação dos pequenos. Em outras palavras, os pais, por mais que dividam com as creches o cuidado cotidiano com as crianças, continuam imaginariamente como únicos responsáveis por esse cuidado. Delegamos a um ambiente institucional – em função de transformações sociais mais amplas, como as relativas à inserção da mulher no mercado de trabalho – uma tarefa que, em geral, ainda é pensada apenas como privada. Desta forma, os pais, culturalmente responsáveis pelo cuidado de seus filhos, são *culpabilizados* por um imaginário social que ainda pensa o ambiente doméstico como mais adequado para o desenvolvimento infantil. Guimarães (2006) coloca que mesmo frente

a avanços na percepção da creche e de toda a transformação socio-cultural do papel da mulher, mãe e trabalhadora na estrutura social (...) o senso comum ainda percebe a creche como local para guarda do filho enquanto a mãe trabalha e não como espaço propício da educação infantil. É nesta perspectiva que ainda se observa grande preconceito / acusação às mães que utilizam esse recurso enquanto complemento ao cuidado e educação de seus filhos.<sup>3</sup>

Podemos dizer que esta situação origina certa *desresponsabilização* – tanto por parte dos pais, já que seus filhos passam grande parte do tempo na creche, quanto desta, tendo em vista que a educação das crianças pequenas continua sendo pensada como

3 GUIMARÃES, Renata. *Infância, cidadania e educação: Um estudo da Integração das Creches Comunitárias ao Sistema Municipal de Ensino do Rio de Janeiro*. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. Dissertação de Mestrado em Política Social, p. 52, 53.

uma atribuição do ambiente doméstico – pelo desenvolvimento dos pequenos, decorrente da falta de instrumentos para lidar com esta nova realidade social.

Não se trata, entretanto, de discutir a quem cabe a responsabilidade por formar, se ao mundo público ou ao privado. Trata-se, sobretudo, de refletirmos sobre como, dentro deste contexto, essas duas esferas podem se relacionar. De que maneira, enfim, pode-se contribuir para a criação de laços de segurança que permitam à criança o desenvolvimento para um viver criativo.

As relações que as crianças vão estabelecer na creche junto às educadoras serão determinantes para seu desenvolvimento, tendo em vista que estas também funcionam como adultos de referência. Os profissionais ali presentes, pela função que exercem e pela constância de sua presença, assumem um lugar essencial na formação das crianças. Assim, ainda que na creche os pais não estejam presentes, as crianças estão em companhia de alguém que funciona na sua estruturação como modelo identificatório.

Origina-se desta afirmativa uma segunda questão, relacionada ao fato de o cuidado ser administrado em uma instituição. Qual formação é necessária para habilitar um profissional a assumir esta tarefa? Embora muitas disciplinas, como a medicina e a psicologia, tenham se ocupado de pensar as relações mãe e filho, intervindo sobre estas, o cuidado com as crianças, designado comumente às mulheres, é visto, freqüentemente, como uma função que não exige requisitos específicos, uma função banal e possível de ser realizada por qualquer pessoa. Trata-se de uma visão hegemônica na sociedade e, muitas vezes, entre os próprios profissionais envolvidos com esta prática.

As educadoras das creches comunitárias, em sua grande maioria mulheres, somam a esta desvalorização o fato de pertencerem a uma classe tida historicamente como “inferior”. Cria-se assim um ciclo vicioso: desamparadas no exercício de sua função,

as educadoras de creches comunitárias se vêem, em muitos casos, desprovidas de ferramentas que permitam modificar os mecanismos de exploração e submissão a que estão submetidos, tanto elas quanto os pequenos de quem cuidam.

Atualmente – desde a promulgação de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, quando as creches passaram a ser consideradas, junto com a pré-escola, educação infantil, a primeira fase da educação básica –, tem se discutido o caráter educativo das instituições do tipo creche. A legislação define que as creches devem ter um caráter educativo-pedagógico e, assim sendo, promulgou que até 2007 (!), todas as profissionais que trabalham diretamente com crianças em creches e pré-escolas deveriam ser consideradas professoras e deveriam, obrigatoriamente, ter formação em nível superior, específica na área. Ainda hoje, no entanto, muitas destas profissionais sequer possuem o ensino fundamental.

No que se refere à atenção às crianças, Tatagiba (2006) discute a bidimensionalidade do trabalho desenvolvido pelas instituições de educação infantil: o cuidar e o educar, funções descritas em deliberação do Conselho Municipal de Educação (art. 6o) como indispensáveis e indissociáveis. De acordo com a legislação, é na existência de um projeto político-pedagógico para as creches, no planejamento das atividades diárias e na avaliação do desenvolvimento das crianças que o educar se faz presente. Com relação à dimensão do cuidado, define-se que esta envolve a observação do desenvolvimento das crianças, das atividades relacionadas à alimentação e à higiene (das crianças e do local)<sup>4</sup>.

4 TATAGIBA, Ana Paula. *O que os olhos não vêem: práticas e políticas em Educação Infantil no Rio de Janeiro*. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. Dissertação de Mestrado em Política Social.

A inclusão das creches na educação básica faz com que os projetos educacionais desenvolvidos nestas instituições, bem como seus efeitos e qualidade, ganhem destaque. Sendo assim, a discussão não se restringe à legitimação do direito de acesso – definido na LDB como obrigação do Estado –, encaminha-se também para as práticas da educação infantil. A própria perspectiva da bidimensionalidade do trabalho – educação e cuidado – aparece para nós como um importante ponto de discussão.

A lei estabelece decretos que tomam como uniformes diferentes conformações de creches, ainda que encontremos no funcionamento das instituições realidades bem diversas. Por isso, é preciso compreender as instituições de atenção à primeira infância não como um bloco homogêneo, mas levando em conta suas especificidades históricas e sociais. As mudanças propostas pela nova legislação atravessam as práticas das creches comunitárias sem considerar suas trajetórias, atropelando-as com deliberações e trazendo novos desafios, sem apresentar, no entanto, nenhuma proposta de integração para um cenário que já é bastante fragilizado.

A importância de oferecer acolhimento para os pais e para as crianças, em sua entrada em um universo mais amplo do que o familiar – que em geral se dá com a entrada na creche –, se justifica pelas dificuldades que, freqüentemente, acompanham essa passagem. A entrada de crianças muito pequenas na creche significa que a separação dos adultos que lhe são caros se dá em um momento em que a presença deste adulto de referência ainda é muito importante para o seu reconhecimento e estruturação. Por outro lado, a separação também é vivida com dificuldade pelos pais. Ao mesmo tempo, as educadoras são chamadas a ocupar um lugar na vida das crianças, o que implica em um grande investimento. Contudo, é comum que não recebam suporte ou formação para tal.

A instauração de espaços de discussão e de escuta que per-

mitam acolher em um espaço intermediário questões de ordem coletiva e individual, como acontece na Casa da Árvore, parece uma maneira possível de colocar em movimento situações individuais e sociais que vêm sendo cristalizadas. Entendemos, assim, que o trabalho da Casa da Árvore poderia contribuir para a inserção das crianças nas creches, ajudando a nomear situações e sentimentos vividos, e favorecendo sua entrada nas relações sociais, mas também para fomentar a discussão acerca da formação daqueles que delas cuidam.

### **Em que consiste o trabalho?**

As diretrizes do trabalho da Casa da Árvore nas creches são as mesmas que orientam os dispositivos que se encontram fora de instituições. Baseiam-se em uma determinada ética, que parte de uma concepção de infância na qual a criança é respeitada como sujeito e como alguém que está se construindo como cidadão, dentre outros aspectos, conferindo fundamental importância às relações estabelecidas na primeira infância. No entanto, trabalhamos com a tríade instituição-educadora-criança (e pais), nos posicionando como um elemento de fora que se oferece para interlocução e discussão das dificuldades das situações diárias.

Num primeiro momento, quando a direção da creche Solar Meninos de Luz procurou Lulli Milman, coordenadora da Casa da Árvore, para propor nossa inserção na creche, sua idéia era que fizéssemos um espaço Casa da Árvore dentro da creche. A proposta era que recebêssemos nesse espaço as crianças da instituição em um determinado horário. A coordenadora argumentou, no entanto, que isso seria negar um princípio básico do nosso trabalho que diz respeito à sustentação de certa maleabilidade. Dentro desses moldes propostos inicialmente, a presença seria restrita e, inevitavelmente, se instituiria um controle sobre essa presença, enquanto no nosso trabalho a possibilidade de entrar

e sair, ir e vir, a instauração de um movimento, uma circulação, é ponto fundamental.

A idéia de circulação, ao contrário de estabelecer um lugar institucional bem determinado – que se instalaria, por exemplo, se estivéssemos ligados a um certo espaço físico, e a um horário específico – nos coloca em uma posição bastante incômoda. Mas é a partir da instauração deste incômodo que acreditamos ser possível que o trabalho tenha algum efeito. Cria-se assim um *não-lugar*, que é, justamente, o lugar da transferência.

O que se busca é favorecer a circulação da palavra, ampliando as possibilidades de comunicação. Isso vale para as relações entre as educadoras e as crianças, as educadoras e a instituição, entre a instituição e os pais e, em alguns momentos, entre os pais e as crianças. Observamos, muitas vezes, por exemplo, que se fala na frente da criança como se ela não pudesse ouvir ou entender o que se diz. Embora, para fins didáticos, seja mais clara uma explicação que coloca esses elementos – educadoras, crianças, pais, instituição – separadamente, acreditamos que eles estão inter-relacionados, tendo influência direta de uns sobre os outros.

Junto às educadoras, procuramos nomear o desconforto, tanto delas quanto das crianças, frente aos conflitos, tentando diminuir o sofrimento e buscando soluções. As condições do trabalho a que estão submetidas (longas jornadas cumpridas, em muitos casos, em espaços pequenos e com responsabilidade sobre um número grande de crianças) podem gerar, em alguns momentos, insatisfação. Procuramos estar sempre disponíveis para acolhê-las nestas dificuldades e, ao oferecer um espaço de escuta, abrir encaminhamentos possíveis para estas questões. Não se trata de ensinar técnicas de convivência ou modos de relacionar-se, mas desenvolver em conjunto com as pessoas que ali convivem maneiras de lidar com as dificuldades, tentando construir, junto às educadoras, um sentido para seu trabalho diante de tantos obstáculos.

Além de nos colocarmos disponíveis, acreditamos que proporcionar a troca de experiências entre os profissionais da creche é fundamental para que se chegue a soluções mais coletivas para os problemas cotidianos. Para isso, lançamos mão de alguns dispositivos que incentivam a discussão da prática de trabalho e das relações que se estabelecem na instituição.

Nossa forma principal de atuação, como ressaltamos, consiste em estar presente nos espaços da creche sem, contudo, ter um lugar físico que seja designado especialmente para nós. Assim, as conversas com as educadoras acontecem, principalmente, em encontros no corredor, no refeitório, em suas salas e nos momentos em que as crianças estão dormindo. No entanto, também nos encontramos em reuniões periódicas, que acontecem tanto apenas com as educadoras de cada turma, quanto com o grupo todo. Nestes momentos, além das questões cotidianas, procuramos, junto a elas, pensar temas de interesse para estudo.

As conversas com as educadoras se dão em torno de assuntos bastante diversos, abrangendo desde questões em torno do cuidado com as crianças até as de natureza institucional. Procuramos debater constantemente, por exemplo, a importância de falar com os bebês pequenos, enquanto fazemos as coisas cotidianas, do cuidado. No banho, nas trocas de fralda, na hora da comida, o corpo do bebê está sendo manipulado e, nestes momentos, acontecem trocas afetivas. Assim, o corpo do bebê vai se subjetivando e suas sensações ganhando sentido. Falas simples como: “agora vamos lavar seu pezinho” ou “você chora porque está com fome, mas eu vou lhe dar comida e esta sensação vai passar”, ajudam o bebê a suportar momentos que algumas vezes são vividos com ansiedade.

Isso é válido também para outras atividades que se passam na creche. Observamos o quanto é comum atividades serem propostas sem nenhum tipo de explicação. Muitas vezes são conduzidas de



forma padronizada e burocrática, sem que haja, pelas educadoras, uma reflexão maior sobre o seu sentido, tornando-as meras obrigações, desprovidas de qualquer caráter lúdico. Atividades de motricidade nesta perspectiva, por exemplo, podem acabar se tornando simplesmente um exercício, no qual o que vai ser observado é se determinado músculo está se exercitando, ou determinada habilidade se desenvolvendo.

Uma situação freqüente é as educadoras limitarem as falas que acompanham de ordens a realização de uma atividade. Diz-se, por exemplo: “sentem-se em roda”; distribuem-se papéis: “agora recortem”, e de repente se recolhe tudo: “agora acabou”. Procuramos falar da importância de situar a criança no tempo, falando, por exemplo, o que vai ser feito em cada dia, quanto tempo estarão envolvidas com cada atividade e também sobre o seu sentido.

Uma maneira de construir um sentido que aponte para além do ganho de habilidades motoras, explicação que pouco interessa a uma criança, para uma atividade de recorte, como a que citamos acima, é participar da atividade junto com as crianças. Quando recortamos papéis, podemos criar diferentes formas, colá-los formando um desenho colorido, amassá-los produzindo texturas. Envolver-se com as crianças na atividade, brincar com elas, ajuda-as a construir maneiras criativas de se relacionarem com os objetos que são oferecidos e, conseqüentemente, as envolve mais na realização das propostas.

Outro ponto freqüentemente discutido junto às educadoras é a possibilidade de a criança não participar de alguma atividade. Neste sentido, introduzimos questões como: “será que tem problema se ela não quiser vir?...”. Claro que, se a criança nunca quiser participar, isso pode ser problematizado também, mas respeitar as suas escolhas em alguns momentos pode ser importante.

Segundo nosso ponto de vista, é muito importante que as crianças sintam prazer, que brinquem, ao desenvolver as ativi-

dades que lhe são propostas. Temos buscado formas de construir isso junto a elas, e a nossa participação nestes espaços tem sido pensada como uma possibilidade neste sentido. Em supervisões, discutimos sempre a possibilidade de construir com as educadoras a idéia de que o prazer das crianças nas atividades pode facilitar também a vida delas, já que uma turma com prazer é certamente uma turma muito mais tranqüila. Nesse sentido, procuramos nos envolver também nas atividades, procurando construir com elas outras possibilidades na maneira de conduzi-las.

É claro que falamos de um lugar bastante confortável, de quem não tem que ficar 8 horas diárias dando conta das mais variadas situações com 25 crianças pequenas. No dia-a-dia, as educadoras criam estratégias para lidar com as mais diversas situações, frente às quais nos vemos completamente perdidas. É uma criança que cai e corta a boca, dias em que toda a turma está com diarreia – certa vez, numa manhã, uma educadora fez 40 trocas de fraldas! Saber de quem é cada roupa na hora do banho, cada chupeta na hora do sono, enfim, uma série de detalhes que se tornam tão importantes no cotidiano com crianças. Além disso, vemos que as regras são, em muitos momentos, indispensáveis para viabilizar o trabalho das educadoras, e também são ferramentas fundamentais para o processo de inserção das crianças no jogo social.

Assim, o que criticamos como uma padronização excessiva não pode se confundir com a necessidade de se instituir e seguir determinadas regras. Neste sentido, o debate entre estes dois pontos de vista – o nosso e o das educadoras – pode trazer soluções que levem em conta tanto a ordem necessária para o funcionamento da creche quanto o desenvolvimento das crianças, estabelecendo um diálogo entre o coletivo e o individual, fundamental para o processo de socialização.

Nesta perspectiva, procuramos também colocar em movimento as falas das educadoras sobre as regras da instituição, pois

estas muitas vezes são consideradas empecilhos para seu trabalho. Na creche Casulo Padre Aleixo, é freqüente alguma educadora nos procurar para tratar de assuntos institucionais. Nesse sentido, um tema recorrente nas conversas das educadoras com a equipe de Casa da Árvore foi, durante um período, o incômodo causado pelas freqüentes mudanças de turmas, tanto das crianças, quanto das próprias educadoras.

As educadoras defendiam que as mudanças dificultavam a adaptação das crianças e afetavam seu processo de trabalho. A partir das conversas individuais as encorajamos a levar o assunto para uma reunião geral. O tema foi exaustivamente debatido, pois a direção alegava, sem demonstrar um motivo aparente, a necessidade de fazer essas trocas. Contudo, por meio desse debate foi possível impedir um remanejamento que estava programado para outubro de 2007, ou seja, para o final do ano letivo, quando a direção pretendia fazer um rodízio com todas as educadoras da creche.

Uma dificuldade atravessa, entretanto, todos estes encontros com as educadoras. Como cumprem longas jornadas de trabalho, e se trata de um trabalho cansativo, muitas vezes, permanecer além da carga horária prevista na instituição é muito maçante. A instituição, por outro lado, também tem dificuldade de liberá-las já que, normalmente, dispõe de um número reduzido de funcionários para viabilizar um funcionamento integral. Cabe a nós lidar flexivelmente com esta falta de tempo, tentando buscar soluções criativas.

No que se refere a nossa atuação junto às crianças, nas creches nós procuramos, tal qual na Casa da Árvore, nos dirigir a elas, falando *com* elas e não *sobre* elas. Neste sentido, o trabalho tem como objetivo aumentar as possibilidades de comunicação na relação dos adultos com as crianças e, também, das crianças entre si. Nossos encontros com elas acontecem nas salas, nos espaços de lazer e no refeitório, nestes momentos, procuramos oferecer uma

escuta e acompanhar suas ações com palavras. Em alguns casos, quando – segundo os pais ou nós mesmos – se torna necessário, temos conversas com a participação da criança.

Algumas vezes percebemos, espontaneamente ou por um pedido que nos é dirigido, que determinada criança precisa de um olhar mais particular e atento. Na creche Solar Meninos de Luz, houve uma situação com uma menina que pode ilustrar o que dizemos aqui. Na creche, a fala recorrente era que ela era “autista”. A equipe da Casa da Árvore achou importante se desfazer dessa leitura, para não engessar a criança nela. Acreditamos que o discurso sobre uma criança, feito pelos adultos que são para ela uma referência, constrói também o que ela é e o que vai ser. Em outras palavras, o modo como é lido determinado comportamento também o agencia de alguma maneira. Características ou comportamentos singulares tornam-se, assim, facilmente, marcas ou estigmas que aprisionam tanto as crianças em determinados funcionamentos quanto os adultos no modo de se relacionar com elas. Mudar o discurso sobre uma criança pode ser, então, um primeiro movimento na tentativa de libertá-la de algum ponto em que está aprisionada.

Para tanto, uma pessoa da equipe se colocou em bastante disponibilidade para essa criança, mas tentando ao mesmo tempo, por um lado, não sufocá-la, respeitando o seu tempo, e por outro não marcá-la em nenhuma leitura pronta e fechada sobre o seu comportamento. Percebemos claramente como o fato de a equipe decidir se ocupar dela produziu mudanças bastante significativas em seu comportamento e circulação pela creche. A menina passou a olhar mais para as pessoas, parecia sentir-se mais autorizada a brincar. O que já se organizava como uma “diagnóstico” de uma patologia individual, passou a ser visto como a evidência da necessidade de uma atenção maior do ambiente para com uma necessidade especial daquela criança.

Ainda que fiquemos atentos para demandas individuais, como aconteceu na situação relatada acima, procuramos descolá-las da leitura mais comumente feita de *criança problema*. Isso porque acreditamos que o social e o individual se agenciam mutuamente, não havendo como determinar isoladamente cada uma destas instâncias.

Além disso, o trabalho pretende ampliar ainda a comunicação entre os pais e a instituição. Com esse objetivo, estamos presentes algumas vezes em horários de saída e entrada, disponíveis para conversas, seja marcadas previamente ou não, e participamos de reuniões da instituição com os pais.

Nossos objetivos podem ser resumidos da seguinte forma:

- Possibilitar mais espaços de diálogo entre os profissionais dos diferentes setores da creche – o que se faz necessário para o bom entrosamento da equipe e funcionamento cada vez melhor da instituição;
- Promover a reflexão dos educadores acerca do trabalho que desenvolvem com as crianças;
- Acompanhar o processo de socialização das crianças de forma atenta às singularidades de cada uma, como por exemplo: demandas de acompanhamento psicológico diferenciado, de mudança de turma, de alterações no processo de adaptação etc;
- Promover a circulação da palavra entre as crianças e demais componentes da creche;
- Possibilitar descobertas subjetivas de novas formas de lidar com situações de impasse, entre os diversos atores envolvidos: educadoras, crianças, instituição;
- Promover maior aproximação entre a instituição e os pais;
- Acolher os responsáveis em suas dificuldades referentes aos filhos.



A creche Solar Meninos de Luz (Pavão-Pavãozinho).

No que se refere à metodologia de atuação, podemos sistematizá-la da seguinte maneira:

O trabalho com educadores e responsáveis se dá por intermédio de reuniões de formação periódicas, de encontros solicitados por eles ou pelas psicólogas, ou ainda, das conversas informais do/sobre o cotidiano. Assim como na Casa da Árvore, na creche falamos com as crianças e buscamos acompanhá-las e seus responsáveis nas boas e difíceis passagens da vida. Neste sentido, as atividades previstas são:

- Reuniões de formação realizadas com toda a equipe;
- Reuniões com educadoras por turma;
- Reuniões com pais.

Além das nossas ações no cotidiano das creches, temos uma supervisão semanal que reúne todos os profissionais da Casa da Árvore inseridos nas creches, e procuramos, sempre que julgamos



*Turma da creche Solar Meninos de Luz (Pavão-Pavãozinho).*

necessário, discutir as situações do trabalho com profissionais externos à Casa da Árvore.

Embora a atuação da Casa da Árvore nas creches se respalde em perspectivas mais gerais como apresentamos aqui, o trabalho em cada creche, assim como acontece nos dispositivos fora das instituições, se desdobra no cotidiano de maneiras diferentes. As características específicas do funcionamento e da história de cada creche, bem como as diferentes demandas que nos são dirigidas, delineiam uma forma de atuação para cada instituição.

**Pensando estratégias para a formação dos profissionais de creches: o *I Encontro Casa da Árvore com Profissionais de Creches Comunitárias***

Em 2006 a Casa da Árvore iniciou a pesquisa *Metodologia Inovadora para Prevenção à Violência e Promoção de Saúde Mental em Comunidades no Rio de Janeiro* tendo como objeti-

vo a investigação do impacto da atuação proposta pela Casa da Árvore. Através do desenvolvimento da pesquisa, aliado à prática de trabalho, pretendeu-se a disponibilização de material de referência para programas de intervenção social e como instrumento de formação de recursos humanos nas áreas da saúde, educação e assistência social. Dentre os objetivos específicos da pesquisa, incluiu-se a sistematização de um dispositivo de formação para profissionais de creches a partir do trabalho que já vinha sendo realizado dentro dessas instituições.

Conferindo fundamental importância para troca de experiências e debates entre profissionais envolvidos com este trabalho, uma das ações programadas foi o *I Encontro Casa da Árvore com profissionais de creches comunitárias*. A idéia inicial era convidar para o Encontro os profissionais das instituições em que estávamos inseridos, mas, diante da grande procura espontânea, decidimos ampliar o número de participantes. O evento acabou contando, para nossa surpresa, com a participação de 100 profissionais de creche, entre educadoras, crecheiras e coordenadoras, e também de 22 profissionais da Casa da Árvore.

A dinâmica que seguimos para a realização do Encontro baseou-se em um levantamento prévio, realizado por meio dos formulários de inscrição, dos temas que as educadoras avaliavam como relevantes para discussão, tendo surgido com maior destaque os temas da agressividade e da sexualidade. O encontro teve início com a palestra realizada pela coordenadora de uma creche situada dentro da Fiocruz, ocupando toda a parte da manhã. Na parte da tarde, nos dividimos em 6 grupos de discussão, metade dos quais discutiríamos o tema da sexualidade, enquanto a outra metade se ocuparia do tema da agressividade. Cada um dos grupos contava com duas mediadoras da equipe da Casa da Árvore e uma relatora. Após esse momento, nos reunimos em uma grande

plenária, na qual as relatoras expuseram as principais questões surgidas nos grupos menores.

Alguns pontos se destacaram nestas discussões, dentre os quais a semelhança entre os impasses relatados, a precariedade de recursos humanos e materiais, a dificuldade em lidar com os pais e o grande interesse e a satisfação de poder ver essas questões compartilhadas. Nesse sentido, chamamos atenção para a falta de espaços de acolhimento para as dificuldades cotidianas da creche, seja dentro das próprias instituições, seja fora. Em muitos momentos tivemos falas emocionadas, relatando a desvalorização com que a profissão é vista e a felicidade de estarem sendo ali reconhecidas no seu lugar de profissional.

Não há como construir um modelo universal para a formação de profissionais de creches, que pudesse ser utilizado do mesmo modo em todo o país. Mas o sucesso da iniciativa certamente nos convenceu de que, qualquer que seja o contexto em que programas deste tipo sejam realizados, a criação de espaços de acolhimento e troca para os profissionais é indispensável. Afinal, assim como para os pequenos que a elas são entregues, também as profissionais que trabalham em creches precisam ser alvos de estratégias de educação e cuidado.

### Outras leituras

TAVARES, Maria Tereza Goudard. "A visibilidade que (quase) ninguém vê: a relação entre etnia, pobreza e exclusão na trajetória das creches comunitárias nas favelas cariocas". *Cadernos Cedes..* Campinas: Papirus, n. 38, p. 84-99, ago. 1998.

NUNES, Deise. *Da Roda à Creche: proteção e reconhecimento social da infância de 0 a 6 anos*. Tese de Doutorado. UFRJ, 2000

MARTINS, Maria Cristina. *As escolas e as creches comunitárias nas favelas do Rio: uma história de "correr atrás" da escola*

*contra o jogo do “é pegar ou largar”*. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992. Dissertação de Mestrado em Educação.

KUHLMANN JR., Moysés. *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2001.

KRAMER, Sonia. *A Política Pré-Escolar no Brasil: A arte do disfarce*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Dois Pontos, 1987.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

DOLTO, Françoise. *As Etapas Decisivas da Infância*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

## Apêndice

### A noção de transferência

*Paula Paiva Chaves*

A transferência é um dos conceitos chave para se compreender o funcionamento do tratamento analítico, e foi discutido por Freud sobretudo em seu texto “A dinâmica da transferência”. Segundo Freud, cada indivíduo possui formas de se relacionar, de estabelecer vínculos afetivos, de acordo com fatores inatos e influências sofridas durante os primeiros anos de vida (mais especificamente nas relações com o pai, mãe e irmãos.) Durante a análise, na relação transferencial, o paciente deslocará afetos inconscientes para a figura do psicanalista.

O indivíduo, repete, no processo analítico, não só os afetos como também a forma de expressá-los a um outro, atualizando assim a realidade do inconsciente. A partir desta atualização se criarão novas formas de lidar com suas dificuldades e suas experiências. A transferência é a base do tratamento analítico. Mas estas repetições de padrão de relacionamento não ocorrem neste dispositivo terapêutico. Na verdade, ocorrem na vida cotidiana e, por isto, um olhar atento às suas manifestações pode favorecer a elaboração de questões que de outro modo dificilmente viriam à tona.

Quando falamos em transferir afetos, nos referimos, naturalmente, tanto aos afetos amistosos, o amor, como aos afetos hostis, o ódio. A vivência e expressão de tais afetos estão baseados nas primeiras relações estabelecidas pelo sujeito com o mundo, ou

seja, com a mãe, o pai, com os adultos encarregados dos primeiros anos de vida. A maneira como cada um vive o conflito entre estas forças antagônicas – conflito próprio à condição humana – e a forma com que os adultos o recebem, serão decisivos na construção de cada sujeito. Desta dinâmica resulta o recalque daquilo que nos é insuportável, que assim se torna inconsciente. Na relação analítica, os elementos recalcados vêm à tona e se atualizam na especificidade deste encontro que se faz entre dois sujeitos, encontro no qual alguém busca uma saída para seus problemas psíquicos junto a um outro, ao qual o primeiro supõe um saber que o auxilie nesta tarefa. De maneira geral, esse endereçamento, nos dispositivos clínicos tradicionais, é dirigido à figura do analista ou do terapeuta que se encarrega do tratamento. Em dispositivos como os da Casa da Árvore, em que não *uma* figura de referência, mas várias pessoas que escutam e acolhem em dias que se alternam, a aposta é que o endereçamento transferencial seja dirigido ao próprio dispositivo, à Casa.

## Participantes da Casa da Árvore 2008

Aline Cunha  
Amanda Vilella  
Ana Carolina Dias Vieira  
Ana Claudia Barrense  
Beatriz de Souza Lima  
Benilton Carlos Bezerra Jr  
Bernardo Guerra  
Bianca Bergamo de A. Savietto  
Carla Miranda Fontes  
Carolina Pinheiro  
Cecília de Aquino Barbosa  
Christianne Dutra Alves Pereira  
Claudia Prado A. Pinto  
Danichi H. Mizoguchi  
Daniella Albrecht  
Fernanda Augusta Amitay Kutwak  
Fernanda Villar Serra  
Glaucia Lamblet Pereira  
Irene Platteck Teles  
João Cariello de Moraes  
Júlia Milman  
Kátia Heloiza de Farias  
Lara Escorel Arouca

Larissa Mendes  
Letícia da Costa Barbosa  
Livia Fontan Nielsen  
Lívia Franco Cavalcanti  
Luciana Brasil  
Lulli Milman  
Luna Yalom  
Marcella de Melo Silva  
Maria de Nazaré Avelino da Silva  
Maria Fernanda Baines  
Mariana Zamperlini  
Marina Campello Torres  
Nathalia Roth  
Paula Chaves  
Renata Azevedo Teixeira  
Renata Mello  
Saffira Andrea Chaves Valentim  
Tatiana Lins  
Viviane Nascimento de Oliveira



A Casa da Árvore

Livro composto em MgOpen Canonica  
(miolo) e Frutiger (capa).

Impresso no Rio de Janeiro pela Sermograf,  
em papel *off-set* 90g/m<sup>2</sup>, para a Editora  
Garamond, em setembro de 2008.